INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

As Relações Político-Diplomáticas entre Portugal e Moçambique entre 1975 e 1983

Keluna Marciana Sitoe

Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa

Orientadora:
Doutora Ana Marta Esteves Patrício, Investigadora Colaboradora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

dezembro, 2025

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

As Relações Político-Diplomáticas entre Portugal e Moçambique entre 1975 e 1983

Keluna Marciana Sitoe

Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa

Orientadora:
Doutora Ana Marta Esteves Patrício, Investigadora Colaboradora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

As Relações Político-Diplomáticas entre Portugal e Moçambique entre 1975 e 1983

Keluna Marciana Sitoe

Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa

Júri:
Doutor Pedro Nuno Alves Vidal de Seabra, Professor Auxiliar do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Presidente);
Doutora Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos, Investigadora da FSCH - Universidade Nova de Lisboa;
Doutora Cláudia Generoso de Almeida, Professora Auxiliar da FSCH - Universidade Nova de Lisboa;
Doutor Luís Fernando Machado Barroso, Professor do Instituto Universitário Militar;
Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Catedrático do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa;
Doutora Ana Marta Esteves Patrício, Investigadora Colaboradora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Orientadora)

iscte INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA | 93x35px | **As Relações Político-Diplomáticas entre Portugal e Moçambique entre 1975 e 1983** | Keluna Marciana Sitoe

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho tornou-se realidade graças ao suporte de pessoas individuais e coletivas, a quem eu endereço o meu agradecimento.

Em primeiro lugar quero agradecer à Professora Ana Patrício - primeiro por me ter aceitado acompanhar, e depois pelas presenças marcadas durante o processo de preparação do trabalho e de todo o apoio necessário até a fase final – muito obrigada pelo tempo que dedicou não somente ao trabalho mas também a mim.

Agradeço ainda a todo o pessoal/profissional com quem fui me cruzando ao longo do processo de pesquisa. Vai me ser difícil mencionar nomes, mas a começar mesmo pelo pessoal do ISCTE-IUL (em particular os funcionários da Biblioteca), Biblioteca e Arquivo Histórico-Diplomático de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Assembleia da República – Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.

Aproveito esta oportunidade para fazer menção e endereçar os mais sinceros agradecimentos ao Professor Luís Nuno Rodrigues, que acompanhou a fase embrionária desta investigação. Por motivos profissionais distanciei-me da investigação e, aquando do meu regresso, devido à licença sabática do Professor, tive de seguir o percurso com uma outra orientação.

À Professora Maria Vaz endereço os maiores agradecimentos por me encorajar desde o primeiro instante em que retomei o percurso até então.

Há pessoas anónimas (singulares e coletivas) a quem devo o meu agradecimento pelo fundamental apoio dado, especialmente na fase em que eu menos acreditava poder levar a investigação a bom porto – muito obrigada.

Agradeço imenso à Mirza Carlota da Silva Pinto, ao Nelson Moda e ao Salomão Arão Chipeco por me terem dado o incentivo certo nos momentos em que mais precisei.

Gratidão especial vai endereçada aos meus pais, à minha irmãzinha e aos meus filhos por todo o suporte prestado, tolerâncias nas minhas ausências (que em lugar/momento algum encontrarei forma de compensar) e compreensões durante a fase em que estive envolvida neste trabalho – a eles (Salvador Júlio Sitoe, Ana Mutimucuio Sitoe, Xangamira Sitoe, Ayden Bernardo e Núvia Serena) o meu “khanimambo”.

Aos meus filhos

(Ayden Bernardo e Núvia Serena)

RESUMO

A vontade de transformar a antiga relação colonial numa parceria é o que marcou as cinco décadas de relações diplomáticas entre Portugal e Moçambique. A presente tese analisa o desenvolvimento das relações político-diplomáticas entre Portugal e Moçambique no período compreendido entre 1975 e 1983, num momento marcado por transformações internas significativas, tanto para um como para outro Estado, num contexto internacional marcado pela Guerra Fria.

Após a proclamação da independência da República Popular de Moçambique, as relações com a República Portuguesa foram marcadas por momentos de tensão (fruto mesmo do passado histórico colonial) que foram superados em prol do interesse comum, movido pelos elementos de base da cooperação entre estes dois Estados desde 1975 – amizade e respeito mútuo de soberania.

A presente Tese de Doutoramento, enquadrada no campo das Relações Internacionais, à luz da teoria construtivista e da teoria da história das relações internacionais, com recurso a fontes primárias e secundárias, busca uma compreensão crítica das relações luso-moçambicanas.

Palavras-chave: Descolonização, Política Externa, Diplomacia, Cooperação, Portugal, Moçambique.

ABSTRACT

The desire to transform the former colonial relationship into a partnership is what has marked the five decades of diplomatic relations between Portugal and Mozambique. This thesis analyzes the development of political-diplomatic relations between Portugal and Mozambique in the period from 1975 to 1983, a time marked by significant internal transformations in both states, simultaneously in an international context marked by the Cold War.

After the proclamation of independence of the People's Republic of Mozambique, the relationship with the Portuguese Republic was marked by moments of tension (resulting from the colonial historical past) that were overcome in the interest of common goals, driven by the basic elements of cooperation between these two states since 1975 – friendship and mutual respect for sovereignty.

This doctoral thesis, framed within the field of International Relations, based on constructivist theory and the theory of the history of international relations, using primary and secondary sources, seeks a critical understanding of Luso-Mozambican relations.

Keywords: Decolonization, Foreign Policy, Diplomacy, Cooperation, Portugal, Mozambique.

Índice

RESUMO 6
ABSTRACT 7
GLOSSÁRIO DE SIGLAS 11
INTRODUÇÃO 12
Objeto de estudo e escolha do tema 12
Escolha da cronologia 12
A problemática 13
Objetivos da investigação 14
Hipóteses 15
Estado da Arte 15
Enquadramento teórico conceptual 18
Metodologia de investigação 25
Fontes 27
Limitações 28
Organização da tese 29
CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE 31
1.1. Nota introdutória 31
1.2. Antecedentes do 25 de Abril 31
1.2.1. O colonialismo em África 32
1.2.2. Colonialismo português em Moçambique 33
1.2.3. Campanhas de pacificação 34
1.2.4. Descolonização 34
1.3. O 25 de abril e o fim do império português 35
1.3.1. O 25 de Abril no mundo 45
1.3.2. O 25 de Abril em Moçambique 48
1.4. Com quem a metrópole devia dialogar durante o processo de descolonização? 52
1.5. As várias vias para a independência / qual independência para Moçambique? 54
1.5.1. Independência total 55
1.5.2. Sobre o cessar-fogo como sinónimo do restabelecimento da paz 58
1.5.3. Sobre a realização ou não de consultas eleitorais 60
1.5.4. O programa de Lusaka 61
1.6. A assinatura do Acordo de Lusaka e as suas implicações imediatas 61
1.7. Análise dos discursos na ocasião das tomadas de posse dos Governadores de Angola e Moçambique e do Governo de transição em Moçambique 63
1.8. Primeiro Acordo de Cooperação 67
1.9. Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e Moçambique 68
1.10. Nota conclusiva do capítulo 69

CAPÍTULO II: O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE E A SUA POLÍTICA EXTERNA 73
2.1. Nota introdutória 73
2.2. Estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e Moçambique 73
2.2.1. Abertura da primeira Embaixada de Portugal em Lourenço-Marques 78
2.2.2. Abertura da primeira Embaixada de Moçambique em Lisboa 79
2.3. Política externa 81
2.3.1. Política externa de Portugal 81
2.3.2. Política externa moçambicana 99
2.4. Nota conclusiva do capítulo 102
CAPÍTULO III – PORTUGAL E MOÇAMBIQUE: ENTRE TENSÕES E COOPERAÇÃO 104
3.1. Nota introdutória 104
3.2. Episódios que comprometeram a cooperação entre Portugal e Moçambique 104
3.2.1. Detenção de cidadãos portugueses em Moçambique 105
3.2.2. Nacionalização de prédios 106
3.2.3. Suspensão de voos diretos entre Portugal e Moçambique (janeiro de 1976) 108
3.2.4. Incidentes diplomáticos com personalidades moçambicanas 109
3.2.5. Aumento de salários da Hidroelétrica de Cahora Bassa 116
3.2.6. Interrupção de negociações entre os dois governos 116
3.3. Episódios que contribuíram para o alívio de tensões e maior cooperação entre Portugal e Moçambique 120
3.3.1. Acordo de Transporte Aéreo 122
3.3.2. Superação do episódio de suspensão de voos diretos entre Portugal e Moçambique (janeiro de 1976) 124
3.3.3. Acordo de Cooperação para o sector de eletricidade 126
3.3.4. Acordo comercial 128
3.3.5. Acordo de cooperação no sector do ensino 129
3.3.6. Cooperação no sector da saúde 130
3.3.7. Evidências de reconciliação cultural/patrimonial 131
3.3.8. Evidências de cooperação no sector do desporto 132
3.3.9. Sucessivas visitas do Presidente Samora ao pavilhão português na FACIM 133
3.3.10. Felicitações ao Presidente da República Português por ocasião do Dia de Portugal 134
3.3.11. Acordo Financeiro e o Protocolo de Cooperação Técnica 134
3.3.12. Assinatura do livro de condolências na sequência da tragédia de Camarate 135
3.3.13. Cooperação militar 135
3.4. Nota conclusiva do capítulo 143
CAPÍTULO IV – FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-MOÇAMBICANAS 145
4.1. Nota introdutória 145
4.2. O prelúdio das visitas 145

4.3. Visita de Joaquim Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Lisboa (22-29 de março 1981) 147
4.4. Visita de Leonardo Martins, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, a Maputo (03/1981) 151
4.5. Visita Oficial do Chefe de Estado Português, Ramalho Eanes, a Moçambique (novembro de 1981) 152
4.6. Visita Oficial de Francisco Pinto Balsemão, Primeiro-Ministro da República Portuguesa, a Moçambique (junho de 1982) 154
4.7. Visita Oficial do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, a Portugal (outubro de 1983) 158
4.8. Nota conclusiva do capítulo 161
CONCLUSÃO GERAL 162
FONTES E BIBLIOGRAFIA 164
Fontes 164
Bibliografia 172

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AHD – Arquivo Histórico Diplomático

AHPR – Arquivo Histórico da Presidência da República

BNU – Banco Nacional Ultramarino

CEE – Comunidade Económica Europeia

DETA – Departamento de Administração dos Serviços dos Portos, Caminhos-de-Ferro e Transportes

FACIM – Feira Internacional de Maputo

F.A.P. – Forças Armadas de Portugal

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPLM – Forças Populares de Libertação de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

HCB – Hidroelétrica de Cahora Bassa

JSN – Junta de Salvação Nacional

MFA – Movimento das Forças rmadas

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

RFA – República Federal Alemã

RPM – República Popular de Moçambique

SNASP – Serviço Nacional de Segurança Popular

TAP – Transportes Aéreos Portugueses

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Objeto de estudo e escolha do tema

Parte do processo de descolonização portuguesa desencadeado pela Revolução de 25 de abril de 1974 resultou da Luta Armada de Libertação Nacional. O caso de Moçambique não foi exceção. A independência de Moçambique, a 25 de junho de 1975, significou uma nova era nas relações entre este recém Estado constituído, República Popular de Moçambique, e a República Portuguesa, em pleno processo de consolidação da democracia. Esta nova etapa implicou a inauguração de um relacionamento entre os dois Estados.

Com a proclamação da independência nacional em Moçambique, vários Estados manifestaram interesse em estabelecer relações diplomáticas com o Estado emergente, tendo sido Portugal um dos primeiros países a reconhecer o Estado moçambicano e, consequentemente, a estabelecer relações diplomáticas.

Todavia, o contexto histórico interno e aquele internacional, como é o caso da Guerra Fria, contribuíram para que as relações entre estes dois Estados fossem marcadas por alguns "embaraços" que, até finais da década de 1970, de certo modo, condicionaram o discurso e o diálogo diplomáticos. Posteriormente estes entraves vieram a registar uma melhoria no início da década de 1980.

Escolha da cronologia

O nosso trabalho concentra o seu estudo entre 1975 e 1983, período que assumimos ser de particular significado para a análise das relações entre os dois Estados. Por um lado, a consolidação do Estado recém-independente, e por outro, o processo de redefinição da política externa de Portugal em consequência do fim do seu império colonial e a sua afirmação como Estado democrático europeu.

A escolha deste arco temporal permite atingir um ciclo coerente na análise das relações político-diplomáticas entre Portugal e Moçambique, uma vez que, à luz das relações internacionais, o ano de 1975 marca a inserção de Moçambique como ator soberano no sistema internacional e coincide com o processo de redefinição da política externa portuguesa no pós-25 de abril.

Numa perspetiva das relações internacionais, o ano de 1983 permite estudar as relações luso-moçambicanas no período anterior à reconfiguração estratégica que marcou a segunda metade da década de 1980, ressaltando que no panorama diplomático, o ano de 1983 para o Estado moçambicano antecede um período de mudanças relevantes na

orientação da sua política externa. Todavia, veio a pesar o facto de 1983 coincidir com um momento de renovação nas relações entre Portugal e Moçambique.

Iniciámos a investigação com a pretensão de estender o período de estudo até o ano de 1986. Porém, mesmo mantendo o nosso objetivo predefinido, devido à escassez de fontes como também às dificuldades no acesso à informação, limitamos a nossa investigação para terminar em 1983.

A problemática

Para Campenhoudt, Luc Van, Marquet, Jacques (2023: 42-43) a melhor forma de dar início a uma investigação em ciências sociais consiste em procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, com a qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor. De acordo com aqueles cientistas sociais, os autores mais conceituados não hesitam em enunciar os seus projetos de investigação sob a forma de perguntas simples e claras.

Segundo aqueles autores, traduzir um projeto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida só se revela útil se a pergunta for formulada corretamente, ou seja, uma boa pergunta de partida deve preencher um conjunto de qualidades: clareza, exequibilidade e pertinência. As qualidades de clareza dizem essencialmente respeito à precisão e concisão do modo de formular a pergunta de partida. Ora, as qualidades de exequibilidade estão essencialmente ligadas ao carácter realista ou irrealista do trabalho que a pergunta deixa entrever – o investigador será efetivamente capaz de fazer tudo o que é preciso para levar a sua investigação a bom termo? E, relativamente às qualidades de pertinência, estas dizem respeito ao descritivo, explicativo, normativo, preditivo… em que se enquadra a pergunta de partida.[1]

Para além de permitir ao investigador iniciar o seu trabalho e dispor de um fio condutor, o exercício de formulação da pergunta de partida constitui para eles uma oportunidade para clarificar e definir as suas próprias expectativas e intenções, avaliando-as de forma reflexiva e autocrítica.

É neste âmbito que nos sujeitamos a este exercício e apresentamos a seguinte pergunta de partida: Num momento em que se acredita que Portugal democrático tinha como prioridade, na sua política externa, fortalecer os laços com a Europa, como foram estabelecidas as relações político-diplomáticas com as suas ex-colónias africanas

[1] Campenhoudt, Luc Van, Marquet, Jacques (2023). Manual de investigação em ciências sociais (2ª ed. rev.). Lisboa: Gradiva. Pag 58-59.

(Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe) entre 1975 e 1983, em particular Moçambique?

Questões derivadas:

P1: Quais foram as implicações do 25 de Abril em Moçambique?

P2: Como podem ser caraterizadas as relações entre Portugal e Moçambique durante o governo de transição moçambicano?

P3: Quais eram as linhas centrais do acordo geral de cooperação assinado por Portugal e Moçambique em 1975, e de que forma foram redefinidos os canais diplomáticos entre os dois Estados?

P4: Quais eram as linhas gerais de orientação da política externa da República Portuguesa após o golpe de estado de 25 de abril de 1974, e da República Popular de Moçambique no período logo após a proclamação da independência?

P5: De que forma o apoio soviético influenciou as relações entre Moçambique e Portugal em 1977? Por outras palavras, teria o estreitamento de relações entre Moçambique e os países socialistas, nomeadamente URSS e Cuba, contribuído para o desgaste das relações com Portugal?

P6: Quais os mecanismos adotados quer por Portugal, quer por Moçambique para a contenção das tensões e posterior fortalecimento das relações político-diplomáticas?

Objetivos da investigação

A presente investigação tem o objetivo de desenvolver uma reflexão sobre a evolução das relações político-diplomáticas luso-moçambicanas no período entre 1975 a 1983, tendo como linha de orientação o contexto interno e internacional.

Para alcançar o objetivo geral elencamos os seguintes objetivos específicos:

O1: Examinar o corolário imediato do 25 de abril no contexto moçambicano;

O2: Caraterizar as relações entre Portugal e Moçambique durante o governo de transição moçambicano;

O3: Examinar as diretrizes do acordo geral de cooperação assinado por Portugal e Moçambique em 1975, e analisar as nuances do processo de estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e Moçambique;

O4: Avaliar a evolução da política externa de Portugal no contexto pós-25 de abril e as opções de política externa de Moçambique pós-independente;

O5: Analisar a influência do contexto de Guerra Fria na definição de política externa de ambos Estados;

O6: Identificar os elementos determinantes para o comprometimento das relações entre Portugal e Moçambique, bem como os mecanismos adotados para o alívio das tensões e posterior fortalecimento das relações entre os dois Estados.

Hipóteses

Geralmente, os trabalhos científicos na área de relações internacionais assumem uma proposição provisória, uma pressuposição que carece de ser verificada – hipótese. (Campenhoudt, Luc Van, Marquet, Jacques, 2023: 180). A hipótese fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz que, a partir do momento em que é formulada, substitui nessa função a questão de pesquisa, mesmo que esta deva permanecer na mente do investigador. Ademais, a hipótese fornece o critério para selecionar, na infinidade de dados que o investigador pode recolher sobre um determinado assunto, os dados ditos "pertinentes".

Ademais, é recomendável que o investigador formule as suas hipóteses de tal forma que a sua invalidação seja possível – a hipótese deve ser refutável. Isto significa que a hipótese deve ter um carácter de generalidade e admitir enunciados contrários que sejam teoricamente suscetíveis de verificação.[2]

Para o presente trabalho formulámos duas hipóteses que seguimos a apresentar:

H1: As relações político-diplomáticas entre Portugal e Moçambique foram marcadas por momentos de tensões, fruto mesmo do processo de descolonização e decorrente do contexto de Guerra Fria;

H2: O início da década de 1980, na sequência de interesses comuns, caraterizou-se por uma reaproximação diplomática entre Portugal e Moçambique.

Estado da Arte

Fatores históricos fazem com que Portugal, ainda que enraizado na Europa, mantenha fortes elos de ligação com outras partes do mundo, em particular com os Estados Africanos de língua portuguesa. Contudo, na sequência da descolonização, acredita-se que a emergência de regimes de inspiração marxista na África lusófona tenha aberto espaço para um ambiente pouco amigável nos relacionamentos entre os novos Estados independentes e Portugal, uma vez que a orientação destes novos governos independentes colidia com os princípios filosóficos de alguns partidos políticos governantes em Portugal. Ademais, por inúmeras razões, as relações entre Portugal e estes Estados

[2] Campenhoudt, Luc Van, Marquet, Jacques, 2023: 185-186.

emergentes só voltaram à normalidade no início dos anos 80[3].

As hipóteses previamente levantadas convergem com os estudos de:

Raimundo (2012) no seu trabalho intitulado "The europeanisation of national foreign policy: portuguese foreign policy towards Angola and Mozambique, 1978-2010" dedica-se à análise do impacto da integração de Portugal na União Europeia e na política externa das ex-colónias subsaarianas (Angola e Moçambique).[4]

Teixeira (2010) debruça-se sobre como as opções estratégicas e as características históricas da política externa portuguesa foram determinantes na definição de estruturas ou modelos de inserção internacional.[5]

Ferreira (1984), ainda que nos seus estudos mencione Moçambique e Angola, estuda a política externa portuguesa na África Austral descolonizada de uma forma geral, onde analisa o posicionamento de Portugal perante a presença soviética nos novos Estados independentes e o comportamento de Portugal-mediador de relacionamentos na região da África Austral entre a África do Sul e certos países da região com particular enfoque para Moçambique[6].

Barroso (2012) na sua obra *Salazar, Caetano e o "Reduto Branco": A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)* fala sobre a política externa portuguesa com os países da África Austral (África do Sul, Rodésia, Malawi e Zâmbia) entre 1951 e 1974. Ou seja, estuda a política externa portuguesa com os países vizinhos de Moçambique no período colonial. Segundo o mesmo autor, nos anos 60 as relações político-diplomáticas de Portugal tiveram necessidade de fazer novos parceiros a nível da África Austral com o objetivo principal de manter o ultramar[7]. Este estudo permite compreender as heranças diplomáticas recebidas pelos governos de Portugal e de Moçambique após a independência.

Patrício (2010) faz uma análise das relações bilaterais entre Portugal e Moçambique no período compreendido entre 1975 e 2007, concentrando a sua análise na questão de Cahora Bassa. Para Patrício (2010: 2), a Barragem de Cahora Bassa foi

---

[3] Cf. Vasconcelos, 1996:76.

[4] Raimundo, António J. (2012), *The Europeanisation of national foreign policy: Portuguese foreign policy towards Angola and Mozambique, 1978-2010*, London, Department of International Relations of London School of Economics and Political Science. https://files01.core.ac.uk/download/9340520.pdf

[5] Teixeira, N. S. (2010). *Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. Relações Internacionais.* https://scielo.pt/scielo.php?lng=pt&nrm=iso&pid=S1645-91992010000400004&script=sci_arttext&tlng=pt

[6] Ferreira, José Medeiros (1984), *"Descolonização e política externa portuguesa"*, comunicação feita na Universidade de Columbia, Nova Iorque, no colóquio "Portugal Ten Years After the Revolution – Portugal Ans Africa", pp. 3. Disponível Online file:///C:/Users/keluna/Downloads/JoseMedeirosFerreira.pdf

[7] Barroso, Luís F. M. (2012). *Salazar, Caetano e o "Reduto Branco": A manobra político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, 1ª Edição, Porto. Fronteiras Do Caos Editores. Pag 12.

responsável pela emergência de um contencioso económico-financeiro interligado a uma instabilidade político-diplomática. Neste contexto, as relações de cooperação entre ambos estados foram pouco amistosas, desde o momento da construção desta barragem, tendo apenas melhorado com a reversão da Hidroelétrica em 2007[8].

Na mesma linha de pensamento de Patrício (2010), Khan (2018) analisa o contencioso económico-financeiro entre o Governo moçambicano e o Governo português resultante das dívidas contraídas por Portugal para a realização de investimentos em Moçambique.[9]

Langa (2021) na análise da diplomacia e política externa moçambicana do primeiro Governo pós-independência, examina a evolução do relacionamento de Moçambique independente com os parceiros bem como a sua articulação com o ambiente regional[10]

Zeca (2021) apresenta um conjunto de elementos que permitem compreender os contornos da Política Externa e da Diplomacia de Moçambique desde a sua génese, passando pelos vários eixos de inserção até ao período contemporâneo. Na sua obra dedica uma parte à cooperação bilateral, onde apresenta, de forma genérica, os contornos da cooperação luso-moçambicana.[11]

Uma investigação relacionada com esta que nos propomos estudar é a de Chipeco (2025). Sob o tema "As relações político-diplomáticas entre Portugal e Angola 1976 – 1986", o estudo deste autor examina a evolução das relações entre os dois Estados desde o conturbado processo de descolonização, e procura perceber como foram estabelecidas as relações de cooperação desde o I ao IX Governo Constitucional português.[12]

Mereceu a atenção de Norrie MacQueen (2015) a política externa portuguesa no estudo que faz sobre o processo da descolonização da África lusófona na obra *A*

---

[8] Patrício, Ana Marta Esteves (2010), *Cahora Bassa nas relações bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007,* Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos – Análise e Gestão do Desenvolvimento Económico e Social, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. (consultada aos

[9] Khan, Abdul Magid (2018). *Contencioso Económico e Financeiro entre Portugal e Moçambique na Transição à Independência,* Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. https://run.unl.pt/handle/10362/51770

[10] Langa, Ercílio Neves Brandão (2021). *Diplomacia e política externa em moçambique: o primeiro governo pós-independência – samora machel (1975-1986) in* Revista Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre, v. 6, n. 11, jan./ jun. p. 11-32. file:///C:/Users/kelun/Downloads/doiufrgs,+01_LANGA_PT.pdf

[11] Zeca, Emílio J. (2021). *Elementos para análise e compreensão da política externa e da Diplomacia de Moçambique.* Maputo. Universidade Joaquim Chissano.

[12] Chipeco, S. A. (2025). *As relações Político-Diplomáticas entre Portugal e Angola - 1976-1987* [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. http://hdl.handle.net/10071/34131

descolonização da África Portuguesa: A revolução metropolitana e a dissolução do Império. Neste estudo, o autor analisa o processo de descolonização dos Estados africanos lusófonos e carateriza o relacionamento pós-independência Estado a Estado. No caso específico das relações entre Portugal e Moçambique logo após a independência, MacQueen carateriza-as como tendo sido das mais difíceis no universo de todas as ex-colónias. Tendo em conta que MacQueen dedica-se à análise das relações entre Portugal e Moçambique na última parte do seu estudo, onde faz uma análise corrida, pretendemos dar continuidade ao estudo, concentrando a nossa investigação com o propósito de examinar as relações político diplomáticas entre Portugal ex-metrópole e Moçambique ex-colónia entre 1975 e 1983.

Embora existam vários estudos a tratar da política externa portuguesa com as ex-colónias, persiste a escassez de estudos que tratem de forma e detalhada a política externa adotada por Portugal, no período posterior à sua democratização, com os novos Estados independentes – particularmente para o caso de Moçambique no âmbito político-diplomático. O carácter inovador da nossa investigação reside na combinação dos instrumentos, desde as teorias das relações internacionais, nomeadamente o construtivismo e a teoria da história internacional e o método histórico, aplicados para a análise da combinação de fontes primárias específicas ainda não estudadas nesta vertente. É neste contexto que apontamos a pertinência da investigação em questão com o objetivo previamente referenciado, associando as reflexões da problemática levantada com recurso a bibliografia atualizada e uma crítica histórica às fontes consultadas.

Enquadramento teórico conceptual

As Relações Internacionais como um campo de saber autónomo servem-se de teorias próprias como instrumentos para orientar as suas pesquisas. Para o presente trabalho, o objeto em estudo será analisado à luz da teoria construtivista e da teoria da história das relações internacionais.

No campo das Relações Internacionais, a teoria construtivista e a teoria da história das relações internacionais são ferramentas certas para uma leitura sobre as relações entre Portugal e Moçambique, uma vez que procuramos aprofundar narrativas já existentes num contexto histórico de construção identitária e ideológica marcado pela herança colonial. Assim, não excluímos a possibilidade de a conceção que se tem das relações político-diplomáticas entre Portugal e Moçambique no período de 1975 a 1983 consubstanciar uma construção social, um processo social dinâmico aberto a redefinições

à luz dos interesses dos atores envolvidos, não dissociado do contexto histórico.

Entende-se por teorias a compilação ou conjunto de leis características de um comportamento ou fenómeno particular. Waltz (2022: 14) continua a sua explanação recorrendo à comparação, isto é, apresenta o conceito de "teoria" diferenciando-o do conceito de "lei". Para este autor, "De leis expressas, perguntamos: `São verdadeiras? ´ De teorias, perguntamos: `Qual é o seu poder explicativo? ´ (…) As leis mantêm-se, as teorias vão e vem´". Termina o seu raciocínio definindo teoria "como um conjunto de duas ou mais leis (…): teorias explicam leis."[13]

Teoria pode ser entendida, ainda como "(…) uma reflexão sistemática sobre fenómenos, concebida para os explicar e mostrar como se relacionam entre si segundo um padrão inteligível e significativo (…). Assim, "todas as disciplinas requerem uma teoria para orientar a investigação".[14] Santos (2007: 131)

Voltando aqui para o nosso campo de saber, o construtivismo, como teoria nas Relações Internacionais, surgiu pela primeira vez nos estudos das Relações Internacionais em 1989, por ocasião da publicação da obra de Nicholas Onuf intitulada *World of our making – Rules and Rule in social Theory and International Relations*. O construtivismo foi mais tarde reafirmado com a publicação do artigo *Anarchy Is What States Make Of It* da autoria de Alexander Wendt em 1992. Esta teoria defende que vivemos no mundo que contruimos, no qual somos

os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas. Tal mundo em permanente construção é constituído por agentes e estes podem mudá-lo e/ou transformá-lo – o mundo é socialmente construído. Podemos afirmar que os dados e a realidade não nos são prescindíveis de perceção se não interpretados.

O construtivismo desenvolve-se no seio de um intenso debate sobre o lugar das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais no campo das Ciências Sociais em geral, e em particular nas Relações Internacionais. Os construtivistas negam a antecedência ontológica quer dos agentes assim como da estrutura, sendo que ambos são co-construídos.

Esta teoria vem inovar o modo de análise nas Relações Internacionais, onde a natureza do debate não se centra mais na metodologia, mas sim na ontologia. Pois, se antes a questão era "Como conhecemos a realidade?" no construtivismo passou a ser "O

[13] Waltz, Kenneth N. (2002). *Teoria das relações internacionais.* Lisboa: Gradiva. pag 19 e 20.
[14] Santos, Victor Marques dos (2007*). Introdução à teoria das relações internacionais: referências de enquadramento teórico-analítico.* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

que constitui o mundo social, as estruturas materiais de uma parte ou então as ideias, linguagens e regras?" Os construtivistas interessam-se pela forma como os objetos e as práticas da vida social são "construídos", especialmente aqueles que as sociedades ou os pesquisadores tomam como dados ou naturais. É exatamente aqui onde encontramos a base da crítica à "epistemologia positivista". Para os construtivistas, a naturalização é problemática porque obscurece as formas como objetos e as práticas sociais dependem, para sua existência, de escolhas contínuas, de modo que ela pode ser opressiva e representar uma barreira à mudança social (Fearon, James D. e Wendt, Alexander, 2002: 57).

Os pós-modernos, de uma forma geral, denunciam a naturalização dos pressupostos da atividade científica como um movimento para silenciar e excluir formas alternativas de produção de conhecimento e reproduzir relações de dominação. Pelo contrário, paralelamente, os construtivistas atribuem importância ao universo de entendimentos partilhados que moldam e condicionam a interação humana. Nesta perspetiva, as relações de força são medidas através do contexto social no qual coexistem.

O construtivismo contrapõe-se às teorias racionalistas dominantes, como o realismo e neoliberalismo, argumentando que todas as variáveis relevantes das teorias das Relações Internacionais – poder militar, transações económicas, instituições internacionais ou preferências domésticas – não são apenas importantes por serem factos materiais objetivos, mas principalmente por terem determinados significados sociais e singulares interpretações ideacionais e intersubjetivas. Com isto, os construtivistas defendem que os factos e a realidade são sempre uma construção social. Não é possível afirmar a existência de fatos totalmente objetivos e exteriores às observações humanas. Deste modo concluímos que o mundo político não é uma realidade física e material independente da interpretação humana.

Estudos construtivistas mostraram que as instituições não são somente instrumentos dos interesses dos Estados como defendiam as teorias racionalistas, pois, em determinadas circunstâncias, é possível que os líderes e as burocracias das instituições internacionais possam desenvolver interesses próprios que contrariem aos interesses dos Estados. Pode ainda ser possível uma articulação singular entre interesses dos Estados, interesses das lideranças e burocracias internacionais, interesses dos mais variados atores não estatais transnacionais, e interesses dos atores de resistência identitária que permitam uma coligação de vontades e a construção de um interesse internacional.

Na investigação que estamos a desenvolver, por se tratar de uma tese com cunho

histórico, bem como pelo material com o qual nos propomos a trabalhar para alcançar os objetivos traçados, julgamos ser de utilidade combinar a teoria construtivista com a teoria da história das relações internacionais. Esta teoria emerge como evolução da história diplomática, nos finais da década de 50 e somente na década de 80 alcança o pleno reconhecimento no campo historiográfico.

Segundo Teixeira (1999: 111-112), no seu percurso, a teoria da história das relações internacionais é marcada por três momentos chave que correspondem à publicação de três marcos fundamentais, especificamente, a publicação da obra *A história das relações internacionais* de Pierre Renouvin – uma obra em 8 volumes dada estampa entre 1953 e 1958; *A introdução à história das relações internacionais* de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle em 1965; e *Tout empire périra* de Jean-Baptiste Duroselle de 1979. Esta última obra é a que premeia teoricamente todo o movimento com a tentativa de formulação de uma teoria das relações internacionais com base na história.[15]

Mais concretamente, elencaremos alguns elementos que estabelecem a diferença neste novo instrumento de saber como superação da pura história diplomática: do campo restrito das relações diplomáticas, ou seja, das relações políticas bilaterais entre Estados, passa a englobar todos os níveis e atores da cena internacional (intra-estatal, nacional, internacional e trans-nacional); alarga a noção de documento porque não se limita apenas aos documentos de chancelaria, passando a estender-se a uma pluralidade de documentos decorrente do alargamento do objeto e a englobar a cartografia, os testemunhos escritos ou orais, a imprensa, etc; a história das relações internacionais troca o método descritivo/recitativo pela compreensão e pela explicação, na busca de um conhecimento mais rigoroso e objetivo possível; por último, a história das relações internacionais abandona a função tradicional, patriótica e comemorativa, deixando para trás a função de legitimação política, passando, desta maneira, a assumir uma função de natureza científica ou até propondo-se a desenvolver um conhecimento aplicado.[16]

O conceito central em torno do qual se norteia a renovação historiográfica que faz a ponte da história diplomática para a história das relações internacionais é o conceito de "forças profundas".

Para além das teorias que acabamos de desenvolver, no desenrolar do nosso trabalho lidaremos com conceitos que pretendemos desenvolver desde já, por forma a

[15] Teixeira, Nuno Severiano (1999). *História, Teoria das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais: uma reflexão epistemológica.* In Revista do IGHMB – Ano 59 nº 85. https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ighmb/article/view/5499/5311

[16] Teixeira, Nuno Severiano (1999). Ob.Cit., p. 113

alcançarmos uma maior aproximação e não constituírem novidade mais adiante.

Diplomacia

De acordo com Magalhães (1982: 88), a diplomacia pode ser entendida como "um instrumento da política externa, para o estabelecimento e desenvolvimento dos contatos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas respetivas partes".

De acordo com Valente (2013), diplomacia é uma arte, ciência, conhecimento, em viragem predominante para os interesses das relações internacionais. Pode ser tida ainda como ramo da política, auxiliar da ciência política. Por sua vez, aproxima-se ainda da geopolítica e no âmbito do direito internacional, lida com as normas criadas pelos processos de produção jurídica da sociedade internacional. Apesar da proximidade com as relações internacionais, a diplomacia, a seu tempo, autonomizou-se deste campo de saber. Porém importa ressaltar que o termo diplomacia identifica o serviço dos Estados, nas suas relações internacionais por exemplo, a "diplomacia portuguesa", e o pessoal afeto a esse serviço (pessoal diplomático).[17]

Para Santos (2009), fora a função expressa e convencional de negociação, a diplomacia é também usada para defender e realizar os interesses do Estado através de técnicas de contato e de aproximação, podendo considerar-se incluídos, entre os vários instrumentos, os bons ofícios, a mediação, a reconciliação e o inquérito. Este autor considera ser importante ter-se em mente que a política externa e a negociação são diferentes da diplomacia, apesar de serem conceitos correlacionados, ou seja, tem uma grande interação concetual.[18]

De forma geral, podemos assumir que as práticas diplomáticas se constituíram, ao longo dos tempos, para a administração pacífica das relações entre as sociedades humanas. Cientes de que a diplomacia nem sempre conseguiu resolver na totalidade os mais variados conflitos de interesses, é neste âmbito que o uso da força continuou a ser uma opção nas relações entre os Estados. Porém, inúmeras vezes, a diplomacia conseguiu moderar o emprego da força e até negociar convenções que limitassem o seu emprego por forma a proteger bens materiais e imateriais atingidos pelos conflitos armados.[19]

---

[17] Valente, Domingos Antunes (2013). *Diplomaticamente: (introdução ao estudo da diplomacia).* Setúbal: [s.n.]. pag 7-8.

[18] Santos, Victor Marques dos (2009). *Teoria das relações internacionais: cooperação e conflito na sociedade internacional.* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. pag 222 e 229.

[19] Silva, Antonio Ruy de Almeida (2018). *A diplomacia de defesa na política internacional.* Porto Alegre:

Após o 25 de abril, com a deposição dos órgãos políticos e a entrega dos territórios ultramarinos, a diplomacia portuguesa "viveu momentos de impotência e quase inutilidade".[20]

Política externa

Segundo Pires (1998), Política Externa pode ser entendida como sendo o «conjunto de ações de um Estado em relação aos atores externos, com o objetivo de prosseguir ou preservar os interesses nacionais»[21]. Assim, podemos entender a política externa portuguesa de 1945-1976 como sendo o conjunto de ações adotadas pelo Estado português em relação aos mais importantes atores externos[22].

Para Rosenau *apud* Ferreira "somente se pode compreender a política externa de um Estado compreendendo as peculiaridades dos tomadores de decisão (decision-makers), assim como sua função no Estado".

Por outro lado, a política externa pode ser definida ainda como "o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que os decisores com autoridade escolhem e aplicam a entidades fora da sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações, para responder ao ambiente atual e futuro".[23]

Consideramos oportuno destacar a diferença entre diplomacia e política externa por constituírem realidades distintas, apesar de serem estreitamente associadas. Conforme referenciamos anteriormente, a diplomacia é apenas mais um dos possíveis instrumentos da política externa. A diplomacia entende-se ainda como um dos objetivos que um Estado se propõe realizar no campo internacional.

Por outras palavras, enquanto a formulação da política externa é um ato de governo, a diplomacia traduz-se na atividade exercida por um serviço do Estado – o serviço diplomático – no prosseguimento de objetivos previamente definidos no plano político.

A política externa, de forma geral, projeta os interesses e objetivos internos para o exterior. Esta conceção tradicional de a política externa ser dirigida por fatores internacionais veio a ser posta em discussão. Por um lado, certos autores defendem que o

---

Palmarinca. pag24-28.

[20] Valente, Domingos Antunes (2013). Diplomaticamente: (introdução ao estudo da diplomacia). Setúbal: [s.n.]. pag 50-51.

[21] Pires, Mário L. (1998). A PESC: um Processo em Construção, *Nação e Defesa*, n.º 85, pag 104.

[22] No caso concreto nosso os atores externos relevantes no período em estudo podem ser divididos por áreas geográficas: área atlântica, Europa e África.

[23] Freire, Maria Raquel, & da Vinha, Luís (2011), Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas. In *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança.* Imprensa da Universidade. pag 17.

contexto interno constitui a variável relevante na definição e priorização da agenda de política externa (Neack et al., 1995; Saideman e Ayres, 2007: 191).

Por outro lado, as abordagens estruturalistas focam-se no papel da estrutura como informando os desenvolvimentos internos, e desse modo constituindo o elemento de referência fundamental (Keohane e Nye, 2000; Waltz, 1979).

Os dois autores previamente referenciados, delongando-se da tradução do debate agente/estrutura, fazem referência a outras dimensões de análise da política externa, nomeadamente, atitudes, crenças, valores e interesses subjacentes aos processos de formulação e decisão, e que têm contribuído essencialmente para a análise das motivações implicadas nos processos de política externa. Segundo Maria Raquel Freire e Luís da Vinha (2011: 14) o debate em questão implica a discussão do papel e características individuais do decisor, bem como a consideração dos quadros ideológicos em que as decisões são tomadas (Carlsnaes, 2003; Houghton, 2007; Jørgensen, 2006; Snyder et al., 1954). De outra forma, os autores assumem que fora o decisor, há que considerar todo o contexto envolvente no momento de tomada de decisão das linhas orientadoras de política externa.

O estudo de Snyder, Bruck e Sapin foi inovador e importante, ao identificar o decisor humano como o principal determinante do comportamento do Estado. Enquanto James Rosneau (1966, 1969) assume que a política externa implica uma relação bi-direcional entre as dimensões interna e externa, Freire (2019) propõe a política externa como uma ferramenta essencial no posicionamento dos atores no sistema internacional.

Guerra Fria

Para Jr. Nye (2002), Guerra Fria compreende um período de intensa hostilidade mas sem guerra efetiva verificada na segunda metade do século XX. Este período caraterizou-se por intensas hostilidades entre as superpotências, ocorrendo combates indiretos entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. A Guerra Fria durou quatro décadas (1947-1989).[24]

O continente africano foi um dos teatros do mundo onde se operaram transformações com raízes assentes nas consequências do final da Segunda Guerra Mundial, caracterizadas pela Guerra Fria. Esta transformação anuncia três novos fatos políticos: "(…) o início do fim do eurocentrismo; a grande polarização das forças em

[24] Nye Júnior, Joseph S. (2002). *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história (3ª ed).* Lisboa: Gradiva. pag 31-33.

confronto, a URSS e os EUA, (…); e o aparecimento de uma nova China, que virá a constituir-se como concorrente da URSS".[25]

De acordo com Lessa e Patti (2023: 164) no início dos anos 50, em França, criou-se o termo "Terceiro Mundo" para designar os países que não pertenciam ao "mundo" capitalista nem ao bloco socialista. Este grupo, durante o período em que decorreu a Guerra Fria, relacionou-se com a ideia de neutralismo, política não associada a um envolvimento nos conflitos dos principais blocos ideológicos e militares. Ora, com a realização da Conferência de Bandung em 1955, este grupo, para além de reivindicar o fim do colonialismo, deu também origem, em agosto de 1961 em Belgrado, ao Movimento dos Países Não Alinhados e "pedia a diminuição da tensão ligada à Guerra Fria, os necessários esforços para eliminar o subdesenvolvimento e o fim do imperialismo".[26]

De acordo com Jesus (2010), no contexto atrás exposto, existiram dois países na África Subsaariana governados por minorias brancas – a África do Sul

e a Rodésia, afirmando-se como pertencentes ao mundo ocidental por se assumirem como aliados na luta contra a URSS e a China.[27]

Segundo Abrahamsson e Nilsson (1994), a política de desestabilização militar da África do Sul contra Moçambique teve início ao mesmo tempo em que se acentuaram as contradições este-oeste no princípio da década de 80. Consequentemente, na África Austral, a luta global dos EUA contra a influência comunista coincidiu com a necessidade de a África do Sul defender o sistema do apartheid. Deste modo, a linha limite entre amigos e inimigos a nível global coincidiu com a definição que a África do Sul tinha de amigos e inimigos na região.[28]

Metodologia de investigação

Pela natureza da nossa pesquisa, por forma a darmos seguimento ao trabalho, optamos por aplicar o método exploratório (pesquisa bibliográfica e documental) bem como a crítica histórica.

---

[25] Jesus, José Manuel Duarte de (2010). *Eduardo Mondlane: um homem a abater.* Coimbra: Almedina. pag 32.
[26] Lessa, Antônio Carlos, Patti, Carlo (2023). *História das relações internacionais.* São Paulo: Contexto.
[27] Jesus, José Manuel Duarte de (2010). *Eduardo Mondlane: um homem a abater.* Coimbra: Almedina. p. 33.
[28] Abrahamsson, Hans, Nilsson, Anders (1994). *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992.* Moçambique: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. p. 158.

De acordo com Luc Albarello et al. (2011: 30), a pesquisa documental apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados. Este método tem o objetivo de aceder às fontes pertinentes, escritas ou não. Na maior parte das vezes, a pesquisa documental abre a via à utilização de outras técnicas de investigação, com as quais mantém uma relação complementar que se consubstancia em observação, análise de conteúdo, investigação-ação.

A pesquisa bibliográfica aplica-se quando se trata de descobrir textos: livros, artigos, documentos, sem omitir uma referência essencial, sem se deixar submergir, contudo, com o que não tem interesse. No nosso caso, recorremos tão somente a documentos escritos.[29]

Por último, temos a crítica histórica, que tem o intuito de estabelecer factos com a maior exaustão possível. Para este método, os documentos (escritos ou não) são «testemunhas» que fornecem um «testemunho». A crítica histórica examina metodicamente os documentos para se esforçar por determinar o seu alcance real e tentar medir o grau de confiança que possa ser-lhe concedido, tanto no que são quanto no que dizem. Este procedimento científico, em norma, implica três fases de análise: a primeira, denominada crítica interna do documento, cinge-se à leitura atenta do texto, procurando compreendê-lo em profundidade por forma a apreender o seu sentido preciso – interpretar o texto[30]; em segundo lugar apresenta-se a crítica externa ou a crítica da testemunha: nesta etapa, a mensagem, bem como o texto, deixam de ser objeto de análise, sendo substituídos pelos aspetos materiais do documento. Tratando-se de textos, pensa-se na qualidade do papel, na sua textura, formato e cor, nos caracteres tipográficos ou na escrita, na composição, na encadernação, na composição química da tinta, nos selos e carimbos postais, nas siglas, logotipos e cabeçalhos, nas assinaturas, nas referências indicadas, nas fórmulas de delicadeza, mas fórmulas oficiais... Ora, pôr todos estes elementos à prova e confrontá-los entre si e junto dos resultados da análise interna permite afirmar a autenticidade de um documento e confirmar a sua proveniência, ou então demonstrar que se está perante um documento falsificado. Por outras palavras, podemos inferir que a crítica interna e externa têm uma relação de complementaridade; por último, a terceira etapa é a crítica do testemunho, que consiste em confirmar a informação, isto é, até onde

[29] Luc Albarello et al.; trad. Luísa Baptista (2011). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva. p. 32.

[30] Nalguns casos, a critica interna serve-se da análise de conteúdo. Esta última, todavia, por si só é uma técnica de investigação em si quando pretende explorar as fontes documentais. Luc Albarello et al.; trad. Luísa Baptista (2011). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais.* Lisboa: Gradiva. p. 43

pode ir o crédito atribuído e o que podemos conservar de útil para a investigação.[31]

É neste âmbito que, procurando ir ao encontro do princípio pelo qual "o método de recolha de dados deve ser adaptado ao tipo de dados a investigar"[32] e, pela natureza do nosso objeto de estudo, para o presente trabalho propomo-nos a combinar os três métodos previamente referenciados, nomeadamente, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a crítica histórica. Assim, acreditamos que com os métodos combinados conseguimos alcançar os objetivos traçados.

Fontes

De acordo com Eco (2003: 69, 71), uma tese estuda um objeto utilizando determinados instrumentos. Existem fontes primárias e fontes secundarias e ainda literatura crítica. Geralmente, assume-se o tema sem se saber se se está em condições de aceder às fontes e é preciso saber: onde elas se podem encontrar; se são facilmente acessíveis; se há condições de trabalhar facilmente com elas.

Eco (2003:70) faz a distinção de fontes de primeira e segunda mão. Para este autor, são fontes de primeira mão os documentos autênticos (podendo-se incluir as fotocópias), uma edição original ou uma edição crítica da obra em questão. Nas de segunda mão, encontram-se periódicos e as resenhas efetuadas por outros autores.

Por sua vez, Luc Albarello et al. (2011: 17-29) apresenta-nos as fontes de documentação e estas englobam: as fontes não escritas; as fontes escritas, oficiais e não oficiais; e as fontes numéricas.[33]

As fontes não escritas são aquelas a que recorremos para o estabelecimento de um facto da sociedade ou para estudarmos uma questão sociopolítica. Mais concretamente referimo-nos aos objetos e vestígios materiais; a iconografia; as fontes orais; a imagem e o som.

As fontes escritas oficiais privadas ou públicas (arquivos): do ponto de vista estritamente delimitado, é oficial uma fonte que depende de uma autoridade pública (documentos que são emitidos por uma autoridade pública, ou recebidos por essa autoridade, em virtude das responsabilidades que lhe estão confiadas por lei, por regulamentos ou por certos costumes notórios). Por outras palavras, as fontes oficiais dependem exclusivamente de agentes do Estado ou de pessoas mandatadas pela

[31] Luc Albarello et al. (2011: 42-45).
[32] Luc Albarello et al. (2011: 86).
[33] Luc Albarello et al.; trad. Luísa Baptista (2011). Práticas e métodos de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva.

autoridade do Estado e que agem no quadro das suas funções. Por exemplo: os textos publicados no Diário da República, os dados do Arquivo de Identificação, um passaporte, um bilhete de identidade, correspondência, as notas ou o diário pessoal de personalidades, os documentos internos de organizações profissionais, de partidos, etc.[34]

As fontes escritas não oficiais incluem a imprensa, as revistas e publicações periódicas, os livros e os documentos intermediários.

Por último, existem as fontes numéricas, que incluem as estatísticas correntes, as análises estáticas, bem como os dados provenientes de investigações anteriores.

Uma vez resolvido o problema das fontes, as mesmas questões surgem para a literatura crítica. Aqui não se pode resolver o problema de inacessibilidade de literatura crítica contentando-se com trabalhar apenas no que se tem, pois da literatura crítica se deve ler, se não tudo, pelo menos tudo aquilo que é importante.[35]

Para a elaboração do nosso trabalho servir-nos-emos de bibliografia secundária, ou seja, livros e artigos. Ao mesmo tempo, procuraremos dar maior atenção à análise das fontes (Imprensa, arquivo, entrevistas) disponíveis na Biblioteca e Arquivo Histórico-Diplomático de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Histórico Parlamentar, Imprensa Portuguesa (Expresso, Diário de Notícias), Biblioteca da Assembleia da República – Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Imprensa Moçambicana (Revista Tempo e Jornal Notícias) e Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Maputo. Importa referir que as entrevistas às quais fazemos menção são entrevistas que encontramos disponíveis no mais variado material de imprensa por nós consultado.

Limitações

Escrever sobre este tema revela-se desafiador devido ao acesso às fontes primárias, pelo facto de grande parte do material continuar classificado. No decorrer da pesquisa, por entre documentos oficiais (mais especificamente nas correspondências), deparamo-nos igualmente com um número considerável de documentos ainda lacrados.

Segundo Moreira (2007), a conquista do acesso à informação no estudo representa efetiva e frequentemente um dos momentos mais difíceis da investigação social. Assim, quando se está perante uma barreira, o investigador chega a duvidar de si mesmo, "entra em crise e culpabiliza-se a si próprio". Ao enfrentar dificuldades no acesso à informação,

[34] Note-se que nem todos os documentos oficiais são imediatamente acessíveis aos investigadores, alguns só se tornam acessíveis depois de um prazo conhecido (geralmente vinte ou trinta anos, por vezes até cinquenta anos). Luc Albarello et al. (2011:22).

[35] Eco, Umberto (2003). *Como se faz uma tese em ciências humanas* (10ª ed). Lisboa: Ed. Presença. p. 71.

segundo Moreira (2007), urge o investigador desenvolver "estratégias multifásicas e progressivas (que correspondem grosso modo à sensatez comum, «uma coisa de cada vez») e, sobretudo, procura criar resistência à rejeição (…), uma persistência "em tentar e tentar de novo para conseguir um encontro, uma autorização". Como solução, o estudioso sugere que o investigador opte por uma das duas modalidades de investigação/observação: manifesta (mais aplicável para os casos em que não se colocam obstáculos de maior ao investigador) ou encoberta (mais aplicável não somente quando se enfrentam problemas ligados propriamente ao acesso, mas também se torna recomendável por se presumir maior naturalidade da investigação/observação).[36]

Por estes fatores, de acordo com o estudioso previamente referenciado, existem autores (Denzin, Enrikson e Warwick) que, por um lado, aceitam ou mesmo recomendam a aplicação de métodos encobertos na investigação e autores que, por outro lado, fazem uso reticentemente (Vidich) e consideram a sua aplicação totalmente inaceitável, à luz dos princípios éticos da investigação científica (Sagarin).[37]

Na tentativa de busca de uma satisfação, não encontrámos uma explicação como tal; na linguagem do pessoal de suporte foi nos dada a explicação de que "ainda que os dossiers estejam desclassificados, documentos específicos continuam em tratamento para disponibilização futura por motivos vários".

O que apresentamos nesta tese é fruto de material recolhido com recurso à pesquisa manifesta e com as devidas permissões – sempre declarámos o nosso papel de investigador. Para os casos em que notámos dificuldade em aceder à informação, ousámos formular perguntas simples, porém contextualizadas e direcionadas, que acreditávamos que não constituíssem nenhum constrangimento por parte até de quem "poderia" facultar a informação pretendida. Das respostas dadas, nalguns casos, conseguimos tirar informação útil que, de forma implícita, faz-se constar na nossa pesquisa.

Organização da tese

Na tentativa de se dar respostas às questões levantadas, organizou-se esta tese em quatro capítulos.

O primeiro capítulo dedica-se a uma contextualização, recolhendo os elementos precedentes e de capital relevância para a compreensão das relações que se estariam a

[36] Moreira, Carlos Diogo (2007*). Teorias e práticas de investigação.* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. pag 139.
[37] Moreira, Carlos Diogo (2007). *Ob. Cit.,* p. 141.

estabelecer entre um país europeu, que se despia da posição de colonizador para assumir o lugar de potencial cooperante de um país africano, recém-independente, com a máquina governamental toda ela por ser constituída. Mais precisamente, faz-se uma passagem pelos antecedentes do golpe de estado português de 25 de abril de 1974, aborda-se a origem do golpe e, simultaneamente, analisam-se as suas repercuções no mundo em geral e em particular para as colónias portuguesas, mais concretamente Moçambique. As várias vias para a independência são discutidas e chega-se à assinatura do Acordo de Lusaka, que acompanhou Moçambique na assinatura do Acordo Geral de Cooperação com a República Portuguesa até à proclamação da independência.

No segundo capítulo discutem-se as linhas que orientaram a política externa da República Popular de Moçambique no período pós-independente. De igual modo, trar-se-á ao debate a política externa assumida pela República Portuguesa no período que sucedeu ao golpe de estado de 1974.

No terceiro capítulo, recorrendo essencialmente às fontes primárias, procura-se fazer um retrato do estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e Moçambique, sem ignorar os momentos em que as relações entre estes Estados estiveram comprometidas, bem como os factores que colaboraram para a normalização das mesmas relações.

No quarto capítulo apresentam-se as visitas oficiais como marco do fortalecimento das relações entre Portugal e Moçambique. Mais especificamente, visita de Joaquim Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Lisboa; visita de Jorge Sampaio, Secretário de Estado da Cooperação Externa, a Maputo; visita oficial do Chefe de Estado da República Portuguesa, Ramalho Eanes, a Moçambique; visita oficial do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, a Portugal.

CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE

1.1.Nota introdutória

O presente capítulo contextualiza as relações entre Portugal e Moçambique, abordando elementos antecedentes ao 25 de abril, acompanhados pelas suas implicações, descrevendo o percurso e os vários acordos assinados entre a República Portuguesa e Moçambique até a proclamação da República Popular de Moçambique.

1.2.Antecedentes do 25 de Abril

Segundo Said (1978: 79), o colonialismo é um sistema de dominação política, económica e cultural que envolve a subjugação de um povo ou nação por outro, geralmente mais poderoso. Este processo foi responsável pelo silenciamento de sujeitos que, mesmo sendo vivos, não eram reconhecidos nem considerados como "vida". De modo geral, o colonialismo preconizava uma relação de dominação direta política, social e cultural sobre um determinado povo.[38]

Segundo o Dicionário de Relações Internacionais, de forma genérica, o colonialismo é um fenómeno histórico e um sistema de dominação, que envolve a conquista, manutenção e exploração de territórios e povos fora do país de origem por outras potências coloniais. Esta prática é caraterizada pela ocupação territorial e controlo económico, cultural e político sobre uma região geográfica e a sua população, frequentemente justificada por ideologias de superioridade e missões que civilizam outras.

Ora, em Relações Internacionais, o colonialismo é entendido como um elemento central na formação do sistema internacional moderno, influenciando as relações de poder, a distribuição de recursos globais e as identidades nacionais e culturais. O colonialismo não apenas moldou as fronteiras políticas e económicas do mundo, mas também legou estruturas de desigualdade e padrões de interação que persistem nas relações Norte-Sul.[39]

No contexto das Relações Internacionais, compreender o colonialismo revela-se uma mais-valia na perceção das dinâmicas de poder e influência entre os Estados, bem

[38] Dicionário de Relações Internacionais https://relacoesexteriores.com.br/glossario/colonialismo/#:~:text=%E2%80%9CDiscourse%20on%20Colonialism%E2%80%9D%20por%20Aim%C3%A9%20C%C3%A9saire:%20Uma,desumanizador%20tanto%20para%20colonizados%20quanto%20para%20colonizadores

[39] Said, Edward W. (1978). *Orientalism: Western conceptions of the Orient.* Routledge & Kegan Paul.

como os desafios enfrentados pelos países em vias de desenvolvimento.

A prática do colonialismo atingiu o seu auge durante o período moderno, em particular entre os séculos XIX e XX, com as potências europeias dividindo e controlando vastos territórios de Africa, Ásia e América (Hobsbawm, 1994).[40]

Ora, no contexto das Relações Internacionais, segundo Cox, 1987, o colonialismo é um tema de capital relevância para compreender as dinâmicas de poder e influência entre os Estados. Ou seja, a análise do colonialismo pode ajudar na compreensão das relações entre Norte e Sul, bem como os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento.

1.2.1.O colonialismo em África

Nos finais do seculo XIX, alguns portugueses tinham sonhado construir um novo Brasil na África Central – assim emergia a visão de uma África que se desenvolveria para "substituir" o Brasil e com a missão clara de auxiliar Portugal a libertar-se do domínio britânico.

Foi na Conferência de Berlim que se estabeleceu o princípio de que o critério para o reconhecimento internacional dos direitos em África era a ocupação de facto e não a descoberta prévia. Este era o entendimento do governo britânico, enquanto que os portugueses tinham salientado que os seus direitos de posse se baseavam na descoberta prévia.

O Congresso de Berlim revelou a existência de uma aliança franco-germânica que, a dado momento, podia frustrar as pretensões britânicas e, consequentemente, mostrar-se favorável para Portugal. Terminado o Congresso, os diplomatas portugueses conduziram com êxito uma série de negociações com a França e a Alemanha. Estas negociações culminaram com a assinatura de um acordo franco-português, em maio de 1886, que definia as fronteiras da Guiné e autorizava a cessão do rio Casamance à França; e uma convenção semelhante com a Alemanha, em dezembro de 1886, fixando as fronteiras setentrionais de Moçambique e a fronteira de Angola no Cunene.

Ao fazer concessões importantes à Alemanha, os portugueses alimentavam esperanças do reconhecimento das suas reivindicações em conformidade com o Mapa Cor-de-Rosa. Porém, embora a Alemanha e a França permitissem que o Mapa Cor-de-

[40] Hobsbawm, Eric. (1994). *The age of extremes: the short twentieth century, 1914-1991*. Penguin Books.

Rosa fosse anexado ao Tratado, limitavam-se apenas a reconhecer genericamente os direitos de Portugal no interior, não especificando quaisquer fronteiras em concreto. Assim, assumir que o Congresso teria sido de todo favorável para Portugal não seria das melhores visões.

Temos ainda a referir que as fronteiras conquistadas pelos negociadores ingleses e portugueses foram resultado de um conhecimento relativamente reduzido do terreno, ou seja, as linhas de fronteira seguiam por vezes os rios ou bacias hidrográficas, quando estas se conheciam. Todavia, com maior frequência, os desenhadores do Ministério dos Negócios Estrangeiros tinham de recorrer às linhas retas para preencherem as lacunas nos diminutos conhecimentos reais.

1.2.2. Colonialismo português em Moçambique

Para a realidade moçambicana, o colonialismo trouxe consigo o recrutador de mão-de-obra e o cobrador de impostos. Esta realidade fez com que parte da população encontrasse no fenómeno migratório uma forma de resistência às imposições do estado colonial. Neste contexto, ambicionava-se "escapar" para zonas onde as exigências fiscais ou laborais fossem menos onerosas ou onde existissem mais bens de consumo. Não somente, verificou-se também o fenómeno da emigração organizada, onde as populações avançavam em direção à fronteira com a África do Sul, procurando emprego por uma época ou duas nos projetos de construção ou nas explorações agrícolas da Rodésia do Sul.

Foi deste modo que, tendo a emigração começado como um meio de escapar à pressão colonial, tornou-se num aspeto essencial do padrão de vida das pessoas, a ponto de fazer com que a economia social das diferentes regiões fosse dela dependente. Importa referir que os principais movimentos migratórios em Moçambique tiveram início antes do estado colonial moderno, e continuaram mesmo depois de 1981.

Com o Estado Novo, Salazar ascende ao poder com uma política imperial centrada na resolução dos problemas financeiros e económicos de Portugal, provenientes dos insucessos da política republicana. Nesta senda, as colónias de Angola, São Tomé e Moçambique eram vitais para a superação deste problema uma vez que "possuíam uma capacidade considerável de conseguir moeda estrangeira e Moçambique era de particular importância em virtude da moeda forte que conseguia obter através do provimento de serviços e mão-de-obra à África do Sul e à Rodésia".

No período posterior à segunda guerra mundial, Salazar achou oportuno retirar o carácter fascista do Estado Novo e adotar as formas exteriores de uma democracia liberal.

Foi neste contexto que se realizaram eleições populares para o cargo de Presidente da República e o regime adaptou as suas instituições públicas para que se afigurassem mais representativas e, consequentemente, mais aceitáveis aos olhos do Ocidente.[41]

1.2.3.Campanhas de pacificação

Associado ao conceito de colonialismo existe o de "campanhas de pacificação", que é entendido como um processo de transformação da soberania formal em domínio efetivo, e que dominou a política colonial portuguesa por cerca de três décadas, a partir dos meados dos anos noventa do século XIX. Esta atividade militar já se vinha realizando no passad. Todavia, a novidade que trazia residia no ritmo das operações.

No contexto moçambicano, importa referir que o sul de Moçambique tinha sido conquistado nas campanhas contra Gaza em 1885-7 e incorporado no mundo do capitalismo colonial através do desenvolvimento da migração de mão-de-obra para a África do Sul.

A Zambézia tinha sido ocupada pelas forças coloniais em 1902 e a sua vida colonial dominada pelo sistema de plantações dos prazos. Uma das duas regiões setentrionais, o território da companhia do Niassa, a norte do rio Lúrio, contava com a oposição forte e organizada por parte dos principais chefes yao ao seu avanço para o interior. A remanescentes setentrional, o interior da ilha de Moçambique, que se encontrava sob a administração direta do governo colonial, constituído pelas antigas cidades costeiras da ilha de moçambique, com os satélites muçulmanos Sancul e Quitangonha e Angoche, foi a última zona onde os portugueses impuseram o seu domínio de fato e onde encontraram a oposição mais prolongada e determinada.

1.2.4.Descolonização

O presente trabalho enquadra-se no campo das Relações Internacionais. Sugerimos que, ao abordarmos a descolonização, tomássemos como referência o Pós-colonialismo como uma das teorias do campo de saber em alusão.

O Pós-colonialismo, como abordagem teórica, busca analisar as Relações Internacionais a partir de uma perspetiva dos países colonizados e das culturas não ocidentais.

De um modo geral, o Pós-colonialismo desafia a abordagem realista das Relações Internacionais na ênfase que dá ao poder e segurança nacional. Esta teoria destaca a

[41] Newitt, Malyn (1997). *História de Moçambique.* S.L. Publicações Europa América. p. 410

importância da cooperação internacional e do diálogo entre as culturas e civilizações; busca promover a justiça e a igualdade nas Relações Internacionais, combatendo todas as formas de opressão e exploração.

O arranque deste processo, para a realidade africana, foi visto com algum ceticismo a ponto de se sustentar, publicamente, a sua irrelevância uma vez que as colónias africanas faziam parte da metrópole. Todavia, o tempo foi passando e a realidade dos factos revelou a fraqueza desta conceção com a proclamação das independências.

1.3. O 25 de abril e o fim do império português

O 25 de abril em Portugal ficou marcado por uma revolução resultante do movimento político e social que pôs fim ao Estado Novo[42] de 1933. Segundo Rosas (2004), o 25 de abril foi um movimento revolucionário pela democratização do Estado e pela justiça social. Foi também um movimento revolucionário que deu lugar à maior democratização do acesso à vida pública e à mais profunda remodelação e ampliação das elites da História do país.[43]

Alguns estudiosos preferem tê-lo como acontecimento determinante para o fim das guerras coloniais, que viria a culminar com a proclamação das independências das chamadas províncias ultramarinas. Não menos importante referir que a ação foi liderada por um movimento militar, o Movimento das Forças Armadas (MFA), composto na sua maioria por capitães que tinham participado na Guerra Colonial. Estes últimos eram, maioritariamente, apoiados por oficiais milicianos.

Ora, para além do 25 de abril como tal, dependendo da perspetiva que nos estiver a guiar, podemos ter inúmeros protagonistas para o fim da guerra colonial e/ou do processo de descolonização das províncias ultramarinas. Entre os prováveis responsáveis ou culpados, heróis ou traidores[44], encontram-se figuras que, no momento, estavam numa

[42] Tratou-se de um regime político que vigorou em Portugal desde a aprovação da Constituição de 1933 até a Revolução de 25 de Abril de 1974. Para além de Estado Novo, uns preferem chamar a este período de salazarismo.

[43] Rosas, Fernando (2004). *Pensamento e ação política: Portugal no século XX (1890-1976): ensaio histórico (1ª ed)*. Lisboa: Editorial Notícias. 1ª Edição. p.129-160.

[44] Numa perspetiva afro-nacionalista, todos os que tiverem feito algo em prol da descolonização serão tomados como heróis. Contrariamente, numa perspetiva imperialista, todos os que de certo modo prestaram algum apoio aos movimentos de libertação nacional, incluindo os que optaram por não se aliar à contrassubversão são tomados como traidores. Daí que é comum, de uma forma geral, do lado africano o grupo dos nacionalistas ser tomado como sendo o dos heróis. Os imperialistas, que no caso português, vieram a ser designados por "retornados", foram os maiores traidores da pátria. Esta forma de ler a história, de certo modo, pode ser tida como pecadora, uma vez que durante a guerra colonial houve africanos que estiveram a apoiar o império, bem como, europeus que abraçaram a causa dos movimentos de libertação nacional.

posição que permitiu lidar com o assunto, quer de forma direta, assim como de forma indireta. Destacam-se também episódios, organizações internacionais, política externa das grandes potências do momento, e muito mais.

Desta forma, acreditamos que, para além de fatores nacionais, foram determinantes para o fim da resistência à descolonização as dinâmicas internacionais e transnacionais. De acordo com Oliveira, entre estes vários fatores[45] salientam-se:

- A ONU e as suas declarações anticoloniais de 1960 (Segundo a Declaração Sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou que: A sujeição de povos à subjugação, exploração e domínio estrangeiros constituíam uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da promoção da paz e cooperação mundiais; Todos os povos têm o direito à autodeterminação; em virtude deste direito, podem determinar livremente o seu estatuto político e prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural; A falta de preparação no domínio político, social ou educativo não deve jamais servir de pretexto para atrasar a independência; Todas as ações armadas ou medidas repressivas de qualquer tipo dirigidas contra povos dependentes deverão cessar a fim de permitir a estes últimos exercer pacífica e livremente o seu direito à completa independência, e será respeitada a integridade do seu território nacional; Deverão ser tomadas medidas imediatas em todos os Territórios Sob Tutela e Territórios Não Autónomos ou em quaisquer outros territórios que não tenham ainda alcançado a independência, de forma a transferir todos os poderes para os povos desses territórios, sem quaisquer condições ou reservas, em conformidade com a sua vontade e desejo expressos, e sem qualquer distinção quanto à raça, credo ou cor, a fim de lhes permitir gozar uma independência e liberdade completas; Qualquer tentativa de destruir parcial ou totalmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os fins e princípios da Carta das Nações Unidas; Todos os Estados deverão observar fiel e estritamente a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a presente Declaração, numa base de igualdade, não ingerência nos assuntos internos dos demais Estados, e respeito pelos direitos soberanos de todos os povos e pela sua integridade territorial);[46]

- A volatilidade que se vivenciou após 1973 no quadro internacional, e a crise

[45] Oliveira, Pedro Aires; Rosas, Fernando; Machaqueiro, M. (Ed.) (2015). *O Adeus ao Império. 40 Anos de Descolonização Portuguesa.* Lisboa. p. 260.
[46] Resolução 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960.

deste período ,tornou os dirigentes ocidentais mais sensíveis às opiniões de alguns Estados do "Terceiro Mundo", uma vez que as perspetivas de evolução da política e a economia internacional apontavam para a emergência de um mundo mais interdependente e multipolar;

- Os nacionalistas africanos souberam aproveitar a descrença dos potenciais apoiantes de Spínola no tocante à viabilidade do seu projeto, ou seja, "(…) Spínola continuava a acreditar no dogma da manutenção da presença portuguesa em África como condição para a sobrevivência de Portugal enquanto `nação livre e independente´. (…) A continuidade da presença portuguesa em África deveria, porém, ser assegurada não pela força das armas, nem pela `sujeição dos africanos´, nem pela `sustentação de mitos contra os quais o mundo se encarniça´".[47] Mais precisamente, o seu projeto previa: "o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, a realização de uma `consulta popular´, e a ampla publicação das intenções do governo português e dos actos que entretanto fossem realizados"[48];

- A coesão dos movimentos anticolonialistas, nos primeiros meses após os acontecimentos de 25 de Abril;[49]

- Joaquim Chissano, em entrevista alusiva à comemoração dos 60 anos da FRELIMO à Rádio Moçambique, assume ter ficado claro que a independência estava na mira aquando do fracasso da Operação Nó Górdio[50] que permitiu à FRELIMO antecipar todas as ações das Forças Armadas Portuguesas.

Antes mesmo de nos referirmos aos acontecimentos do 25 de Abril, sentimos necessidade de referenciar os seus antecedentes, ou seja, aquilo que veio a ser determinante para esta revolução.

Ora, até meados do século XX, Portugal continuava mantendo o seu império e já tinha demostrado à comunidade internacional o seu não interesse em abdicar da posição que ocupava naquelas que ficaram conhecidas como províncias ultramarinas. Neste

[47] Rodrigues, Luís Nuno (2010). *Spínola: biografia.* Lisboa: A Esfera dos Livros. Ppag 216.
[48] Rodrigues, Luís Nuno (2010). *Ob. Cit.,* p. 217
[49] Este fator facilitou o exercício de uma pressão contínua sobre Lisboa para a obtenção de acordos nos termos em seu favor, uma vez que nos centros de decisão metropolitanos vivia-se uma realidade contrária
[50] "(…) foi a maior operação de combate convencional levada a cabo na Guerra do Ultramar Português em África, o general Kaúlza de Arriaga visava eliminar as bases inimigas no distrito de Cabo Delgado e recusas à Frelimo a criação de `áreas libertadas´ em Moçambique. caso obtivesse a vitória o general Kaúlza poderia então concentrar-se no seu plano de `pacificação de Moçambique´ em operações mais propeiamente de contra-guerrilha, através da política de `alargamentos estratégicos´, em que concentraria as populações indígenas tornando assim mais difícil as acções de mobilização política da Frelimo, e no plano de criação de forças militares moçambicanas (G.E. e G.E.P.) que deveriam a prazo sustentar o principal esforço de guerra." Gomes, Carlos de Matos (2002). *Moçambique 1970: operação Nó Górdio.* Lisboa: Tribuna.

contexto, várias foram as vias que se procuraram de forma a convencer Lisboa a tomar um posicionamento contrário. Porém, esgotadas as vias de negociação pacífica, os povos das colónias organizaram-se e envolveram-se num conflito armado com a metrópole – iniciava-se assim a guerra de África (1961-1974).

Segundo Manuel Pereira Crespo (1977), de uma forma geral,

> a guerra surge, quando, numa política de coação, qualquer dos adversários, além dos meios diplomáticos, económicos e políticos, e conjuntamente com eles, resolve empregar, de maneira efetiva, e não apenas como ameaça, meios militares.[51]

Chegados aqui, qualquer dos adversários pode pretender obter a vitória por intermédio de soluções diplomáticas, económicas ou até militares.[52]

A guerra colonial teve início em Angola, depois passou para a Guiné e Moçambique.[53] Foi uma guerra do tipo subversiva[54] e, por escassez de recursos militares, enveredou-se pela tática de guerrilha.[55]

Esta guerra foi grandemente alimentada pela coação recíproca que, desde 1945, se verificou entre os EUA e a URSS. Estas duas potências foram alargando as suas áreas de influência combatendo-se nas suas pretensões.[56] Uma vez que Portugal era aliado dos EUA, a URSS aliou-se aos grupos armados das colónias (Guiné, Angola e Moçambique) com o intuito de, assim que a vitória fosse alcançada, incluir as ex-colónias na sua área de influência.[57]

Perante este cenário, *até que ponto poderia o exército português continuar com as guerras em África?* Esta é uma questão muito persistente para muitos naquela época.

MacQueen, ao tentar responder à questão atrás levantada, elimina a possibilidade de ter sido a capacidade militar a determinar o curso dos acontecimentos. Para este

---

[51] Crespo, Manuel Pereira (1977). *Porque perdemos a guerra.* Lisboa: Ed. Abril. p. 26

[52] IDEM, p. 27.

[53] A guerra colonial em Moçambique fez-se sentir para muitos. Contudo, para uns e outros esta guerra não chegou a fazer-se sentir especialmente na região sul do país. Grande parte da população desta região tem consciência da resistência colonial até finais do seculo XIX com a captura de Ngungunhane. Depois da "guerra de Ngungunhane", a que se segue é a guerra civil – deixando evidente um vazio entre as duas que podia ser preenchido pela guerra colonial. Este facto pode ser discutido em outros fóruns com mais vagar, todavia é importante referir que a parte que se encontra abaixo do rio Save posteriormente veio a conhecer de perto o ambiente de guerra com o eclodir da guerra civil. Esta última pouco soou para o norte do rio Save.

[54] Nos manuais militares, a guerra subversiva surge como a luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o objetivo de, pelo menos, paralisar a sua ação. Cf. Garcia, Francisco Proença. (2010). *Da Guerra e da Estratégia: A nova polemologia.* Lisboa: Prefácio. p. 40-41 e 65.

[55] Tática de guerrilha: tática de combate não convencional baseada na ocultação e mobilidade dos combatentes por meio de ataques surpresa e da aprimorada utilização de espaços de combate por eles dominados.

[56] Crespo, Manuel Pereira (1977). Porque perdemos a guerra. Lisboa: Ed. Abril. p. 26.

[57] IDEM.

estudioso, de uma forma geral, o que ditou o curso dos acontecimentos foi a política local e internacional.[58]

Spínola chegou a afirmar que a FRELIMO esteve próxima da derrota e que a situação só teve o percurso que teve graças à transformação das condições que o golpe ocorido na metrópole proporcionara. Para ele, "(...) a FRELIMO vacilava sob um peso de 'dificuldades insuperáveis', desmoralizada, cansada da guerra e confrontada com a hostilidade das populações locais".[59]

Como podemos constatar, a forma de interpretar os acontecimentos não é linear. Há estudiosos que não veem relevância alguma no 25 de abril para o fim da guerra colonial uma vez que, naquela época, foram frequentemente reportados sinais de degeneração nas tropas portuguesas no início dos anos 70[60].

Os porta-vozes dessa situação foram vários. Entre os quais Barry Munslow que destaca dois jornalistas: A. J. Venter e Kerry Swift. Ora, segundo Munslow (1983), a FRELIMO caminhava rumo à vitória independentemente dos acontecimentos de Lisboa. Na sua obra, inicia por fazer uma descrição dos movimentos das tropas da FRELIMO na zona centro (Tete, Manica e Sofala) e norte de Moçambique, concretamente no que aconteceu na Província nortenha de Cabo Delgado. Conta, na primeira pessoa, que

> the district capital of Mueda was attacked by large-scale units, and twenty-one aircraft were destroyed as they lay on the airstrip. (…) With the arrival of Soviet-supplied Sam 7 missiles, FRELIMO was able to shoot down many more planes in the period March-April 1974.[61]

Como evidência de parte das fragilidades no seio das tropas portuguesas refere que

> the over-all weakness of the Portuguese military effort had a number of internal causes. No comprehensive plan was worked out; military policy was haphazard and unco-ordinated; the strategy was essentially defensive; local malice policy was often inexplicably altered with the arrival of a new commanding officer; there was inter-service rivalry and rivalry between staff and combat officers; senior officers served also on the boards of large companies; professionalism was subordinated to political orthodoxy in the promotion of officers; and, finally, there were conflicts between junior and senior officers.[62]

Ademais, segundo MacQueen, em 1973 as operações da FRELIMO tinham se

---

[58] MacQueen, Norrie (2015). *A descolonização da África Portuguesa: A revolução metropolitana e a dissolução do Império.* Mem Martins: Editorial Inquérito,

[59] Spínola in *País sem rumo* apud Macqueen, (2015). p. 52.

[60] "(…) many signs of breakdown in morale, including heavy drinking on duty in the convoys, lack of discipline (slovenly dress, misuse of weapons and the murder of FRELIMO prisoners), and the widespread use of prostitution".

[61] Munslow, Barry (1983). Mozambique: the revolution and its origins. Nova York: Longman. p. 124

[62] IDEM: 125.

estendido às províncias centrais de Manica e Sofala, o que implicou um alargamento significativo do perímetro de atuações da guerra. A este nível, podemos afirmar que a guerra tinha sido levada a áreas próximas de centros de população branca.

Simultaneamente, o comportamento dos militares portugueses estava sendo alvo de muitas críticas e denúncias, quer pelas suas falhas na defesa da comunidade dos colonos bem como pela sua brutalidade. A título de exemplo temos a publicação do Massacre de Wiriyamu.[63]

De acordo com Pimenta (S.a.), aquele massacre provocou tamanha repercussão internacional a ponto de contribuir para um maior isolamento político de Portugal.[64]

Ademais, para Pinto, em Portugal vivia-se um ambiente de divergência de ideias. Discutia-se como Portugal iria terminar a guerra colonial. Por um lado, Costa Gomes defendia que se conquistasse a paz «à sombra da bandeira portuguesa». Por outro lado, António de Spínola alvitrava a «sobrevivência da nação no seu todo pluricontinental». E ainda, as forças de esquerda, militares, e também civis tinham um seu parecer face à forma de desfecho a ser aplicada.[65]

Ora vejamos:

- Os partidos de esquerda publicamente eram pelo fim da guerra colonial e pelo reconhecimento das colónias. Simultaneamente, aceitavam os movimentos de libertação como únicos representantes dos povos;

- O Partido Comunista Português, logo após o golpe militar, admitiu o reconhecimento do direito à imediata e completa independência dos povos que estavam sob dominação colonial portuguesa. Este, inclusive, indicou os representantes dos mesmos povos.

---

[63] Operação protagonizada pelas tropas portuguesas chefiadas pelo agente Chico Kachavi. Que culminou num massacre que teve lugar no dia 16 de Dezembro de 1972. Vitimou população das povoações de Wiriyamu, Juwau, Chawola e arredores – Província de Tete, zona centro de Moçambique. Adrian Hastings fala de cerca de 400 a 500 vítimas. Devemos referir que o número exacto das vítimas é difícil de apurar primeiramente devido à forma como os mesmos aconteceram pois, respondiam a uma ordem de matar a todos: "A voice with authority had shouted repeatedly: ´Phani wense!´ - 'Kill them all!' 'Leave no survivors!'" Outro facto que dificulta a contabilização das vítimas é que depois do dia 16 de Dezembro, actos barbários voltaram a ter lugar naquelas povoações com o agravante de somente vinte dias depois é que as autoridades se fizeram presentes no local. Quando o mundo veio a tomar conhecimento do sucedido, Portugal distanciou-se das acusações perante toda a comunidade internacional. Ademais, em sua defesa, aquando da visita de Marcelo Cetano a Londres em Julho de 1974 as afirmações foram neste sentido: "Portuguese policy is to win the hearts of the people and they are doing so very successfully: so how could they spoil their good work by such na atrocity? Anyway, there is no 'evidence': Not one person who has been properly massacred has reported the fact afterwards so how can we know that he has? These reports are all 'second-hand'." Hastings, A. (1974). *Wiriyamu.* London: Search Press. p. 69-76, 94.

[64] Pimenta, Fernando Tavares (S.a.). *A Revolução de 25 de Abril de 1974 em Moçambique.*

[65] Pinto, J. (2005). Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). p. 126

Na opinião de MacQueen, para os ultra salazaristas, a noção de um único desafio às bases pluricontinentais da presença portuguesa no ultramar serviu para sublinhar a ideia de "um Estado, uno e indivisível" que fundamentava a chamada "vocação africana" do país. Ou seja, para estes, toda a África portuguesa era uma parte integrante do Estado e não, de modo algum, um "império" ultramarino.[66]

O manifesto de Spínola publicado em fevereiro de 1974 – *Portugal e o futuro* – com as suas fórmulas, visava a preservação de um certo tipo de relacionamento com o império português africano. Por outras palavras, segundo MacQueen, (2015:59) esta obra pode ser vista como uma tentativa de última hora para preservar as colónias africanas. Contrariamente, na realidade, veio a acelerar o que procurava evitar, ou seja, de certo modo é tido como um dos aceleradores dos acontecimentos de 25 de Abril.

O manifesto tinha, na verdade, dois pressupostos essenciais:

- Portugal vivia nessa época uma das horas mais graves da sua história, daí que urgia um novo pacto social – uma nova estratégia;

- Portugal encontrava-se numa situação de preocupante atraso económico – clima de progressiva interação económica.

"Portugal e o futuro" mereceu atenção por parte de Mário Soares. Segundo Rodrigues (2010), numa entrevista, Soares elogiou e considerou a obra importante para aquele contexto, não somente pelo conteúdo, bem como pela pessoa que preparou o trabalho, tudo isto associado ao momento escolhido para a sua publicação. Soares, no que diz respeito à sua visão sobre o que se passava em Portugal, bem como sobre as guerras do ultramar, era da mesma opinião que Spínola. Por outras palavras, Soares era favorável à fórmula spinolista de resolução da guerra colonial – carecia de uma solução política.[67] Ou seja, estas guerras não poderiam, de forma alguma ser ganhas por meios exclusivamente militares.

Todavia, Soares não é de todo apologista do futuro que se projeta para as colónias naquela obra. Para este último, "Spínola antecipa-se à vontade dos africanos – e dos próprios portugueses – quando sugere a criação de uma federação portuguesa, espécie de *commonwealth* lusitana, como única forma de resolução das dificuldades atuais".[68]

---

[66] MacQueen, Norrie (2015). *A descolonização da África Portuguesa: A revolução metropolitana e a dissolução do Império.* Mem Martins: Editorial Inquérito. pag 44.

[67] Rodrigues (2010) recorda-nos que o Marechal Costa Gomes foi dos primeiros militares a reconhecer vias alternativas para a resolução da guerra colonial. Rodrigues, L. (2010). *Spínola.* Lisboa: Esfera dos Livros.

[68] [68] Rodrigues, L N. Spínola. 2008: 291. Apud entrevistas de Mário Soares a 21 de março de 1974, in Mário Soares, *Escritos do exílio,* Lisboa, Livraria Bertrand, 1975, p. 294-296.

O projeto de Spínola, para além da falta de apoio norte-americano, teve falta de apoio dos seus aliados europeus. Vários eram os motivos que levavam a Europa a não dar azo à eternização do império ultramarino português. Ora, numa perspetiva puramente realista, Oliveira sublinha que, para as potências com antigos interesses no continente africano, seria mais viável lidar com as lideranças locais independentes – governos frágeis, carentes de programas de ajuda económica e assistência técnica –, em detrimento de ter Portugal como intermediário no que dissesse respeito à cooperação e relações externas.[69]

Este cenário, associado aos acontecimentos do 25 de abril em Lisboa, aumentaram de certo modo o poder da FRELIMO. Ou, dito de outra forma, com o 25 de abril a FRELIMO apenas ganhou mais força.

MacQueen recorda-nos que, duas semanas após a Revolução dos Cravos, Costa Gomes, na qualidade de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, ao mesmo tempo que assegurava, em público, que os militares dominariam a situação, inclusive recorrendo à força caso fosse necessário, em privado assumia que as forças armadas locais "tinham atingido os limites da exaustão psico-neurológica".[70]

Rodrigues (1995: 53) acusa o Ocidente de não ter apoiado Portugal contra a subversão em Angola e em Moçambique. Para ele «Os países ocidentais que (…) deveriam, em termos de justiça e no seu próprio interesse, ter apoiado, (…) Portugal, (…) não o fizeram ou, pelo menos, não o fizeram com suficiente clareza e empenho.»

Rodrigues acrescenta ainda que

> «a maioria dos Impérios Coloniais praticaram sistematicamente um colonialismo mais ou menos opressor e explorador, e não uma colonização fundamentalmente civilizadora e promotora da elevação, em todos os planos, das populações. Este facto deu legitimamente lugar ao desejo de auto-governação das populações assim tratadas. E interesses, que nada tinham com o colonialismo ou a colonização, aproveitaram-no, ampliaram-no e agudizaram-no, agora ilegitimamente, criando uma psicose, uma obsessão, terceiro-mundista de independência, alheia à razão, a todo o custo e sob qualquer fórmula, descuidando consequências.»
>
> A questão não dizia respeito a Portugal, em cujos territórios ultramarinos, depressa o colonialismo, onde e quando eventualmente existiu, foi substituído por uma sadia colonização. Razão pela qual as populações de Angola e Moçambique foram, na grande maioria, estranhas e contrárias à subversão, nunca tendo a parcela afetada dessas populações ultrapassado os 10% do seu total. Pela mesma razão, as tropas portuguesas acabaram por ter efectivos em que mais de 60% eram de etnias

[69] OLIVEIRA, 2015.

[70] MacQueen, Norrie (2015), A descolonização da África Portuguesa: A revolução metropolitana e a dissolução do Império, Mem Martins: Editorial Inquérito.

negras. Mas o mesmo não sucedeu com o Terceiro Mundo em geral que, impregnando psicose e obsessão referidas, se constituiu em inimigo de Portugal.»[71]

Aqui, de certo modo, Rodrigues culpabiliza o Ocidente pela perda das colónias portuguesas. Porém, podemos assumir que, ao não se ter mostrado apologista da continuidade do império português, quis salvaguardar os interesses de toda uma comunidade, quiçá de parte das liberdades civis em Portugal. Segundo Oliveira (2015: 69), os governos europeus ocidentais estavam empenhados em contribuir para a criação de condições que tornassem a institucionalização da democracia em Portugal o menos sobressaltada possível. (…). Para vários governantes, o sucesso da transição democrática em Portugal era razão suficiente para que certas preocupações, nas negociações para a transferência do poder em África fossem, eventualmente sacrificadas.

Eis que, para Oliveira, a obra de Spínola foi recebida como um prenúncio do fim da política de resistência à descolonização. Com o seu projeto, Spínola tentava resgatar e pôr em prática o plano francês de 1960 através de um enlace federativo legitimado por consultas de autodeterminação às populações ultramarinas, por forma a dar continuidade ao império. Este projeto neoimperialista, sucessivamente, revela-se perdedor contra um nacionalismo africano.[72]

Para Telo (2007:151), a descolonização esteve condicionada, essencialmente, à três fatores, nomeadamente: ausência de poder militar; ausência de poder político e diplomático – pulverização do poder político interno; e rápida internacionalização das guerras em África.[73]

Ainda sobre o desencadear da revolução que culminou com o fim da guerra colonial, Jorge Jardim é da opinião que os acontecimentos da Beira[74] (desencadeados sob inspiração dos 'democratas') foram o ´detonador´ da ação revolucionária que explodiu em abril. Ou seja, temos aqui uma outra versão dos acontecimentos de 25 de Abril. Para Jardim, o 25 de Abril lisboeta tem início em Moçambique, concretamente na Beira e na Vila Pery, em janeiro de 1974.

Por sua vez, Rosas Fernandes (2004) diz que os acontecimentos de 25 de Abril

[71] Rodrigues, Rui (1995). *Os últimos guerreiros do Império.* Amadora: Erasmos
[72] OLIVEIRA, 2015.
[73] Salientar que para o último fator referenciado, há quem o veja como tendo perturbado em grande escala o processo de descolonização. Abrindo espaço para ser tida como uma das condicionantes mais difíceis de acompanhar até aos dias de hoje.
[74] Tratou-se de uma onda de protestos em resposta ao apelo da Associação Comercial da Beira para que os estabelecimentos encerrassem as portas em sinal de luto pelo assassinato cometido nos arredores da Vila de Manica. Os protestos eram contra a inoperância das forças militares. Jardim, Jorge (1976). *Moçambique.* Lisboa: Intervenção.

responderam à evolução da tensão político-social e à evolução de uma conspiração militar que se fazia sentir na altura. Esta conspiração militar mostrava-se com características particulares. Para este, o golpe "é fruto do cansaço da guerra colonial". Sustenta "a dificuldade de vencer ou prolongar indefinidamente as 'guerras anti-subversivas', sobretudo em países com liberdade de opinião e associação". Em outras palavras, o que sustentou a guerra até então tinha sido a existência de um regime ditatorial que a tinha imposto como dogma indiscutível. Volvidos treze anos, não tendo podido manifestar-se livremente em termos de intervenção cívica e política legal contra a guerra, o cansaço instala-se nas Forças Armadas.[75]

Ora, esta conspiração passa rapidamente por um processo de politização: entre junho/julho de 1973 e março de 1974. O movimento concentrou-se na consciencialização da necessidade de derrubar o Governo, pela força, e instaurar a democracia como condição para pôr termo à guerra colonial: "só com a democracia se acabaria com a guerra"[76].

A rápida politização desta conspiração deveu-se a determinados fatores, entre os quais:

> a influência do movimento anticolonialista estudantil nas fileiras (…), o ambiente de descontentamento da sociedade portuguesa do fim do marcelismo (…), o papel individual muito importante de alguns poucos oficiais já politizados, e até com ligações políticas às oposições, tanto na Marinha como no Exército (…).[77]

Sucessivamente, Rosas deixa o seu posicionamento mais às claras, "foi o movimento revolucionário, (…), que pôs termo à guerra colonial e iniciou o processo de descolonização[78]".

De todo o resto, ficou evidente que, num curto período, Marcelo Caetano[79] tinha a missão de estabilizar a guerra, neutralizar os ultras, dar autonomia às colónias, liberalizar o regime e aprofundar a aproximação à CEE.

Ora vejamos que "…nas vésperas da revolução na metrópole, a situação política na colónia era bastante tensa, sendo notória a degradação da situação militar e o afastamento da população branca em relação às Forças Armadas Portuguesas. Era igualmente percetível a apreensão da população branca pelo seu futuro."

O que é que será de Portugal?

---

[75] ROSAS, 2004.
[76] IDEM: 133.
[77] IDEM: 134.
[78] IDEM: 138.
[79] Político português, foi o último Presidente do Conselho do Estado Novo e foi deposto na revolução de 24 de abril de 1974.

Quem preencherá o vazio de poder?

O que é que será das colónias?

Além-fronteiras, quais implicações trará este acontecimento?

Estas, são algumas das questões que não só persistiam, bem como procuraremos, de alguma forma, dar o nosso contributo para o seu esclarecimento nos próximos parágrafos.

1.3.1.O 25 de Abril no mundo

Segundo Telo, o 25 de Abril surge num momento internacional único que o retrata da seguinte forma: os EUA encontram-se paralisados e traumatizados; a URSS está em busca de uma aproximação e entendimento na Europa e, simultaneamente, procura expandir-se para o continente africano; a RFA revela um dinamismo e autonomia anormal. Ainda segundo Telo, 2007, se os acontecimentos de 25 de Abril tivessem tido lugar alguns anos atrás, os vários atores internacionais que aqui referenciamos teriam tido uma postura diferente. Ou seja, o continente africano e os EUA ter-se-iam mostrado mais ativos e, em contrapartida, a URSS teria tido alguns receios em se lançar tanto para Angola bem como para os outros pontos do continente negro.[80]

A Junta de Salvação Nacional[81], formada a 26 de abril de 1974, sem grandes sobressaltos mereceu o reconhecimento a nível internacional. Por outras palavras, aquando da tomada de posse do I Governo Provisório (16 de maio de 1974), a generalidade dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas[82] importantes tinham reconhecido o poder político emergente do golpe militar. Mais concretamente, o Brasil reconhecera no dia 27, a África do Sul no dia 28, a Espanha, os

[80] Telo, António José (2007). História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade. Barcarena: Editorial Presença.

[81] Foi um "órgão" que se formou logo após o golpe de 25 de abril e assumiu o poder, aquando da rendição de Marcelo Caetano. Na JSN seria eleito o Presidente da República Portuguesa e os restantes membros assumiriam as funções de Chefe e Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Chefe do Estado-Maior da Armada, Chefe do Estado Maior do Exército, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. A JSN, sob a presidência de Spínola, fazia parte do Conselho de Estado. Cof. Burchett, Wilfred (2025). O Golpe dos capitães: da ditadura à democracia em Portugal (1974-1976). Lisboa: Edições 70. Pag 77-78. De acordo com as Disposições Constitucionais Transitórias do II Governo Provisório, Lei nº3/74, de 14 de maio (1) artigo 9º, a JSN era "composta por sete militares, que para o efeito receberam mandato do Movimento das Forças Armadas nomeadamente, General António Ribeiro de Spínola, General Francisco Costa Gomes, Vice-Almirante António Alva Rosa Coutinho, Vice-Almirante José Baptista Pinheiro Azevedo, General Jaime Silvério Marques, General Carlos Galvão de Melo e General Manuel Diogo Neto. Conf. Novo Governo Provisório (2º): Homens e Programas. Pag 20 e 46. https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464075/GP02.pdf

[82] São de múltiplos interesses que ligam os Estados entre si, como membros da comunidade internacional, levando-os a estabelecer relações oficiais, ou relações de Estado a Estado. (Manual de Procedimentos sobre a Aplicação das Normas do Protoloco do Estado, 2007: 44).

EUA e a República Federal da Alemanha declararam inalteração das relações com Portugal.[83]

Por sua vez, Londres, após consultar os membros da CEE, da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da Commonwealth, anuncia o reconhecimento do novo regime de Lisboa.

Nos próximos parágrafos, procuraremos dar atenção a cada um dos atores que consideramos que tiveram maior relevância no momento:

EUA

Os acontecimentos de 25 de abril surpreenderam a administração norte-americana. Segundo Rosas (2004), a própria antena da CIA encontrava-se desativada no momento[84].

Ora, o distanciamento dos EUA no início da revolução deveu-se ao facto de o Presidente Nixon ter estado ocupado com o Vietname e com o *Watergate* e o embaixador Scott não se ter movido da sua rotina. Como que um grito de socorro, Spínola, ao se encontrar com Nixon nas Lajes, aos 19 de junho de 1974, "salientou a possibilidade de Portugal se transformar num país comunista e os reflexos desse facto na vizinha Espanha, cujas estruturas, em seu entender, haviam sido muito abaladas com a revolução Portuguesa."[85] Por outras palavras, para Spínola este silêncio chegava a chamar atenção para o apoio que os comunistas estariam a receber da União Soviética.

Por sua vez, Nixon para além de se ter mostrado surpreendido com os reflexos daquela revolução no processo político espanhol, e no tocante ao apoio financeiro a Portugal que Spínola fizera menção, deixou claro que "a sua ação estava condicionada às decisões do Congresso, acrescentando que iria providenciar para que este fosse convenientemente informado sobre o problema português"[86].

Ora, Kissinger, durante a revolução estava preocupado com a retirada norte-americana do Vietname, com o conflito do Médio-Oriente, com o Irão, com a transição em Espanha, e com os dias finais do Presidente Nixon. Assim, este político bem compreendera a situação no Vietname, na China, na URSS, inclusive na Espanha, porém não entendeu o mosaico português.

Temos ainda a referir que, segundo Ferreira (2004: 152), Kissinger assumia uma posição bastante cautelosa a pronunciar-se sobre as vozes americanas que se tinham

[83] FERREIRA, 2004.
[84] ROSAS, 2004.
[85] SPÍNOLA, 1978: 158.
[86] IBIDEM.

manifestado contra uma alegada intervenção soviética em Portugal.

Já no tocante ao pacote descolonização, mostrará receios em compreendê-la, sobretudo no caso angolano, onde os EUA se viram surpreendidos e sem grandes manobras para reverter o cenário. Falamos concretamente da penetração soviética em Angola via MPLA, sendo impossível impedir o MPLA de tomar o poder em Luanda.

De uma forma geral, assume-se que a não pronta reação dos EUA durante os primeiros meses revolucionários causou um vazio na estratégia de alguns políticos portugueses que, eventualmente, estivessem a contar com um maior interesse norte-americano nos destinos de Portugal, especialmente quando o país se preparava para descolonizar.

A posterior ação dos EUA em relação ao processo revolucionário em curso em Portugal foi, a partir de meados de 1975, conduzida com alguma orientação pelo embaixador Frank Carlucci. Este último foi um dos defensores do apoio norte-americano

a um plano de modernização das Forças Armadas Portuguesas, tendo em conta os compromissos de Lisboa com a NATO.

URSS

O estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a URSS e restantes países do Leste europeu foi mais fácil do que com os países do "Terceiro Mundo" devido à questão colonial[87].

Para Ferreira (2004), há quem defenda que a estratégia soviética só se interessava pelos acontecimentos em Lisboa na medida em que estes pudessem influenciar a descolonização num sentido favorável aos seus interesses. Não obstante, a URSS durante aquele período sempre manteve boas relações com os militares do MFA.

De acordo com Ferreira, 2004: 148, as autoridades soviéticas, mesmo depois da normalização democrática em Portugal, mantiveram preocupação em promover relações com o Conselho da Revolução.

De um modo geral, a URSS não se preocupou com a via militar original do processo revolucionário, assim como apoiou a descolonização rápida e disponibilizou suporte ao PCP e à sua política em Portugal.[88]

Em suma, tanto os EUA assim como a URSS têm uma atitude semelhante em

[87] FERREIRA, 2004.
[88] IDEM.

relação ao fenómeno português: surpresa inicial, receios sobre os efeitos globais, adoção de uma política cautelosa com um plano de ação duplo – não tendo sido adotado, em nenhum dos casos, o mais radical.

1.3.2. O 25 de Abril em Moçambique

Nas narrativas da história de Moçambique, o 25 de Abril poucas vezes se referencia. E das poucas vezes que se faz referência é de forma superficial. Assumimos que sejam vários os motivos que possam fundamentar o tratamento superficial ou relativamente pouco interessado em relação a esta data. Assim sendo, não é nossa intenção enaltecer o trabalho dos que vêm referenciando esta data. Do mesmo modo, não é nossa intenção subvalorizar ou criticar os que, por algum motivo, não tocam nesta data. Facto é que encontramos aqui espaço que julgamos oportuno para trazer à discussão aquilo que foi o "nosso" 25 de Abril.

Há quem justifica a escassez da referência ao 25 de Abril nas páginas da história de Moçambique recorrendo à não conveniência de contá-la, uma vez que isso significaria assumir que a queda do regime tenha contribuído (ainda que de forma mínima) para o fim das guerras coloniais – ofuscar o heroísmo dos movimentos de libertação nacional. Por outro lado, há quem assuma que o 25 de Abril, por si só, não foi tão retumbante. Este grupo assume que as guerras coloniais chegaram ao fim porque Portugal não mais tinha condições para se manter – em 1974, as Forças Armadas em África estavam a recrutar uma média de um adulto do sexo masculino em cada quatro.

Ao nosso ver, os motivos que contribuíram para o afastamento dos acontecimentos desta data das linhas em negrito da história de Moçambique são e/ou estão maioritariamente enraizados no nacionalismo.

Não só, ao assumir o nacionalismo como um movimento ainda presente nos nossos dias, é/seria justo o 25 de Abril ser marginalizado, uma vez que se serviu muito da difusão da mensagem anticolonial. Assumir-se-ia que, ao falar-se do 25 de Abril, ter-se-ia que recuperar elementos que as nossas narrativas se recusam a exaltar – falamos concretamente do lugar e dos protagonistas do 25 de Abril que estão além-fronteiras.

Em entrevista a MacQueen, Victor Manuel Trigueiros Crespo[89] revela que as notícias dos acontecimentos do 25 de Abril no terreno foram recebidas com ambivalência

[89] Até a declaração da independência de Moçambique (25 de junho de 1975/desde o Primeiro até uma parte do Quarto Governo Provisório), assumiu o cargo de Alto-comissário e Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

pelas forças portuguesas em Moçambique. Este, acrescenta ainda que o Movimento das Forças Armadas (MFA) em Moçambique era muito fraco comparativamente aos de Angola e da Guiné. Sendo que a atitude dos escalões mais elevados permaneceu incerta. Todavia, para os jovens oficiais, de uma forma geral, o golpe tinha sido bem acolhido.

Ndelana (2012), na sua obra "Da UDENAMO à FRELIMO e a Diplomacia Moçambicana", conta ter tomado conhecimento dos acontecimentos de 25 de Abril através de noticiários internacionais, em particular da BBC, e com a alteração do programa da Rádio Clube de Moçambique. Nisso tudo, a orientação do comando superior da FRELIMO foi de se manter a vigilância pois a luta continuava. Ou seja, ignorar-se por completo os acontecimentos e, de forma alguma, tomar a guerra como terminada.

Por sua vez, Pimenta (S.a.) assume que o 25 de Abril suscitou um grande interesse na sociedade moçambicana, em especial entre a população branca que acompanhou o lar do processo com curiosidade e satisfação, mas também com algum receio pelo seu futuro no território.

Mais concretamente, em Lourenço Marques, na Beira e Vila Pery houve manifestações de apoio à Junta de Salvação Nacional (JSN). De salientar que em nenhuma das manifestações se pôs em alusão o problema da guerra nem menos a independência de Moçambique. Todavia, ficou bem claro que a posição oficial, expressa por Spínola, distinguia os princípios da autodeterminação e da independência, isto é, reconhecia o direito dos povos coloniais ao primeiro, porém defendia a manutenção dos territórios africanos sob a bandeira portuguesa por via da formação de uma federação entre Portugal e as suas colónias.

No dia 27 de abril, o comité executivo da FRELIMO emitiu uma declaração na qual saudava os acontecimentos em Portugal. No mesmo documento, o comité advertia contra qualquer solução que não passasse pela completa descolonização – «é necessário compreender claramente que não há colonialismo democrático.» e que a única forma de colocar um ponto final na guerra era o reconhecimento português do direito do povo moçambicano à independência.

As instruções para se parar com as ações militares e agruparem-se as forças guerrilheiras com os soldados portugueses só chegaram a 07 de setembro de 1974 – cessar-fogo. Mesmo assim, havia instruções para as forças guerrilheiras continuarem em alerta. Este acionar de alarme talvez se tenha mantido aceso por conta dos focos de instabilidade criados pelos colonos descontentes no período entre o golpe de estado e a

assinatura dos Acordos de Lusaka.[90]

Segundo Telo (2007), nos meses posteriores ao 25 de Abril, era importante ter em mente dois elementos:[91] qualquer iniciativa dos colonos brancos de tentarem tomar conta da situação estava condenada à falência por vários motivos. Um dos mais relevantes é o facto de que eles não tinham o apoio do dispositivo militar português ainda no terreno. Não menos importante referir que, em muitos casos, os brancos colonos chegavam a ter uma relação tensa com os militares[92]; as autoridades centrais, tanto em Lourenço Marques bem como em Lisboa, estavam condenadas ao "inativismo" devido à ameaça constante de verem as unidades militares no terreno chegarem a um acordo direto com os movimentos.

Para Telo (2007), tinha-se provado impossível seguir qualquer política de efetiva negociação quando o dispositivo militar no terreno tinha deixado de obedecer à cadeia de comando, num contexto em que os próprios movimentos independentistas já estavam a par da situação.

O futuro do país estava em causa e o grande conflito que se instalara na sociedade portuguesa: spinolista (direita) e MFA´s[93] (esquerda). Ora, a solução para a questão colonial é uma incógnita. É neste contexto que ganham espaço grupos e movimentos políticos, muitos dos quais com escassa representatividade entre a população moçambicana.

Contudo, alguns movimentos tiveram uma participação relevante no processo político como: GUMO - Grupo Unido de Moçambique (Joana Simeão): primeiro movimento a apresentar-se à população, através da publicação de um manifesto no dia 29 de abril de 1974. Posição neocolonial que já antes do 25 de Abril conspirava com o Governador Geral e defensor de uma comunidade luso-moçambicana. Proposta federalista do General Spínola e com o tempo acabam assumindo que não se devia passar o poder à FRELIMO sem uma prévia consulta eleitoral; Democratas de Moçambique: o núcleo duro era formado por antigos oposicionistas, sobretudo advogados e profissionais

[90] Acordos assinados entre a FRELIMO e o Governo português, em setembro de 1974, que decidiam sobre o cessar-fogo, o período de transição e a proclamação da Independência da República Popular de Moçambique.
[91] Telo, António José (2007). História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade. Barcarena: Editorial Presença.
[92] Jorge Jardim foi o primeiro a não apoiar a ação isolada dos colonos brancos ao tomarem conta da Rádio Clube de Lourenço Marques. Pois a sua experiência o permitia prever que aquela ação não tinha futuro. Jardim, J. (1976). *Moçambique.* Lisboa: Intervenção.
[93] Ficou conhecido por Movimento das Forças Armadas (MFA) o "movimento liderado por capitães e outros membros das Forças Armadas Portuguesas que desencadeou as manobras que (…) derrubaram a ditadura conservadora mais antiga da Europa e puseram abruptamente fim a mais de cinco séculos de colonialismo português". Burchett (2025: 21).

liberais brancos, entre os quais Almeida Santos, Pereira Leite, Adrião Rodrigues, Rui Baltazar, etc. Após a revolução, este grupo passou a atuar como um movimento de pressão política sobre o regime colonial e de apoio à FRELIMO[94]; FICO – Frente Independente de Convergência Ocidental: Moçambique portuguesa. Segundo Pereira (sa: 160), este partido surge como pólo oposto aos Democratas, fundado no dia 05 de maio de 1974, reunindo os sectores mais conservadores da população branca. Para o FICO, Moçambique deveria continuar terra portuguesa e, ao mesmo tempo, rejeitava o socialismo soviético, pelo que defendia a adesão ao campo ocidental no quadro da luta entre os dois blocos da Guerra Fria; Convergência Democrática da Beira: seu representante João Soares Cardoso. Este grupo politicamente posicionava-se entre a FICO e os Democratas de Moçambique, reclamando uma posição intermédia e uma identificação com os valores da social-democracia. Defendia a instituição de um regime democrático, onde todas as tendências ideológicas pudessem exprimir livremente a sua opinião e participar na governação do país após a independência, segundo a vontade do povo expressa em eleições livres. Embora reconhecesse o papel preponderante da FRELIMO na luta contra o colonialismo, assim como o seu direito de participar no processo de independência, todavia não aceitava que o movimento fosse considerado o único representante do povo moçambicano.[95]

As manifestações foram cada vez mais fortes e cresceu também o lado dos anti frelimistas. Assim, entram em cena ações terroristas e conspirações apoiadas por personagens de fora das fronteiras como o jornalista Jorge Jardim, António Champalimaud, mais os Serviços Secretos da África do Sul.

Na opinião de Fernando Rosas, a democracia portuguesa é fruto de uma revolução e isso é algo que marcará a mesma no seu todo.[96]

Nesta ordem, Ndelana (2012), sublinha que haveria certa incongruência em um país democrático continuar a manter colónias. A ser assim, o 25 de Abril e a descolonização tinham uma relação de causa efeito incontestável.[97]

Contrariamente, Spínola era apologista da ideia de que só depois da democratização é que se seguiria à descolonização – programa proposto no "Portugal e o futuro". Ou seja, democratização como antítese da descolonização.

Como se pode constatar, do lado da metrópole houve quem alimentasse

[94] Pimenta, Fernando Tavares (S.a.). A Revolução de 25 de Abril de 1974 em Moçambique. p. 158
[95] PEREIRA, S.A.
[96] ROSAS, 2004.
[97] Ndelana, Lopes Tembe (2012). Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana. Maputo. Marimbique.

esperanças de uma continuidade do império ultramarino. Contudo, com o mexer das máquinas governamentais, o arranque do processo de descolonização veio a revelar a falência da eternidade do império ultramarino. Com a descolonização, as colónias desligam-se da metrópole e tem como ponto máximo da sua autodeterminação a independência.

Estamos perante um processo complexo. Nalguns casos a descolonização pode obedecer certas fases e noutros nem por isso. Este processo pode ocorrer de forma pacífica assim como não.

Segundo José Capela (2010: 160), de um ponto de vista ontológico, não é indiferente que os «tempos de transição» (O fim do império – Os últimos dias do ultramar) sejam também denominados Fim do Império ou Descolonizações, uma vez que para este autor houve colonizações, mas não houve descolonizações. Todavia, este é um ponto que poderemos discutir em outros fóruns.

Perante estes factos, a 26 de julho de 1974, Spínola promulgou a lei nº 7/74. Esta nova lei constitucional reconheceu o "direito a autodeterminação com todas as suas consequências, incluindo a aceitação da Independência dos territórios ultramarinos". Tratou-se de uma clara vitória do MFA, que defendia a negociação direta da independência com as guerrilhas nacionalistas, o estabelecimento de um cessar-fogo e uma rápida transferência de poderes para as mãos desses mesmos movimentos em regime de exclusividade.

É precisamente neste contexto que a FRELIMO propôs a realização de uma negociação com os portugueses, em Dar-es-Salaam, entre os dias 30 de julho e 02 de agosto de 1974. Este encontro permitiu o estabelecimento do quadro geral do futuro processo de independência, tendo ficado decidido: a realização da independência sem referendo prévio; o reconhecimento da FRELIMO como único legitimo representante do povo de Moçambique; a transferência do poder para a FRELIMO depois de um período de governo de transição.[98]

1.4.Com quem a metrópole devia dialogar durante o processo de descolonização?

Esta questão pode parecer um tanto quanto desnecessária para a realidade moçambicana uma vez que, para 'todos', só existia uma única força a representar os moçambicanos até então. E este facto de existir apenas um e único movimento ligado à luta armada fazia

[98] PIMENTA, S.A.: 165.

com que, diferentemente do caso angolano, Moçambique, em geral, gozasse de certa autonomia nas suas parcerias. Localmente, a FRELIMO recebeu apoio da Tanzânia e da Zâmbia. Já a nível externo, contava com apoio diversificado desde a China, URSS, Holanda, Suécia, e alguns Estados Árabes.

Contudo, conforme pudemos ver nos parágrafos precedentes, o desenrolar dos acontecimentos revela que, para além da FRELIMO, havia outras organizações que, no momento em que o país se preparava para a independência, se fizeram sentir reivindicando direito a voz no processo que estava na mira.

Antes mesmo de desenvolvermos esta situação interna, queremos recordar que, no contexto de Guerra Fria, a vitória dos grupos armados das colónias implicava uma vitória da URSS. Uma vez vencedores, era indispensável que a administração dos novos Estados passasse para os grupos apoiados por Moscovo. Como referimos anteriormente, para o caso moçambicano podem parecer menos relevantes, mas as contradições internas ganharam espaço no fim da guerra colonial.

Para Pinto (2001), no caso concreto de Moçambique, a FRELIMO foi reconhecida por Portugal como sendo a única força com capacidade negocial. Porém, mesmo antes do 25 de Abril, fizeram-se sentir na arena movimentos que clamavam assento nas negociações. É o caso da COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique), defensora da independência total e que chegou a ser reconhecida pela Zâmbia.

A alguns destes movimentos não lhes foi reconhecida qualquer expressão. Alguns foram acusados de estarem conotados com forças e interesses portugueses em Moçambique e de terem emergido após o 25 de Abril ou, de nessa data, não revelarem qualquer visibilidade na luta de libertação nacional.

Para além da ligação com forças e interesses portugueses, segundo Telo (2007), na maior parte, as organizações políticas emergidas no momento pecavam por terem ligação com os regimes brancos vizinhos (FICO, AMA, Modemo, Mimo, Unipomo, MMM, Prumo, etc.). Ademais,

> "o grande problema destas organizações é que não têm história, não têm unidade, não têm líderes de dimensão (Jorge Jardim não liderava nenhuma), não têm apoios significativos na massa da população, não têm um braço armado organizado e têm como únicos apoios externos os regimes brancos vizinhos, condenados pela generalidade da comunidade internacional (…)"

Enquanto se discutia a quem competia receber o poder, "a FRELIMO recusava o cessar-fogo sem aceitação da autodeterminação, entendendo por tal que o poder lhe devia ser entregue e, como já se indicou, a máquina militar no terreno ameaçava com um acordo directo."

Ora, para a FRELIMO, o processo de transformação das ex-colónias, em nenhum momento caberia a quaisquer "partidos-fantoche" criados pelo poder colonial à última hora, uma vez que os artífices legítimos da transformação eram os movimentos de libertação que tinham nascido com o propósito de dar voz às massas através das lutas armadas. Estes movimentos chegaram a provar a sua comunhão com as aspirações do povo através da implantação de estruturas e serviços sociais nas zonas libertadas.

Segundo a Embaixada de Moçambique *apud* José Filipe Pinto 2005: 146, a multiplicação destes movimentos no período logo após o 25 de Abril pode ser vista como um prolongamento, nas colónias, da abertura política verificada em Portugal onde, com o restabelecimento da liberdade de associação política, o espectro político foi se preenchendo de partidos políticos.

Até aqui ocupamo-nos do interlocutor por parte da colónia. Ora, do lado da metrópole, "quem vai para os acordos de descolonização é o ministro dos Negócios Estrangeiros, mas como o presidente desconfia do ministro dos Negócios Estrangeiros, manda os seus representantes, mas como o MFA desconfia do presidente, manda os representantes do MFA. Havia diplomacias paralelas."[99]

1.5. As várias vias para a independência / qual independência para Moçambique?

Pinto (2005) retrata a situação dos bastidores das negociações do processo de descolonização das colónias portuguesas, no caso concreto a de Moçambique com evidente dissonância naquilo que era a forma de descolonização a ser adotada. Ou seja, nesta fase o factor "descolonizar" ou não já deixava de ser ponto central. A questão predominante passava a ser «como descolonizar».[100]

Temos ainda a referir que, para um regime radical que se fazia sentir em Portugal, era vista como essencial uma solução também radical para África.

Com o lado português dividido e apresentando frações que agiam em segredo umas com as outras, não foi difícil o PAIGC, o MLSTP e a FRELIMO afastarem a ideia de referendos ou eleições antes da independência. (Cf. Newitt, Malyn (1997). *História de*

[99] Teixeira, Nuno Severiano (2022), Garantir a soberania: alianças e segurança nacional In Lã, J. R., Leal de Faria, A., & Cunha, A. (coord.) A Diplomacia e a Independência de Portugal. (Documentos). Bookbuilders. pag 209-210.

[100] «…o desenrolar dos acontecimentos encarregou-se de mostrar que a solução para o Ultramar não era objeto de consenso entre todos os membros do MFA, a Junta de Salvação Nacional, outros órgãos de soberania, como o Presidente da República pós-25 de abril e os partidos políticos entretanto legalizados». Pinto, J. (2005). Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). p. 107

Moçambique. S.L. Publicações Europa América. p. 462)

Em junho de 1974, tiveram lugar as primeiras negociações entre Portugal e a FRELIMO sobre: *"Como chegar à independência?"* Em outras palavras, o grupo de organizações, partidos ou representações politicas que se faz sentir em Moçambique logo após o 25 de Abril tem consigo as mais variadas propostas de resolução da questão do momento, "desde a reclamação de eleições antes da independência, à tese mais ou menos disfarçada de uma divisão de Moçambique pelo Zambeze, com o Norte entregue à FRELIMO e o Sul sob controlo de um regime democrático.[101]" As eleições teriam o propósito de definir/decidir a quem entregar o poder e em que condições. Esta tese era também sustentada pelo governador Henrique Soares de Melo.

1.5.1. Independência total

Para MacQueen, depois do contexto de conflito era inconcebível que os territórios africanos aspirassem algo menos que a independência total. Sendo que este posicionamento foi predominante nos três cenários: Angola – onde os movimentos nacionalistas estavam divididos entre si e no seu próprio seio -, Moçambique – a FRELIMO não enfrentou dificuldades em tomar a iniciativa e estabelecer a sua própria agenda para a independência e Guiné – aqui em vários aspetos a independência já tinha sido alcançada aguardando apenas pela formalização.[102]

Na mesma linha que MacQueen, Oliveira afirma que

> «a descolonização que se pretendia não era uma descolonização "superficial", de mudança de bandeira, mas um repúdio completo de todos os legados iníquos da situação colonial, um processo revolucionário conducente ao que na época se convencionou designar de "transição para o socialismo".»[103]

Terá sido a ideia da independência total um sonho de todo Moçambique (dos vários movimentos que se faziam sentir no momento)? E Portugal, como é que a metrópole desenhara o novo Moçambique independente?

Para Telo (2007), não houve uma política de descolonização, houve pelo menos seis políticas de descolonização que, ao seu ver, encontraram centros de execução parciais e coexistiram paralelamente, especificamente: a dos que (insistiam) em defender a visão de um Portugal pluricontinental e da «política ultramarina» como seu alicerce essencial.

---

[101] Telo, António José (2007). História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade. Barcarena: Editorial Presença. p. 175

[102] MacQueen, Norrie (2015). *A descolonização da África Portuguesa: A revolução metropolitana e a dissolução do Império.* Mem Martins: Editorial Inquérito.

[103] OLIVEIRA, 2015: 68.

O general Kaúlza de Arriaga[104] procura organizar um partido à volta desta ideia; António de Spínola: procura coordenar a política de descolonização a partir da Presidência da República. Apologista da tese de autodeterminação em tempo longo e conducente a expressão das populações através de um referendo que poderia culminar com algum tipo de entendimento entre os Estados de língua portuguesa quiçá numa solução federativa; Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros dos primeiros Governos Provisórios) e Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial): imediata aceitação do princípio da autodeterminação com todas as suas consequências; Comissão coordenadora do MFA – major Melo Antunes: o MFA tendia a considerar que somente tinha legitimidade para negociar a paz quem tinha feito a guerra e, uma vez que o problema da descolonização era essencialmente encarado como uma forma de obter a paz, tendia a considerar que somente os «movimentos de libertação» que fizeram a luta armada eram os legítimos representantes dos povos das colónias. O MFA, em relação à descolonização, tinha uma preocupação mais prática e não tão ideológica, ou seja, acabar com a luta armada, o que implicava uma negociação com quem a fazia; PCP (Partido Comunista Português): este batia-se em termos efetivos para entregar os novos países aos movimentos que estivessem mais próximos de Moscovo e que dessem maiores garantias de instaurar um regime de «democracia popular»; Múltiplos movimentos, partidos e organizações: tratava-se de um conjunto de organizações desprovidas de uma coordenação ou centralização, porém convergiam na preocupação central – conseguirem que as populações mais ligadas a Portugal, brancas ou negras, tivessem uma palavra a dizer no processo de autodeterminação, de modo a garantir a sua presença futura nos territórios.[105]

A maior parte dos colonos brancos enveredara pela via de ataques simultâneos aos militares portugueses e ao movimento independentista. Contrariamente, Jorge Jardim[106] era dos poucos que percebera que só havia uma única hipótese – o acordo com a FRELIMO.[107]

Segundo Telo (2007), estes dois últimos apostavam no mesmo "como uma solução rápida e satisfatória para a região". Este programa, aquando da sua apresentação,

[104] General português que durante a Guerra colonial comandou campanhas militares em Moçambique (Operação Nó Górdio de 1970).
[105] Telo, António José (2007). *História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade.* Barcarena: Editorial Presença. p. 152-153
[106] Titular do que ficou conhecido por "Programa de Lusaka": plano de descolonização que contava com o apoio da Zâmbia e do Malawi.
[107] CF. Telo (2007). *Ob Cit.,* p. 175.

foi rejeitado por duas vezes – por Marcelo Caetano e pelo General António de Spínola. Com a reprovação desta proposta, "desaparecia assim a melhor hipótese de uma transição serena de Moçambique para a independência, sob controlo da FRELIMO, mas com a manutenção de grande parte dos colonos brancos".[108]

De acordo com Pinto (2001), a questão colonial esteve na origem do primeiro conflito entre Spínola e o MFA durante o golpe militar. Enquanto o MFA previa o «claro reconhecimento do direito à autodeterminação», Spínola conseguira transformar o programa num «lançamento de uma política ultramarina que conduzia à paz». A tensão entre Spínola e a crescente afirmação do MFA prolongou-se até à queda do general em setembro de 1974.[109]

Segundo Pinto (2001), após a visita de Costa Gomes a Moçambique (19 de maio de 1974), Almeida Santos defendeu a posição da Junta de Salvação, ou seja, «referendo como compromisso concreto a realizar-se por sufrágio universal dentro de um ano». Ademais, Almeida Santos era da opinião que a descolonização «não pode ser outra senão a que se encontra definida no Programa do Movimento das Forças Armadas e no seu próprio programa que para o Conselho de Ministros constitui rígido mandato» (Aguiar, 1977:457).

Pinto (2001) refere que Mário Soares iniciou conversações informais com os dirigentes dos movimentos de libertação. Nestes episódios, fazia-se acompanhar por Almeida Santos e alguns delegados de Spínola. É no âmbito destas conversações que se realiza em Lusaka um encontro entre 05 e 06 de junho de 1974. Mário Soares, de Lusaka saiu «com a garantia de que a FRELIMO cessaria as hostilidades[110] se Portugal procedesse a dois reconhecimentos: a FRELIMO como a única força representativa do povo de Moçambique e o direito de Moçambique à independência imediata[111]».

A delegação[112] portuguesa era composta por Mário Soares – com instruções de Spínola para não chegar a qualquer acordo que implicasse a autodeterminação – e Otelo Saraiva de Carvalho – representante do Presidente da República. O representante do

[108] IBIDEM.
[109] Pinto, A. (2001). *O fim do Império português*. Lisboa: Livros Horizonte.
[110] Estas hostilidades na verdade foram intensificadas com a redução da capacidade bélica portuguesa, que tinha sido causada pelo desejo dos milicianos de regressarem a Portugal e por atos de confraternização entre soldados dos dois exércitos. Com relação a esta situação também foi visível a divergência de opiniões entre Mário Soares e Spínola. Enquanto este último repudiava estes atos, o primeiro os via com certo agrado. (Pinto, 2001.)
[111] Pinto, J. (2005). *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.* Lisboa. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). p.148
[112] Um grupo de individualidades encarregadas de uma representação política, administrativa, comercial. (Manual de Procedimentos Sobre a Aplicação das Normas do Protocolo do Estado, 2007: 33).

Presidente da República na verdade tentava garantir que Mário Soares cumprisse à risca a missão incumbida.[113]

1.5.2. Sobre o cessar-fogo como sinónimo do restabelecimento da paz

O primeiro contacto entre as delegações moçambicanas e portuguesas que fizemos menção nos parágrafos anteriores foi suspenso no momento em que veio à superfície que a delegação portuguesa não tinha mandato para discutir a transferência de poderes para a FRELIMO. Ou seja, enquanto Samora Machel defendia que sem a aceitação da independência não havia cessar-fogo, Mário Soares insistia num cessar-fogo imediato deixando a discussão do restante para depois. «De facto, a oposição de pontos de vista de Spínola, adepto do federalismo e de Mário Soares e Almeida Santos, defensor da independência, continuaria a verificar-se. Todavia, o MFA, com o seu poder político, assumiria o processo da descolonização.»[114]

As negociações de 05 e 06 de junho foram sucedidas por uma outra reunião, que carece de consonância quanto ao dia de realização. Apesar da não uniformidade no que diz respeito ao dia de realização, concorda-se que, entre os vários assuntos tratados, fizeram parte da agenda a discussão de pormenores relativos ao cessar-fogo, a composição do Governo de Transição e o relacionamento deste com o Alto-Comissário. A urgência de uma (re) orientação da política tanto interna bem como externa da metrópole era evidente. No discurso de tomada de posse dos governadores de Angola e Moçambique, no dia 11 de junho de 1974, Spínola sublinha que tudo levava a assumir como sendo "imperioso definir, sem equívocos, a nova linha de rumo na Nação Portuguesa em política ultramarina, linha que pautará a conduta política do Governo Provisório na ordem interna e externa. Nesta ocasião, Spínola mostrou-se ciente de que o mundo todo estava com os olhos voltados para Portugal facto que sujeitava os novos governantes a "uma lúcida responsabilidade internacional" tanto nos seus atos bem como nos seus discursos.[115]

Spínola chamava atenção para que a ação política daqueles fosse fundamentada na lógica e coerência, tendo como guia os princípios morais universalmente aceites. Nesta ocasião aproveitou para deixar claro que o ponto central da questão se encontra no conceito de autodeterminação e, para Spínola, este conceito não era "aplicável apenas aos

[113] Telo, António José (2007). *História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade.* Barcarena: Editorial Presença.
[114] Pinto, J. (2005). Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). p. 146
[115] SPÍNOLA, 1974.

territórios africanos" uma vez que "o Movimento de 25 de Abril foi (…) a retomada daquele direito pelo Povo português". Deste modo entendia ele por autodeterminação

> "o exercício da capacidade dos cidadãos de uma sociedade para elegerem o estatuto por que hão-de reger-se, a soberania que desejam reconhecer e a forma de vida em comum que pretendem prosseguir – enfim, para praticarem atos decorrentes de uma vontade individual ou social livre e conscientemente formada."[116]

Assim sendo, "não existe autodeterminação sem democracia". Uma vez que não podemos dissociar a autodeterminação da democracia, "tão-pouco podemos dissociar autodeterminação da independência política". Isto porque "um povo independente é aquele que, democrática e autodeterminadamente, escolheu e votou as leis por que deseja reger-se." O reconhecimento do direito dos povos à independência política é redundante uma vez que "se encontra implícito no conceito de autodeterminação." No mundo moderno, a verdadeira independência política só se faz sentir quando resultante de uma "autêntica autodeterminação". E só prevalece autodeterminação quando estamos perante um "clima de livre e perfeito funcionamento das instituições democráticas." Porém, já que nos territórios ultramarinos não se encontram tais instituições democráticas em funcionamento, o que faz com que os povos se encontrem privados de formas eficazes de expressão e de participação, a "independência imediata seria a mais gritante negação dos ideais democráticos universalmente aceites e nos quais se inspirou o Movimento das Forças Armadas" - o direito à autodeterminação dos povos não se limita à imposição de opções nas quais eles mesmos não participaram.[117]

Todavia, "a solução do problema passa pelo restabelecimento da paz; e aí se não chega desde que as partes em luta não concordem no cessar-fogo. "Sendo que o que se pretende com a negociação do cessar-fogo é a legitimidade do ideal em que se fundamentam os objetivos que animam as partes em luta; e, como tal, a viabilidade de, passando da confrontação armada para a solução política, ser deixada a decisão final à consciência de todos os interessados, democraticamente constituídos. Via a necessidade de continuar a mobilização nacional transportada dum "plano militar" para um "plano cívico".

Spínola era da opinião que não seriam os revolucionários do 25 de Abril que definiriam a fórmula final dos povos das colónias (federação, confederação, comunidade ou simples coexistência de Estados totalmente independentes). Ou seja, competia só e somente aos povos do Ultramar decidir sobre o seu próprio futuro. Encerra o seu discurso

[116] IDEM: 8.
[117] SPÍNOLA, 1974.

de forma solene, tocando a cada uma das sensibilidades eventualmente presentes:

> "Poderão pois estar tranquilos os africanos que se mantiveram neutros, porque não lhes será negado, por essa razão, o direito de optar. Poderão estar tranquilos os africanos que se nos confiaram e ao nosso lado combateram, tendo já feito a sua opção. E poderão estar tranquilos os europeus que chamam à africa a sua terra e ali se sentem cidadãos como quaisquer outros; não os abandonaremos na cobarde procura do fácil e na demagógica busca da popularidade. Poderão estar tranquilos quantos vem lutando pelo direito à autodeterminação, pois que a sua vontade será respeitada e legitimada pela vontade das maiorias. A todos garantiremos que nessa hora grande
>
> serão chamados, sem excepção, a dar o seu voto. Essa hora já não vem longe, mas até lá teremos de percorrer aceleradamente o caminho que devíamos ter percorrido nos últimos 50 anos. Assim nos entendam e nos ajudem o mundo e os portugueses de sã consciência e recta intenção."[118]

A secundar o posicionamento de Spínola, em entrevista à revista alemã *Der Spiegel*[119], a 19 de agosto, Mário Soares fala sobre a urgência de se descolonizar o mais rápido possível.[120]

1.5.3. Sobre a realização ou não de consultas eleitorais

O Acordo de Lusaka[121] de 07 de setembro previa a independência de Moçambique antecedida pela formação de um Governo de Transição, com entrega do poder à FRELIMO sem consulta eleitoral – na opinião de Spínola, esta consulta eleitoral seria feita a longo prazo e teria lugar depois das eleições em Portugal.

A questão da realização de consultas para apurar o representante legítimo a quem entregar o poder dominou o centro das atenções de vários fóruns no momento. Ora, um dos argumentos da FRELIMO para evitar a realização de eleições prévias, segundo Almeida Santos, foi o facto de o poder em Lisboa também ter sido formado pela força militar. Nestas circunstâncias, não convinha exigir dos outros a legitimidade democrática

---

[118] IDEM: 13-14.

[119] Esta entrevista foi de certo modo polemizada devido à forma como foi publicada. Crê-se que o que esteve na origem da popularidade da mesma tenha sido a forma como a manchete foi concebida, que traduzida ficava *"Em caso de necessidade, atirar sobre colonos brancos"*. Na ocasião, falando sobre os portugueses que não se identificavam com a ideia de abandonar as colónias (Angola e Moçambique) mesmo depois do 25 de Abril, a jornalista questionou Mário Soares se Lisboa estaria preparada para responder à altura a eventuais resistências e/ou insurgências por parte deste grupo. À questão, Soares respondeu que o exército acautelaria esse tipo de situações, acrescentando que não se trataria de algo inédito uma vez que em Moçambique já tinha acontecido. A jornalista insiste "*Se necessário, o exército português vai, portanto, atirar sobre portugueses brancos?*". A resposta do entrevistado: "*Não vai recuar, não pode recuar. O exército já mostrou que tem uma mão forte e quer manter a ordem a todo o custo*".

[120] Munslow, Barry (1983). *Mozambique: the revolution and its origins.* Nova York: Longman. p. 127

[121] Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique, celebrado em Lusaka, em 7 de setembro de 1974. https://www.arquivo.presidencia.pt/viewer?id=24313&FileID=112043&recordType=Description

que ele próprio não tinha.[122]

Houve ainda resistência por parte de Spínola em aceitar o acordo como estava. Contudo, no final o mesmo foi aprovado no Conselho de Estado a 08 de setembro e por conseguinte assinado pelo General.

1.5.4. O programa de Lusaka

Por sua vez, Jorge Jardim possuía um plano para a independência de Moçambique e o mesmo já tinha o acordo da Zâmbia, do Malawi, da Tanzânia e da própria FRELIMO. Na sua obra intitulada "Moçambique" revela o Programa de Lusaka que, segundo o mesmo autor, a forma de execução não foi ao encontro do programado. Para Jardim, o Programa de Lusaka de 12 de setembro de 1973 esteve muito distante do Acordo de Lusaka que foi assinado em 07 de setembro de 1974[123].

Igualmente, Newitt (1997) sustenta que o Acordo de Lusaka deixou muitas questões por resolver. Ou seja,

> "…a posição dos colonos e das suas propriedades não recebeu quaisquer garantias; não se tomaram nenhumas decisões sobre o ativo português ou eventuais indemnizações; e toda a questão da dívida colonial ficou pendente. Por fim, algumas destas questões foram esclarecidas mas não sem que antes fossem causados danos profundos às relações pós-coloniais entre Moçambique e Portugal. Só pode ser considerada uma abdicação completa da responsabilidade de ambas as partes que não se tivesse negociado condições para a permanência de trabalhadores especializados portugueses e moçambicanos, nem que se celebrassem quaisquer acordos comerciais ou financeiros que teriam garantido uma relação harmoniosa entre a antiga colónia e a metrópole."[124]

1.6. A assinatura do Acordo de Lusaka e as suas implicações imediatas

Os colonos brancos de Moçambique não viam o acordo com bons olhos. Consequentemente, no dia da assinatura do mesmo, uma parte deste grupo, em gesto de reivindicação, invade a Rádio Clube de Lourenço Marques. Ao tomar a Rádio, passaram a transmitir uma mensagem confusa e contrária à independência sem consulta eleitoral prévia.

Recupera-se a estação transmissora. Telo (2007) defende não ser claro ainda quem teria desencadeado aquele episódio. Contudo, não há sombra de dúvidas de que o mesmo aumentou a desconfiança da FRELIMO em relação à generalidade dos colonos, o que, de

[122] Telo, António José (2007). História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade. Barcarena: Editorial Presença.
[123] Jardim, Jorge (1976). *Moçambique.* Lisboa: Intervenção.
[124] Newitt, Malyn (1997). *História de Moçambique.* S.L. Publicações Europa América. p. 463

certo modo, acelerou o regresso a Portugal.

Ora, a impulsionar o êxodo da população branca em curso, vieram os acontecimentos de 21 de setembro de Lourenço Marques. A FRELIMO, os órgãos de informação mais próximos e os discursos de Samora Machel durante o período da transição pouco ou nada fizeram para contrariar a saída deste grupo. Ademais, podemos referir que, de certo modo, encorajavam este êxodo.

Na análise do fenómeno de regresso dos colonos brancos a Portugal tem sido comum privilegiar estudos comparativos. Ora, o êxodo português de Angola foi mais forte que o de Moçambique. Porém, ao fazer análise deste fenómeno, há que tomar em consideração vários fatores, entre os quais "o êxodo português de Moçambique não decorre em condições tão dramáticas como em Angola, dura mais tempo e uma parte significativa da comunidade busca refúgio nos países vizinhos (principalmente na África do Sul), sem regressar a Portugal."[125]

Ainda sobre os acontecimentos que emergem na sequência da assinatura do Acordo de 7 de setembro, como reflexo do mau acolhimento do Acordo por alguns colonos, Rezola (2013) ressalta que Melo Antunes classificou-os como dramáticos. E mais, apontou a ação (a tentativa de golpe) daquele grupo como responsável da

> "(…) forma como se irá processar a transferência de poderes mas também a própria continuidade de uma comunidade portuguesa. Porque, se é verdade que, como observa Melo Antunes, `quando chegou a independência´, foi `evidentíssima a hostilidade à presença portuguesa´, o processo de transmissão revelou contornos verdadeiramente dramáticos".[126]

A respeito dos pronunciamentos de Samora Machel sobre incentivar o êxodo dos colonos brancos, Almeida Santos, em entrevista, chegou a revelar que, posteriormente, Machel se teria justificado face à postura adotada. Machel defendia que os pronunciamentos tinham sido mesmo no sentido de não somente conter, mas acima de tudo, desencorajar eventuais situações tumultuosas como as que já se tinham registado no sentido de afirmação daquele grupo.

Temos ainda a referir que o Acordo de Lusaka estabeleceu um acordo implícito sobre a Barragem de Cahora Bassa[127] que passava a sua propriedade para o Estado

[125] Telo, António José (2007). História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade. Barcarena: Editorial Presença. p. 178.
[126] Rezola, Maria Inácia (2013), Melo Antunes: uma biografia política. 2ª ed. Lisboa: Âncora. p. 164
[127] Empreendimento hidroelétrico produtor de energia elétrica no Vale do Zambeze, criado em 1975, na Vila de Songo, Província de Tete, no Cento de Moçambique. (Zeca, 2021: 128). Na altura em que se encontrava ainda em construção, que Portugal construiu com a prerrogativa de passar para Moçambique assim que os investimentos tivessem sido recuperados, predominou a ideia de que desde o início o Povo moçambicano nunca tivesse apoiado a construção da barragem.

Moçambicano mantendo, contudo, que o financiamento internacional para a construção da barragem era assumido pelo Estado português.

Ainda à luz do previsto nos Acordos de Lusaka, no Jornal Notícias de 19 de janeiro de 1975 anunciou-se o início das conversações de carácter económico e financeiro, entre uma delegação económica portuguesa e a FRELIMO, para o dia 20 de janeiro do mesmo ano. Para tal, esperava-se receber na capital moçambicana a delegação portuguesa.

A delegação portuguesa, segundo o programa, trabalharia sob a coordenação do Alto-Comissário, Victor Crespo e, "entre as tarefas a discutir constava a criação de um órgão que assegurasse a condução e gestão do empreendimento da Hidroelétrica de Cahora Bassa". Em conformidade com o "Notícias de Lisboa", a delegação portuguesa tinha a incumbência de estudar soluções e alternativas a serem propostas pelo governo português quanto à utilização da energia produzida e consequente eventual desenvolvimento de projetos mineiros, bem como o procedimento dos trabalhos efetuados pelo Gabinete do Plano do Zambeze.[128]

O mesmo periódico moçambicano, no dia 21 de janeiro, reforçava que neste primeiro encontro, em representação do Comité Executivo da FRELIMO, Joaquim Carvalho referiu que competia àquelas delegações "estabelecer mecanismos que deem cumprimento integral ao Acordo de Lusaka. (…). Embora seja um trabalho transitório, será um trabalho que marcará o tipo de relacionamento entre os dois países." Este membro da FRELIMO acrescentou ainda que "Descolonizar não é largar de uma vez. É encontrar formas para que o Novo Estado inicie a sua reconstrução em condições de servir o seu Povo."

Por sua vez, em resposta, Oliveira Marques proferiu as seguintes palavras: "Não trazemos ideias definidas sobre este ou aquele tema. Iremos pôr em comum e sem formalismos as dificuldades que se põem para resolução dos problemas mais prementes."[129]

1.7. Análise dos discursos na ocasião das tomadas de posse dos Governadores de Angola e Moçambique e do Governo de transição em Moçambique

Nos parágrafos sucessivos a este ponto propomo-nos a fazer uma leitura interpretativa da mensagem de Samora Machel, direcionada ao povo moçambicano na sequência da tomada

[128] Jornal Notícias. 19 de janeiro de 1975. Sector Económico-financeiro: Conversações Portugal-FRELIMO. pag 1 e 2.
[129] Jornal Notícias. 21 de janeiro de 1975. Cooperação técnica e económica entre Portugal e Moçambique pag 2.

de posse do governo de transição aos 20 de setembro de 1974 e do discurso de Spínola aquando da tomada de posse dos Governadores de Angola e Moçambique a 11 de junho de 1974.

Mensagem de Samora Machel direcionada ao povo moçambicano na sequência da tomada de posse do governo de transição aos 20 de setembro de 1974

O pronunciamento de Machel ao povo de Moçambique iniciou assim: "Moçambicanas, Moçambicanos, Camaradas e Combatentes da Frelimo, com a investidura do Governo de Transição inicia-se uma nova fase da nossa história, a fase da marcha final para a Independência." Samora Machel disse ser uma situação complexa a que o Governo de Transição enfrentaria. A tarefa fundamental do Governo de transição era criar condições para a extensão do Poder Popular Democrático até às zonas que ainda estavam sob dominação colonial.[130]

Naquele discurso, Machel deu lições sobre o que era governar, dirigindo-se concretamente ao novo governo constituído. Ora, dirigia-se não somente ao Governo constituído bem como a todo o povo onde, de forma detalhada, esclareceu o que era esperado da postura de cada um e, acima de tudo, o que competia a cada um na edificação do Moçambique novo e aberto a todo o tipo de vulnerabilidade que se era de esperar naquela época.[131]

Machel teceu pronunciamentos direcionados ao Alto-comissário da República Portuguesa em Moçambique, onde reafirmou a amizade que unia o Povo moçambicano ao português. Recordou ainda que o colonialismo tinha chegado ao fim. Assim sendo, era o momento de se olhar para o futuro, "o que importa agora é a construção das relações futuras entre os nossos dois Povos, entre as Forças Democráticas dos nossos Países." Salientou ainda que o futuro das relações entre os dois povos estava condicionado à forma de atuação do Alto-comissário, do tipo de colaboração que se viria a estabelecer entre o Alto-Comissário e o Governo de Transição naquela que era a projeção do Moçambique independente.[132]

A nosso ver, o discurso de Samora não poderia ser mais unificador. Senão vejamos um dos trechos do discurso:

> "Temos diante de nós um desafio gigantesco e uma condição histórica única – o dia da libertação simultânea de dois Povos através de uma vitória comum contra o fascismo e o colonialismo.

[130] Machel, Samora. *Mensagem ao povo de Moçambique: por ocasião da tomada de posse do governo de transição em 20 de setembro de 1974.* Porto: Afrontamento. p. 5-6.
[131] Idem p. 7-18
[132] Idem p. 19

> Nenhum de nós libertou o outro, libertamo-nos mutuamente através de um combate paralelo cuja dimensão se deve prolongar no futuro."

Nestes dizeres, está patente que a ideia não é de forma alguma vitimizar o povo moçambicano muito menos culpabilizar o povo português. Para ele, tanto um assim como outro tinham sido vítimas de um mal e foram ambos e, em simultâneo, vencedores. E combatiam um inimigo comum.

Continuando os seus dizeres direcionados ao Alto-Comissário, Samora Machel mostrou-se otimista face à postura desta figura naquilo que foi o compromisso assumido nos Acordos de Lusaka de 07 de setembro, nomeadamente, "dinamizar o processo de descolonização das mentalidades, liquidação dos vestígios do colonialismo e o lançamento das bases de um novo tipo de relações entre os dois Povos". Por sua vez, reafirmou o comprometimento que a Frelimo assumira – cooperar "lealmente com o Alto-comissário da República Portuguesa e com as Forças Armadas Portuguesas para realizar em conjunto as tarefas da fase presente e contruir o futuro".[133]

Quase no fim do seu pronunciamento saudou o povo português, reconhecendo os laços de fraternidade que "mais do que a letra dos tratados são garantia da amizade e cooperação futura." Exortou ainda ao povo para que "permaneça unido, firme e vigilante", (…) "empenhando-se com entusiasmo, disciplina e trabalho na construção de um Moçambique Livre, Desenvolvido e Democrático".[134]

Discurso de Spínola aquando da tomada de posse dos Governadores de Angola e Moçambique a 11 de junho de 1974

No discurso de tomada de posse dos governadores de Angola e Moçambique, no dia 11 de junho de 1974, Spínola sublinhou que tudo levava a assumir como sendo "imperioso definir, sem equívocos, a nova linha de rumo na Nação Portuguesa em política ultramarina, linha que pautará a conduta política do Governo Provisório na ordem interna e externa". Naquela ocasião, Spínola mostrou-se ciente de que o mundo todo estava com os olhos voltados para Portugal facto que sujeitava os novos governantes a "uma lúcida responsabilidade internacional" tanto nos seus atos bem como nos seus discursos.[135]

Spínola chamava atenção para que a ação política daqueles fosse fundamentada

---

[133] Machel, Samora. *Mensagem ao povo de Moçambique: por ocasião da tomada de posse do governo de transição em 20 de setembro de 1974.* Porto: Afrontamento. p. 20

[134] Idem p. 21-22

[135] Spínola, António de (1974). *Autodeterminação e democracia: discurso proferido pelo Presidente da República no acto de posse dos governadores de Angola e de Moçambique, em Lisboa, no dia 11 de junho de 1974.* Agência-Geral das Colónias, Lisboa. p. 5-6.

na lógica e coerência, tendo como guia os princípios morais universalmente aceites. Assim, aproveitou deixar claro que o ponto central da questão se encontra no conceito de autodeterminação e, para Spínola, este conceito não era "aplicável apenas aos territórios africanos" uma vez que "o Movimento de 25 de Abril foi (…) a retomada daquele direito pelo Povo português". Deste modo entendia ele por autodeterminação

> "o exercício da capacidade dos cidadãos de uma sociedade para elegerem o estatuto por que hão-de reger-se, a soberania que desejam reconhecer e a forma de vida em comum que pretendem prosseguir – enfim, para praticarem atos decorrentes de uma vontade individual ou social livre e conscientemente formada."[136]

Assim sendo, "não existe autodeterminação sem democracia". Uma vez que não podemos dissociar a autodeterminação da democracia, "tão-pouco podemos dissociar autodeterminação da independência política". Isto porque "um povo independente é aquele que, democrática e autodeterminadamente, escolheu e votou as leis por que deseja reger-se." O reconhecimento do direito dos povos à independência política é redundante uma vez que "se encontra implícito no conceito de autodeterminação." No mundo moderno, a verdadeira independência política só se faz sentir quando resultante de uma "autêntica autodeterminação". E, só prevalece autodeterminação quando estamos perante um "clima de livre e perfeito funcionamento das instituições democráticas." Porém, já que nos territórios ultramarinos não se encontram tais instituições democráticas em funcionamento, o que faz com que os povos se encontrem privados de formas eficazes de expressão e de participação, a "independência imediata seria a mais gritante negação dos ideais democráticos universalmente aceites e nos quais se inspirou o Movimento das Forças Armadas" - o direito à autodeterminação dos povos não se limitava à imposição de opções nas quais eles mesmos não participaram.[137]

Todavia, "a solução do problema passa pelo restabelecimento da paz; e aí se não chega desde que as partes em luta não concordem no cessar-fogo. "Sendo que o que se pretende com a negociação do cessar-fogo é a legitimidade do ideal em que se fundamentam os objetivos que animam as partes em luta; e, como tal, a viabilidade de, passando da confrontação armada para a solução política, ser deixada a decisão final à consciência de todos os interessados, democraticamente constituídos. Via a necessidade de continuar a mobilização nacional transportada dum "plano militar" para um "plano

[136] Spínola, António de (1974). *Autodeterminação e democracia: discurso proferido pelo Presidente da República no acto de posse dos governadores de Angola e de Moçambique, em Lisboa, no dia 11 de junho de 1974.* Agência-Geral das Colónias, Lisboa. p. 8
[137] Idem p. 10

cívico".[138]

Spínola era da opinião que não seriam os revolucionários do 25 de Abril que definiriam a fórmula final dos povos do Ultramar (federação, confederação, comunidade ou simples coexistência de Estados totalmente independentes). Ou seja, competia só e somente aos povos do Ultramar decidir sobre o seu próprio futuro. Encerra o seu discurso de forma solene, tocando a cada uma das sensibilidades eventualmente presentes:

> "Poderão pois estar tranquilos os africanos que se mantiveram neutros, porque não lhes será negado, por essa razão, o direito de optar. Poderão estar tranquilos os africanos que se nos confiaram e ao nosso lado combateram, tendo já feito a sua opção. E poderão estar tranquilos os europeus que chamam à africa a sua terra e ali se sentem cidadãos como quaisquer outros; não os abandonaremos na cobarde procura do fácil e na demagógica busca da popularidade. Poderão estar tranquilos quantos vem lutando pelo direito à autodeterminação, pois que a sua vontade será respeitada e legitimada pela vontade das maiorias. A todos garantiremos que nessa hora grande serão chamados, sem excepção, a dar o seu voto. Essa hora já não vem longe, mas até lá teremos de percorrer aceleradamente o caminho que devíamos ter percorrido nos últimos 50 anos. Assim nos entendam e nos ajudem o mundo e os portugueses de sã consciência e recta intenção."[139]

1.8. Primeiro Acordo de Cooperação

Segundo o Jornal Notícias de 13 de fevereiro de 1975, em representação da República Portuguesa, o contra-almirante Victor Crespo, e pelo Governo de Transição de Moçambique, o Primeiro-Ministro, Joaquim Chissano, assinaram o primeiro Acordo de Cooperação. O instrumento anteriormente referenciado previa a receção, por parte de Moçambique de meio milhão de contos não reembolsáveis destinado a conceção de pensões a familiares de portugueses ausentes de Moçambique, bem como a liquidação de dívidas do Estado a residentes em Portugal.[140]

Para dar seguimento a este acordo, segundo o Jornal Notícias de 16 de abril de 1975, entre 8 e 14 de abril do mesmo ano, tiveram lugar negociações no âmbito económico-financeiro e da cooperação entre o Governo português e da FRELIMO.[141] Sobre este acordo procurámos ter mais informação, porém nas fontes que tivemos acesso

---

[138] Idem p. 11

[139] Spínola, António de (1974). *Autodeterminação e democracia: discurso proferido pelo Presidente da República no acto de posse dos governadores de Angola e de Moçambique, em Lisboa, no dia 11 de junho de 1974.* Agência-Geral das Colónias, Lisboa. pag 13-14.

[140] Jornal Notícias, 13 de fevereiro de 1975. Estreitamento de relações: Portugal e Moçambique assinam primeiro acordo. pag 1 e 3.

[141] Jornal Notícias. 16 de abril de 1975. Firmados protocolos de novos acordos entre o governo português e a FRELIMO: Comunicado conjunto no termo da 3ª fase das negociações decorridas na capital moçambicana. pag 2.

e por nós consultadas, pouco se fez menção.

1.9. Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e Moçambique

Dentro do espírito do desenvolvimento de laços de amizade e cooperação, e de colaboração militante na luta comum contra o colonialismo e o imperialismo entre os povos de Moçambique e de Portugal, foi assinado o Acordo Geral de Cooperação[142] entre o Governo da República Popular de Moçambique (Samora Moisés Machel) e o Governo da República Portuguesa (Vitor Manuel Trigueiros Crespo), que vem a definir as bases gerais da ajuda mútua dos dois países para o benefício e progresso de ambos os povos nas áreas científica, tecnológica e económica.

À luz do Acordo de Lusaka, o texto integral tem um total de 26 artigos e visa fundamentalmente regular todo o tipo de colaboração para benefício dos dois países na luta pelo seu progresso e contra o colonialismo e imperialismo, assentes na independência, igualdade e respeito da personalidade de cada povo.[143]

Dando seguimento ao acordo geral de cooperação Portugal-Moçambique, Caldas Faria – diplomata português que desempenhou funções relevantes na África Austral no período da descolonização portuguesa, tendo acompanhado de perto Moçambique no período de transição – mostrou-se comprometido com a causa e totalmente disposto a fazer de tudo por forma a garantir um ambiente favorável para a concretização de relações de amizade entre estes dois países.[144]

Ainda sobre o Acordo Geral de Cooperação Portugal-Moçambique, o embaixador português, numa correspondência ao MNE referiu ser antiga a intenção de questionar às autoridades moçambicanas sobre a sua posição relativamente aos acordos negociados e rubricados, mas que aguardavam assinatura.

Ora, Joaquim Chissano, pretextando a sua ausência de Moçambique na altura em que fora assinado o Acordo Geral, referiu que supunha que os outros acordos tivessem sido assinados. Assim, em conversa telefónica com o Vice-presidente Marcelino dos Santos, ficou esclarecido de ter sido apenas um e único Acordo concluído. Perante esta constatação, Chissano mostrou-se interessado na assinatura de outros acordos, dentre os

[142] Acordo Geral de Cooperação. 12 de dezembro de 1975. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1975/12/28600/19992002.pdf

[143] Jornal Notícias. 15 de outubro de 1975. Acordo Geral de Cooperação entre Moçambique e Portugal. pag 1 e 2.

[144] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 348. Sobre o Acordo Geral de Cooperação Portugal-Moçambique. 10 de dezembro de 1975.

quais o judiciário.[145]

Posteriormente, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e seu homólogo moçambicano, Melo Antunes e Joaquim Chissano, reuniram-se em Roma nos dias 15 e 16 de junho de 1976 tendo concordado com a nomeação das comissões mistas com o objetivo de ativar os mecanismos de concretização do Acordo Geral de Cooperação.

Em Roma, foi alcançada uma base de entendimento que permitiu ultrapassar algumas dificuldades surgidas nas relações entre os dois países. Temos a ressaltar que a mútua vontade política manifestada reabriu perspetivas e criou condições favoráveis para o reforço da amizade entre os dois povos e para a implementação do Acordo Geral de Cooperação ora assinado.

Ainda naquela ocasião, segundo o Diário de Notícias, Joaquim Chissano deu a conhecer que a República Popular de Moçambique estava a enveredar todos os esforços no sentido de abrir a sua Embaixada em Portugal o mais rápido possível, em princípio ainda no ano de 1976. Para ambas partes, o encontro constituiu um passo importante na consolidação das relações de amizade entre os dois povos.[146]

Segundo o Jornal Notícias, o Conselho de Ministros ratificou no dia 16 de julho de 1977 o Acordo Geral de Cooperação firmado com o estado português no dia 2 de outubro de 1975. Esta ratificação surge na sequência dos esforços que ambas as partes empreendem para a melhoria e aprofundamento das relações entre a República Popular de Moçambique e a República Portuguesa.[147]

1.10.Nota conclusiva do capítulo

De modo geral, podemos assumir que, depois do 25 de Abril, o processo de negociações que antecedeu a proclamação da independência decorreu em quatro fases. De forma mais específica, segundo o Jornal Notícias de 21 de janeiro de 1975, entre 19 e 27 de janeiro de 1975, em Lourenço Marques, teve lugar a primeira fase de conversações entre as delegações de Portugal e da FRELIMO – isto no quadro do cumprimento do estabelecido no artigo décimo terceiro do Acordo de Lusaka. Este encontro tinha por objetivo

[145] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 354. Sobre o Acordo Geral de Cooperação Portugal-Moçambique. 11 de dezembro de 1975.
[146] Diário de Notícias. 17 de junho de 1976. Encontro em Roma: Melo Antunes e Joaquim Chissano examinaram relações entre Portugal e Moçambique. pag 8.
[147] Jornal Notícias. 21 de julho de 1977. Acordo Geral de Cooperação entre Moçambique e Portugal. pag 1 e 2.

estabelecer os princípios que orientariam os destinos de cooperação entre os povos português e moçambicano.

Ora, o artigo décimo terceiro do Acordo de Lusaka em alusão declara estabelecer entre os dois países uma relação íntima sobre os domínios técnicos e económicos de interesse para os dois povos.

Importa salientar que, para além de outros pontos, durante a primeira fase dos trabalhos, seriam tratados aspetos ligados ao dossier Cahora-Bassa. Ademais, esta era a primeira delegação portuguesa a ser enviada a Moçambique após a tomada de posse do Governo de Transição.[148]

No dia 21 de fevereiro, dando seguimento ao processo iniciado em Lourenço Marques, uma delegação da FRELIMO deslocou-se a Lisboa para a segunda fase das negociações entre a FRELIMO e o Governo Português. As questões de agenda continuavam sendo predominadas pelas de natureza económico-financeira e cooperação técnica entre os dois povos.[149]

Posteriormente, no dia 08 de abril, uma delegação chefiada pelo Secretário de Estado para a Cooperação Externa, Dr. Jorge Sampaio, foi recebida pelo Primeiro-Ministro do Governo de Transição, Joaquim Chissano. Arrancava assim a terceira fase de conversações no âmbito da definição dos parâmetros de cooperação entre Portugal e Moçambique. Compuseram esta delegação elementos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, da Coordenação Internacional e da Educação e Cultura, do Banco Nacional Ultramarino, do grupo especial para Cahora Bassa, do grupo de Planeamento do Zambeze, e da Direção-geral da Aeronáutica Civil.

Na terceira fase, entre vários pontos, destacaram-se como pontos de agenda "as condições de transferência do Banco Nacional Ultramarino para Moçambique, acordos de investimento em que o estado português é garantia," e uma primeira abordagem dos efeitos em Moçambique da nacionalização e das companhias seguradoras sedeadas em Portugal.

Durante estas conversações, deu-se ênfase a que a futura cooperação entre Portugal e Moçambique seria "dentro da amizade e respeito mútuo de soberania."[150] O representante da FRELIMO iniciou o seu discurso com as seguintes palavras: "…A base

[148] Jornal Notícias. 21 de janeiro de 1975. Cooperação técnica e económica entre Portugal e Moçambique. pag 1 e 2.
[149] Jornal Notícias. 22 de fevereiro de 1975. Para conversações com Portugal: Delegação da FRELIMO partiu para Lisboa. pag 1.
[150] Jornal Notícias. 09 de abril de 1975. Bases de cooperação Portugal-Moçambique. pag 1-3.

das nossas discussões é que em Moçambique acabou o colonialismo, começa um processo revolucionário e temos que honrar o sangue derramado pelo nosso povo, e que em Portugal o Povo português começou uma revolução (…)". Ainda, no seu momento solene de saudação da Delegação, Chissano prosseguiu procurando sempre tirar máximo proveito da ocasião para recordar os termos nos quais ali estavam reunidos, "…estamos a negociar com representantes do Povo português. E, se há entre vós alguém que não está a representar o Povo português e está a representar outros interesses, esse certamente vai contribuir para o fracasso daquilo que pretendemos construir, que é o futuro das relações entre os nossos povos."

Ora, a sustentar a tese previamente avançada pelo representante da FRELIMO, de que tanto um assim como o outro ator estava pela mesma causa, que era dar novo rumo a dois povos, em resposta, em representação da delegação portuguesa, o Secretário de Estado da Coordenação Externa, Dr. Jorge Sampaio, "…eles sabem que estão a representar os verdadeiros interesses do Povo português (…)". "Vamos lançar as bases das futuras relações entre os dois países independentes e (…) vamos trabalhar de molde que elas sejam profundas e profícuas."[151]

Posteriormente, no dia 18 de junho, o mesmo quotidiano deu a conhecer que entre 10 e 17 de junho de 1975 teria tido lugar a quarta fase das negociações entre o Governo português e a FRELIMO e se ocupara pelos seguintes temas: Banca, Seguros e outros interesses empresariais, Transportes Aéreos e Marítimos, Telecomunicações, Dupla Tributação, Cahora Bassa, Gabinete do Plano de Zambeze, SHER e SONEFE, Acordo Geral de Cooperação.[152]

Depois de assinados os Acordos de Lusaka, a descolonização deixa de ocupar lugar privilegiado no debate da comunidade internacional para com Portugal, deixando assim espaço para o processo de democratização.[153] Ademais, após o 25 de Abril, declarado terminado o colonialismo, urge um redimensionamento do seu posicionamento internacional – emerge, assim, um dos mais complexos e graves desafios estratégico da história portuguesa.

É neste contexto que, nas mais variadas direções que teve que tomar, o país escorrega para a Comunidade Económica Europeia. Esta integração tem lugar "sem

[151] Jornal Notícias. 10 de abril de 1975. Primeiro-ministro recebe delegação portuguesa. pag 1 e 3.
[152] Jornal Notícias. 18 de junho de 1975. Portugal e FRELIMO prosseguirão negociações após a independência, pag 1 e 3.
[153] Telo, António José (2007). História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade. Barcarena: Editorial Presença.

acerca disso se ter alguma vez realizado um debate digno desse nome ou sequer uma consulta referendária.[154]"

Por seu turno, Moçambique toma uma inserção influenciada pelos apoios recebidos durante a Luta de Libertação Nacional.

[154] ROSAS, 2004.

CAPÍTULO II: O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE PORTUGAL E MOÇAMBIQUE E A SUA POLÍTICA EXTERNA

2.1.Nota introdutória

Nesta parte do trabalho, depois de compreender os contornos de todo o processo de estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e Moçambique, analisaremos as opções de política externa de Portugal e de Moçambique após a proclamação da independência. Deste último país, pretendemos descrever as implicações das prioridades de política externa no momento a seguir ao desmoronamento do império colonial português. Examinaremos como se caraterizou a política externa de Portugal para Moçambique no período de 1975 a 1983 e, simultaneamente, num exercício simétrico, abordaremos no que tange à política externa de Moçambique.

2.2.Estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e Moçambique

Segundo Magalhães (1985), os múltiplos interesses que ligam os Estados entre si levam-nos a estabelecer relações oficiais, ou relações de Estado a Estado, que se designam por relações diplomáticas.

Para Valente (2013), o relacionamento diplomático resulta dos inúmeros interesses a unir os Estados na composição que fazem da Comunidade Internacional. Este relacionamento tem lugar quando um Estado envia e outro recebe uma missão diplomática,[155] sabendo-se porém que há relações sem envio de missões.[156] Ora, entre dois Estados estabelecem-se relações diplomáticas sob exigência de mútuo acordo, embora a rutura unilateral seja possível de se verificar, implicando assim a saída da missão permitida no Estado hospedeiro.[157]

Em norma, o anúncio do acordo entre Estados sobre o estabelecimento de relações diplomáticas é feito através de um comunicado conjunto, publicado simultaneamente nas capitais desses Estados.[158]

De acordo com o site oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE, de

[155] Valente, Domingos Antunes (2013). Diplomaticamente: (introdução ao estudo da diplomacia). Setúbal: [s.n.]. Pag 58

[156] Este caso retratado de relações sem envio verificou-se entre a República Popular de Moçambique e a República Portuguesa, onde durante anos "mantiveram" relações sem ter no território português pessoal moçambicano. Magalhães (1985) esclarece ainda que "estabelecer relações diplomáticas e enviar e receber missões diplomáticas são, porém, coisas distintas pois dois Estados podem estabelecer relações diplomáticas sem que por isso tenham necessariamente de trocar entre si missões diplomáticas." Magalhães, José Calvet de (1985). Manual Diplomático: direito diplomático. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Pag 13.

[157] Valente, Domingos Antunes (2013). *Ob. Cit*. p. 59.

[158] Magalhães, José Calvet de (1985). *Ob. Cit*. p. 13.

Portugal, o Estado Português reconheceu a independência de Moçambique no dia 25 de junho de 1975, dia da proclamação da independência nacional. Na mesma data, a República Portuguesa estabeleceu relações diplomáticas com o governo da República Popular de Moçambique.[159]

Com a descolonização e a "opção europeia", alterou-se a constante histórica. Temos evidências de que as relações entre estes dois Estados foram desenhadas ainda no período em que decorriam as conversações no âmbito da definição dos parâmetros de cooperação entre Portugal e Moçambique no período pós-independência. Neste sentido regista-se que, os discursos de Samora Machel tendiam a aludir os traços comuns da história de libertação dos Povos português e moçambicano "Libertamo-nos mutuamente pelo combate comum que travamos cá em África e eles lá na Europa". (...) "Estamos convencidos de que chegou o momento de haver em Moçambique um representante do Povo português e que chegou o momento de haver em Portugal representantes do Povo moçambicano."[160]

De acordo com o Diário de Notícias, no seu regresso de Moçambique (onde presidiu a delegação que representou Portugal nas cerimónias de independência da antiga colónia portuguesa), o General Vasco Gonçalves, primeiro-ministro português, sublinhava a possibilidade de estreitamento das relações entre os povos português e moçambicano até atingirem o nível de exemplaridade.[161]

Por seu turno, uma correspondência do Presidente da República Popular de Moçambique, de 14 de março de 1976, endereçada ao Presidente da República Portuguesa, General Francisco da Costa, aborda a relevância de se consolidar e ampliar continuamente a amizade e cooperação ora estabelecida. Nas suas palavras:

> "No curso das conversações entre as nossas duas Delegações patenteou-se o desejo legítimo da nossa parte de abordar a nível político as relações entre os nossos dois Estados. Porque as relações entre os nossos dois Estados se fundaram numa vontade revolucionária dos nossos Povos, (…), não podem circunscrever-se a meras relações de cooperação. Relações de cooperação estabelecemo-las com todos os Estados que o desejem, (…). Neste contexto é que pensamos que a nossa discussão uma vez que tem um conteúdo político importante para os dois Estados se deve situar a um nível político elevado. (…) Fazemos votos para que rapidamente encontremos a plataforma de acordo que nos permitirá materializar o desejo de amizade e cooperação entre os

[159] Portal Diplomático. (2025, agosto). *República de Moçambique.* https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/mocambique
[160] Jornal Notícias. 30 de maio de 1975. Criar relações com Portugal. pag 1.
[161] *Diário de Notícias*. 27 de junho de 1975. "Uma pedra sobre o passado…: Relações exemplares entre Portugal e Moçambique – prognóstico de Vasco Goncalves ao voltar de Lourenço Marques". pag 1.

nossos Povos e Estados."[162]

Voltando ao ponto das relações entre estes dois Estados, temos a evidenciar um episódio em que, em conferência presidencial, Samora Machel, questionado por um jornalista da "TVNEWS" de Los Angeles-EUA, sobre o "futuro da diplomacia moçambicana para com Portugal em caso de haver uma mudança de governo em Portugal" respondeu nestes termos

> "…Portugal é um estado soberano, Moçambique, a partir de vinte e cinco de junho de 1975, também. Por isso não temos nada que esperar que Portugal modifique o seu governo e a sua situação. Pois eu também poderia perguntar o que é que Portugal espera se o governo britânico fosse mudado. Nada, porque é uma relação de igual para igual são dois países diferentes. Portanto nós pensamos que a mudança do governo Português só diz respeito ao povo de Portugal. Nós temos a política de não ingerência nos assuntos internos. Esta é a base das nossas relações com Portugal. E cada Estado têm o direito de tomar as medidas que lhe convém.[163]"

Ainda no âmbito da cooperação entre estes dois países, o Ministro Chissano deu um ponto de situação numa entrevista concedida ao "Le monde" e que foi publicada no dia 23 de outubro de 1976 naquele jornal francês. Naquela ocasião, em resposta à questão "Quais são os resultados das conversações que teve com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal?", Chissano disse:

> "Nós voltamos a afirmar a nossa vontade recíproca de melhorar a nossa cooperação. Mas os fatos estão à vista: muitos são aqueles que em Portugal ainda não compreenderam que Moçambique é independente e quer avançar pelo seu próprio caminho. As nossas relações estão ainda muito difíceis. Nós só poderemos estabelecer boas relações com Portugal assentes em bases claras: o respeito mútuo pela soberania nacional. Pela nossa parte, nós esforçar-nos-emos, fechando os olhos às múltiplas atividades anti moçambicanas em Portugal. Pelo seu lado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal deve fazer admitir no seu país a mesma vontade.[164]"

O pronunciamento de Chissano ia ao encontro da sequência de incidentes diplomáticos que estavam a ser frequentes naquela altura. Grande parte dos incidentes que vinham ao conhecimento do público eram perpetrados pelas autoridades portuguesas contra as autoridades moçambicanas – o que acabava minando o ambiente de tranquilidade que julgamos que era o desejado por ambas partes, se seguirmos a linha dos discursos que vinham sendo publicados naquela época.

Todavia, o interesse em manter um ambiente saudável por parte da República

---

[162] AHPR. Correspondências. Carta de Samora Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, ao Presidente da República Portuguesa, General Francisco da Costa Gomes. Maputo-Lisboa. GB 2490/001. 14 de março de 1976. pag 1 e 2.

[163] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 156. Conferência presidencial sobre as relações entre Portugal e Moçambique. 28 de março de 1976.

[164] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 526. Cooperação Portugal-Moçambique. 24 de outubro de 1976.

Popular de Moçambique era inquestionável e bem visível aquando da abordagem da dinamização do Acordo de Cooperação onde em certas ocasiões Chissano acrescentou elementos muito positivos para o desenvolvimento e solução dos problemas pendentes entre Portugal e Moçambique. Ademais, o Ministro Chissano mereceu uma apreciação positiva vinda do diplomata português, classificando-o como interlocutor válido e com conhecimento adequado à sua função das questões colocadas.[165]

Foi neste contexto que, no decurso da receção do corpo diplomático, o Presidente Machel fez menção da ida do seu enviado especial a Portugal e da longa entrevista que tinha tido com o seu homólogo português. Machel salientou que excelentes perspetivas se apresentavam, uma vez que de ambos os lados era notória a vontade de aproximação.[166]

Esta visão não era de comum acordo para as partes envolvidas, pois, segundo Manuel Antunes Caldas Faria, as boas intenções sobejamente incumbidas ao lado moçambicano vinham sendo desmentidas pelos fatos. Para o diplomata português, em muitos domínios as questões arrastavam-se além do que seria desejável e admissível.[167]

Mesmo diante do ambiente que acabamos de relatar, ambas as partes, esforçavam-se em manter a cooperação. Nesse espírito, entre os dias 29 e 30 de abril de 1980 teve lugar o Segundo Encontro de Chefes de Estados das Antigas Colónias Portuguesas. De acordo com a Declaração Conjunta, emitida ao fim da cimeira, foi assinado o Acordo Geral de Cooperação Económica que estabelecia os princípios que regulariam as relações entre os cinco países nos domínios do comércio, transportes, finanças, banca e seguros. De acordo com o diplomata Nunes de Carvalho, tudo levava a concluir que tivesse sido tema nuclear da conferência a cooperação entre os cinco países no plano económico. Presumivelmente abordou-se as relações dos cinco países com Portugal, embora não se vislumbre algum vestígio disso na referida Declaração Conjunta. Essa Declaração menciona a decisão de se passar a realizar anualmente o encontro de Chefes de Estado dos cinco países. Deste modo, aproveitou-se a ocasião para anunciar que a reunião subsequente decorreria na Guiné, no decurso do primeiro semestre de 1981.[168]

Até à data da comemoração do aniversário da independência nacional em 1980 em Moçambique, Portugal ainda não tinha Embaixador neste território. O diplomata

[165] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 633. Diplomata Caldas Faria em audiência com o Ministro Chissano. 17 de dezembro de 1976.
[166] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 13. Sobre o estado das relações de cooperação Portugal – Moçambique. 08 de janeiro de 1977.
[167] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 6.
[168] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 101. Sobre cooperação entre Portugal e os demais países africanos lusófonos. 01 de abril de 1980. pag 1-2.

Nunes de Carvalho relata que este assunto foi abordado pelo Presidente Machel durante a receção oferecida no Palácio da Ponta Vermelha, para o qual tinha sido convidado o corpo diplomático. Naquele evento, em resposta à questão "quando chegaria o novo embaixador de Portugal", Nunes de Carvalho respondeu que "acreditava que muito em breve." Ao que o Presidente Machel acrescentou "(…) que enquanto não houvesse embaixador de Portugal em Maputo não haveria Embaixador de Moçambique em Lisboa.[169]"

Esta situação de ausência de Embaixador de Portugal em Moçambique esteve na iminência de se ultrapassar quando Nunes de Carvalho sondou a possibilidade de o Embaixador de Portugal apresentar as credenciais poucos dias depois da sua chegada a Maputo. Através do chefe do Protocolo teve a informação de que

> "no caso de o novo Embaixador de Portugal chegar a Maputo até ao fim deste mês ou primeiros dias do próximo, acreditava que seria possível 'arranjar as coisas' de forma a que pudesse efectivamente entregar poucos dias depois as suas cartas credenciais e dando mesmo a entender que seria isso que estava previsto. Caso no entanto o Embaixador não pudesse chegar senão alguns dias mais tarde (…) disse que isso já seria então muito difícil, pois durante todo o período compreendido entre os dias 6 e 20 de setembro julgava que o presidente não estaria disponível para receber novos Embaixadores.[170]"

O Chefe do Protocolo alertava sobre eventuais situações de inconveniência protocolar, caso a habitual visita do Presidente Samora Machel ao Pavilhão de Portugal na FACIM (Feira Internacional de Maputo)[171] tivesse lugar em precedência da apresentação das cartas credenciais. Neste sentido, assistiu-se o empenho de ambas partes no sentido de garantir que o Embaixador apresentasse as cartas credenciais em tempo útil e sem embaraços protocolares.

O diplomata Cutileiro relata o respeito, por parte das estruturas locais, da palavra de ordem do Presidente Machel no sentido de fomentar a cooperação com Portugal. Por

[169] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 204. Sobre o envio do embaixador de Moçambique para Lisboa e vice-versa. 26 de junho de 1980.
[170] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 255. Sobre a apresentação das cartas credenciais do novo Embaixador de Portugal em Maputo. 22 de agosto de 1980.
[171] Trata-se do maior evento promocional, multissectorial de exposição que se realiza anualmente em Maputo. A FACIM foi fundada em 1964, por iniciativa coletiva de empresas dos sectores de Indústria e Comércio. A criação da FACIM, nesse período, tinha como principal foco promover produtos e serviços das empresas que operavam no então território ultramarino português, Lourenço Marques, servindo de ponte para exposição de potencialidades de outros países lusófonos, com destaque para Angola. Após a independência nacional, em 1975, a FACIM passou por várias fases de transformação, assumindo um papel estratégico no processo de abertura económica de Moçambique e no estímulo ao investimento nacional e estrangeiro. Durante as primeiras décadas após a independência, a FACIM manteve-se como um importante espaço de intercâmbio comercial. A Feira realiza-se entre finais do mês de Agosto e início do mês de Setembro, de acordo com Calendário imposto pela União Internacional de Feiras (UFI), do qual Moçambique é Membro desde 1969. (https://www.facim.gov.mz/historia-da-facim/)

se notar diferente comportamento por parte do lado lusitano lança o seguinte apelo:

> "(…) Problema se nos pooe agora ee portanto decidir se nos interessa realmente cooperaccaao com Moccambique. Se, como suponho, nos interessa, ee preciso definirmos sem perda de tempo uma estratégia e reforccar os meios necessaarios para a por em praatica. Caso contraario, conviria, no ponto a que as coisas estaao a chegar, comeccar a refrear entusiasmos que soo poderão gerar mal-entendidos.[172]"

Para troca de impressões de carácter geral sobre a situação das relações bilaterais, o diplomata português Cutileiro foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano Chissano, no dia 16 de julho de 1981. O Ministro Chissano referenciou que, embora não tivesse acompanhado de perto quaisquer desenvolvimentos de cooperação bilateral, acreditava que os mesmos decorriam dentro dos trâmites normais, uma vez que não tinha sido chamado a intervir para eventual desbloqueamento de situações pontuais.

Acrescentou ainda que a visita do Presidente da República Portuguesa, para a qual Moçambique já havia proposto datas de realização (14 - 20 de setembro), iria proporcionar a ocasião para a abordagem de eventuais problemas bilaterais.[173]

2.2.1. Abertura da primeira Embaixada de Portugal em Lourenço-Marques

Conforme foi referido anteriormente, o estabelecimento de relações diplomáticas entre dois Estados não implica necessariamente o estabelecimento de missões diplomáticas permanentes nesses Estados. Ou seja, o estabelecimento de missões diplomáticas carece de um acordo entre os Estados respetivos, o mesmo acordo poderá determinar que um desses Estados terá a faculdade de manter uma missão diplomática no outro Estado sem que haja reciprocidade.[174]

Magalhães (1985) explica ainda que, da mesma forma que o estabelecimento de relações diplomáticas entre Estados não implica necessariamente o estabelecimento de missões diplomáticas permanentes, a sua retirada definitiva ou temporária não implica necessariamente a rutura de relações diplomáticas.[175]

---

[172] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 361. Embaixador de Portugal em Moçambique apela para maior seriedade em caso de haver interesse em cooperar com Moçambique. 01 de novembro de 1980.
[173] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 424. Ponto de situação das relações de cooperação entre Portugal e Moçambique. 17 de julho de 1981.
[174] Magalhães, José Calvet de (1985). Manual Diplomático: direito diplomático. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. pag 13-14.
[175] Magalhães, José Calvet de (1985). Manual Diplomático: direito diplomático. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. pag 15.

Para o caso em estudo, o reconhecimento do novo Estado em Portugal teve como consequência a criação da Embaixada[176] de Portugal em Lourenço Marques e o envio de um Embaixador que apresentou as credenciais alguns dias depois da Independência.[177] Foi nesse contexto que, no dia 28 de junho de 1975, Albertino Almeida apresentou credenciais como Embaixador residente em Maputo.

Naquela ocasião, o Presidente Samora Machel dirigiu palavras de cordialidade e simpatia para com o Povo português, tendo-se declarado disponível para a solução e compreensão, dentro do espírito fraternal, para com todos os problemas a resolver e uma cooperação futura amigável estreita.[178]

Meses depois, segundo informações de Victor Crespo ao jornal "Expresso", Albertino Almeida – conhecido pelas suas posições progressistas e apoio ao MPLA – foi afastado do cargo de Embaixador português em Moçambique.[179]

2.2.2. Abertura da primeira Embaixada de Moçambique em Lisboa

Segundo o Jornal Notícias, na primeira quinzena de outubro de 1976, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Medeiros Ferreira, reiterava o interesse do seu Governo em ver aberta uma Embaixada da República Popular de Moçambique em Lisboa.[180]

No período de vigência do governo de transição e no decurso das negociações entre os representantes do governo português e da FRELIMO, Moçambique cedeu gratuitamente dois imóveis na capital: um era reservado para a chancelaria e o outro para a residência do Embaixador de Portugal. Nessa altura, tinha ficado acordado que, reciprocamente, o Estado português cederia nas mesmas condições ao Estado Moçambicano dois imóveis em Lisboa para idênticos fins – regime de reciprocidade.

Nesta conformidade, tendo em vista a concretização do estabelecimento da representação diplomática da República Popular de Moçambique em Lisboa, e em

[176] Embaixada é a Missão Diplomática de um Estado junto de um Governo estrangeiro ou de uma Organização Internacional. (Manual de procedimentos sobre aplicação das normas do Protocolo do Estado, 2007: 34)
[177] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 1.
[178] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 8. Apresentação de cartas credenciais ao Presidente da República Popular de Moçambique. 28 de junho de 1975.
[179] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 349. Novo Embaixador de Portugal em Moçambique. 11 de dezembro de 1975.
[180] Jornal Notícias. 12 de outubro de 1976. Governo português apresentará desculpas a Moçambique, pag 1. TAP

execução daquele acordo de reciprocidade, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique serviu-se dos canais próprios para, a 09 de junho de 1977, solicitar às autoridades competentes de Portugal a indicação dos dois imóveis destinados à futura chancelaria e residência do Embaixador de Moçambique em Lisboa.[181]

Durante o período em que Moçambique ficou sem designar um Embaixador junto de Portugal, a justificação era a seguinte: escassez de pessoal diplomático. De acordo com Valente (2013), por norma, o quadro pessoal de uma missão é composto por chefe, pessoal diplomático, pessoal administrativo e técnico e pessoal de serviço. Por outras palavras, as Embaixadas funcionam sob direção de diplomatas, investidos no cargo de Embaixador, apoiados por outros diplomatas de carreira. São inúmeras as atividades que recaem sobre uma missão. Todavia, são elementos constitutivos da atividade diplomática, a representação, proteção, informação, promoção e negociação.[182]

Nesta senda, para a execução das atividades aqui elencadas, é patente o défice de pessoal qualificado para dar seguimento às mesmas. Por isso, a nosso ver, a justificação apresentada por Moçambique na altura tinha a sua razão de ser. Ademais, nas missões diplomáticas realiza-se também trabalho consular. Não menos importante é referir que, até aquela altura, a República Popular de Moçambique dispunha apenas de duas representações diplomáticas no estrangeiro, designadamente, na ONU, chefiada por um Embaixador, e em Dar-Es-Salam, na Tanzânia, chefiada por um Encarregado de Negócios.[183]

Por via de um ofício proveniente da Secretaria-geral da Presidência da República Portuguesa, Luís Pereira Coutinho comunicou ao Chefe do Protocolo do Estado Português que "Sua Excelência o Chefe do Estado recebe Sua Exa. o Embaixador, residente, da República Popular de Moçambique, em audiência solene, para entrega de credenciais, no próximo dia 29 do corrente, às 10.30 horas, no Palácio Nacional de Belém."[184]

Com o mesmo conteúdo, um outro ofício foi expedido ao Comandante-Geral da Polícia de Segurança, solicitando que a Polícia de Trânsito facilitasse a passagem do

[181] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 352. Organização das instalações para o estabelecimento de relações político-diplomáticas entre Moçambique e Portugal (consulado e residência do embaixador). 09 de junho de 1977.
[182] Valente, Domingos Antunes (2013). Diplomaticamente: (introdução ao estudo da diplomacia). Setúbal: [s.n.]. pag 65-68.
[183] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag. 25.
[184] AHPR. Entrega de cartas credenciais do Embaixador residente da República Popular de Moçambique. 602/Pº 20. 22 de julho de 1977.

cortejo, tanto à vinda como no regresso, e que o policiamento exterior do Palácio fosse feito por guardas daquele comando.[185]

Estas diligências podem parecer de simples execução, uma vez que se estava a dar seguimento ao cerimonial que o protocolo impõe. Todavia, tais procedimentos são merecedores de toda a atenção porque se estava a pôr em prática o cerimonial para dois Estados soberanos, nos preparativos da oficialização da representação diplomática de Moçambique em solo lusitano.

Para Zeca (2021), a abertura da Embaixada de Moçambique na capital portuguesa significou um marco indelével na edificação de uma "plataforma de gestão positiva e criativa das tensões e conflitos históricos entre Portugal e Moçambique".[186]

2.3.Política externa

Recomenda-se que a criação de estratégias de política externa obedeça ao pressuposto segundo o qual deve ser a posição internacional relativa de um Estado a definir a trajetória principal da sua ação.[187] Por outras palavras, são estes os elementos que ditam o posicionamento e as linhas de orientação da política externa dos Estados ao longo dos tempos.

Outros fatores ainda que determinam a consolidação das grandes constantes da política externa são: localização geográfica (os recursos que esta lhe proporciona ou a falta deles); a distribuição de poder global ou regional; a identidade cultural que se vai criando ao longo dos tempos; as contingências da política doméstica.

Analisemos de seguida como a República Portuguesa orientou o seu posicionamento para com a República Popular de Moçambique entre 1975 e 1983 e, posteriormente, observemos o exercício inverso: procurar os traços de Portugal na Política externa de Moçambique.

2.3.1.Política externa de Portugal

De acordo com Teixeira (2005), Portugal esteve sempre sujeito a um equilíbrio geopolítico instável, entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima. Da condicionante geopolítica à contínua tentativa de equilíbrio, emergiu um movimento de longa duração que foi definindo invariantes e permanências nas opções estratégicas e

[185] AHPR. Entrega de cartas credenciais do Embaixador residente da República Popular de Moçambique. 604/Pº 20. 22 de julho de 1977.
[186] Zeca (2021).
[187] Sá, Tiago Moreira (2015). Política externa portuguesa. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

nas características históricas da sua política externa.

Para uma boa compreensão da política externa portuguesa, Sá (2015: 15-16) assume ser necessário ter-se consciência dos seus grandes eixos de inserção internacional, o seu peso relativo na definição geral das orientações de estratégia e os contextos em que estes se desenvolvem historicamente. Assim se justifica a existência de três eixos fundamentais de orientação da política externa portuguesa: europeu, o atlântico e o lusófono.

Entre os finais do século XIX e durante o século XX Portugal continuou optando pela ponderação das relações entre a Europa e o Atlântico, ou seja, a aliança preferencial com as potências marítimas e o lugar especial reservado ao projeto colonial. Nesta perspetiva vamos assumir que somente com a descolonização e, consequentemente, a "opção europeia" é que esta realidade veio a registar alguma alteração. A partir daquele estágio, a diplomacia portuguesa passou o tempo a procurar

o equilíbrio nas mais várias dependências e a optar por posições conjunturais corrigíveis, numa busca constante de respostas compatíveis com a evolução da cena internacional.[188]

De acordo com Menezes (2015: 159-160), durante as primeiras três décadas do século XX (nos anos 30) as linhas da política externa portuguesa mantiveram-se estáveis e sem grandes alterações. Para esta autora, nos casos em que se registaram tais alterações, estas foram impulsionadas mais por fatores exógenos do que endógenos. Ou seja, as alterações tiveram lugar devido à conjuntura internacional e não por uma «opção desejada e planeada pelo Governo português». A título de exemplo, a opção estratégica de aproximação aos EUA em detrimento da antiga aliança com a Grã-Bretanha, no pós-1945; a maior aproximação diplomática aos países vizinhos do Portugal ultramarino como a Rodésia e África do Sul, no início dos anos sessenta.[190]

Mudanças significativas na política externa portuguesa vieram a fazer-se sentir como tal com o Estado Novo de Salazar e pelas alterações da conjuntura internacional dos anos 30. De forma mais explicita, registou-se o afastamento deliberado das questões europeias e a afirmação de um Portugal atlântico e do projeto colonial africano.[189] Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, Salazar apressa-se a declarar a neutralidade portuguesa. Terminada a segunda guerra mundial, Portugal, país neutro, fica à margem dos trabalhos diplomáticos de regresso à paz e do reordenamento do novo sistema

[188] Teixeira, N. S. (2005). Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa, 1890-2000. In A. C. Pinto (Ed.) (2005). Portugal Contemporâneo (pp. 87-116). Lisboa: Dom Quixote. Teixeira (2012: 61-62).
[189] Cf. Menezes, Elisabete Sofia Nabais de Oliveira de Freitas e, Teoria e realidade: da teoria da política externa à realidade das relações internacionais. Tese de Doutoramento, julho 2015.

internacional. Assim, como reflexo de incapacidade de adaptação à nova ordem mundial, entre 1945 e 1949 Portugal estará sujeito a um momento de marginalização, senão mesmo ded isolamento internacional e de alguma indefinição da sua política externa.[190]

Segundo Martins (2000: 150), no decurso da Segunda Guerra Mundial e já antes da Guerra Civil Espanhola, estiveram à luz da política externa portuguesa três objetivos, nomeadamente: a defesa da independência nacional face ao perigo espanhol, a defesa do património colonial e a defesa da sobrevivência do regime.[191]

As primeiras hesitações perante a realidade do segundo pós-guerra mostraram-se evidentes na rejeição da oferta norte americana ao "primeiro exercício" do Plano Marshall, em 1947-48. Todavia, no início da Guerra Fria este posicionamento veio a ser revisto face à degradação financeira e cambial portuguesa com a sua candidatura ao segundo exercício de Plano Marshall, em 1948-49.[192]

No período logo após a Segunda Guerra Mundial, a política externa portuguesa é caraterizada pelo reencontro com a tradição atlântica. Esta tradição transatlântica tem as suas raízes no acordo bilateral de cooperação estratégico-militar com os Estado Unidos de América - já em 1945 se falava do esforço americano de estabelecimento de uma base aérea permanente nas Lajes. Já antes do final da Segunda Guerra Mundial, a Junta de Chefes de Estado Maior das Forças Armadas norte-americanos já preparava um sistema de bases permanentes para o período posterior.[193]

O acordo em questão veio a provar a ultrapassagem da tradicional desconfiança de Portugal em relação aos Estado Unidos – naquele preciso momento, enfrentava imensas dificuldades em reconhecer o declínio do império britânico e a emergência daquele norte-americano. No quadro multilateral, a aliança bilateral americano-portuguesa veio a confirmar-se com a entrada de Portugal para a Aliança Atlântica em Abril de 1949.[194]

Perante o programa europeu, de uma forma geral, o posicionamento de Portugal será marcado por um distanciamento e uma dupla posição. Ou seja, presença nas organizações de cooperação económica, e rivalidade em relação a qualquer projeto de

[190] Teixeira (2012: 77-78).
[191] Teixeira (2012: 80-82).
[192] Martins Fernando (2000). A questão colonial na política externa portuguesa. In O império africano seculos XIX e XX. Coordenação de Valentim Alexandre. Edições Colibri * Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
[193] Teixeira (2012: 82-83).
[194] Cf. Ferreira, Medeiros J. (2006). Portugal e os Estados Unidos nas duas Guerras Mundiais: a procura do plano bilateral. In Rodrigues, Luís N. (coord.) Regimes e Impérios: As relações luso-americanas no século XX, Lisboa, IPRI. p. 37-38

integração ou supranacionalidade. É neste contexto que Portugal teve um posicionamento receoso em relação ao Plano Marshall.[195]

Todavia este posicionamento de Portugal em relação ao Plano Marshall pode encontrar explicação nas expetativas que o Acordo das Lajes tinha suscitado.

Com o agudizar-se da Guerra Fria, define-se um protagonismo americano que culmina com a assinatura do acordo bilateral de cooperação militar entre Portugal e os Estados Unidos. Chegados a este ponto, podemos assumir como opções estratégicas da política externa portuguesa: o afastamento do processo de integração europeia, a integração no sistema de segurança atlântico e a defesa intransigente dos territórios coloniais.

Em dezembro de 1955, com a admissão de Portugal às Nações Unidas, regista-se o fim da tolerância para com o Estado Novo e o princípio da contestação internacional à política colonial do regime.

À medida que o tempo ia passando, o isolamento de Portugal acentuava-se e, cada vez mais, a questão colonial tornava-se preocupação exclusiva da sua política externa. No ano de 1961, Portugal perde a India e em seguida tem início a guerra colonial em Angola. Em tão curto espaço de tempo, Portugal vê-se em três diferentes cenários de guerra colonial: Angola, Guiné e Moçambique. Mesmo perante esse panorama, Salazar via África como um prolongamento natural da Europa, conferindo, deste modo, um papel meramente secundário à questão europeia, para a qual sempre manifestou ceticismo e hostilidade relativamente ao processo de construção europeia.[196]

As grandes opções estratégicas da política externa portuguesa durante o período que antecede a fase final do regime autoritário e a instauração da democracia foram: integração no sistema de segurança atlântico, afastamento da construção europeia e defesa do império colonial até aos conflitos da descolonização.

No que respeita à integração de Portugal no sistema atlântico, não foi mais do que a reafirmação do vínculo previamente estabelecido. Contudo, Portugal encontrou-se sujeito a um isolacionismo internacional causado pela recusa da proposta norte-americana de descolonização da África portuguesa. Esta proposta foi apresentada em 1965 e ficou conhecida como Plano Anderson[197] e tinha as suas raízes na eclosão da guerra em Angola

[195] Cf. Teixeira, Nuno Severiano (2004), "O 25 de abril e a política externa portuguesa", *Relações internacionais* pp. 7.
[196] Cf. IDEM 8.
[197] Teixeira (2012: 87-88).

e pela queda de Goa.[198]

Neste mesmo período, já se fazia sentir a emergência de um grupo que era a favor de uma contribuição por parte de Portugal na construção europeia. Esta opção enfrentou barreiras, uma vez que, do mesmo modo, fazia-se sentir uma grande pressão por parte do grupo que era a favor da continuidade do império colonial. É neste contexto de crise das relações luso-americanas, e por ambivalência do comportamento britânico, que a diplomacia portuguesa procurou diversificar os seus apoios internacionais. Naquela época valeram os laços de cooperação e de cumplicidade com os aliados europeus, nomeadamente, Alemanha Federal e França.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até ao fim do seu império, as relações político-diplomáticas entre Portugal e os países da África Austral sofrem uma rotura do sentimento de desconfiança – anos 50 – para a necessidade de uma aliança – meados dos anos 60. Desta maneira, para além do lado europeu, e de forma a tornar possível a manutenção do ultramar, as relações político-diplomáticas de Portugal tiveram necessidade de fazer novos parceiros na África Austral, nomeadamente África do Sul, Rodésia, Malawi e Zâmbia. Ainda que o relacionamento com todos estes Estados fosse importante, era crucial manter boas relações com a África do Sul.[199]

Segundo Teixeira (2004), de uma forma geral, naquele período Portugal distanciou-se da opção europeia. Todavia, neste período testemunhou-se uma reaproximação para com a Espanha, que ficou patente no que podemos chamar de diversificação das alianças extrapeninsulares. Ou seja, a presença de Portugal onde a Espanha far-se-á ausente: no contexto atlântico, Lisboa marca presença na NATO sem a Espanha e o mesmo acontece no contexto europeu aquando da entrada para a EFTA.[200]

No princípio dos anos 70 do seculo XX, as cicatrizes da grande guerra já tinham desaparecido. Grande parte da Europa Ocidental já mostrava sinais de desenvolvimento e internacionalmente desempenhava um papel de relevo. Contudo, com exceção da Itália, o Sul da Europa Ocidental mostrava sinais de atraso quer em termos económicos bem como em termos de expressão política. Em particular, Portugal encontrava-se ainda mergulhado nas guerras coloniais em África.[201]

---

[198] Rodrigues, Luís N. (2006), A administração Johnson e a questão colonial portuguesa: O «Plano Anderson», In Rodrigues, Luís N. (coord.) Regimes e Impérios: As relações luso-americanas no século XX, Lisboa, IPRI, pp. 89.

[199] Barroso, Luís F. M. (2012), *Salazar, Caetano e o "Reduto Branco": A manobra político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)* 1ª Edição, Fronteiras Do Caos Editores, Porto, pp. 18.

[200] Barroso, 2012: 12-13 e 15.

[201] Cf. Teixeira, Nuno Severiano (2004), "O 25 de abril e a política externa portuguesa", Relações

Mudanças relevantes só se fizeram sentir após os acontecimentos do 25 de Abril. Martins (2000) ressalta que, até então, a política portuguesa tinha servido da melhor forma os interesses nacionais na relação entre a política externa e a questão colonial.[202]

Com a descolonização, Portugal viu-se obrigado a redefinir o seu posicionamento internacional. Entre 1974 e 1976 prevaleceu a discussão das várias opções que refletiam as lutas políticas internas que caracterizaram aquele período. Posteriormente, em 1976, com a progressiva estabilização política, o futuro de Portugal ficaria ligado à CEE.[203]

Esta posição não significa que o plano africano seria esquecido, uma vez que Portugal procuraria formas de conjugar o vetor africano da sua política externa com a qualidade de membro da Comunidade Europeia. Paiva (2019) defende a persistência de uma dimensão africana na política externa portuguesa.

Entre 1974/75-1976 (período a que dedicaremos os próximos parágrafos e chamá-lo-emos de período de transição) ocorre a transição do regime autoritário para o democrata. Este processo de democratização do país rompe com toda uma tradição. Mais concretamente, a grande novidade do Portugal democrata é a europeização da política externa que traz consigo um novo modelo de inserção internacional.

Para além da europeização, tomaram conta da agenda externa portuguesa deste período temas como descolonização e abertura diplomática. Neste período, Portugal volta a assumir uma inserção no contexto tanto europeu assim como internacional – fim do isolamento internacional. Geralmente faz-se referência a este período como sendo o período do desafio dos três "d's": democratização, descolonização e desenvolvimento.[204]

Quanto aos "d's" de democratização e desenvolvimento, entendemos que foi exatamente nesta fase das revoluções democráticas que se conseguiram resolver as assimetrias entre os diversos Estados da Europa Ocidental. Ademais, graças aos acontecimentos destes anos, tornou-se possível a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia em 1986.[205]

---

internacionais. p. 8.

[202] Cf. Krieger, Wolfgang (1996), Política de Segurança Europeia 1945-1973, *Portugal e a Europa: 50 Anos de Integração*, Lisboa, Centro de Informação Jacques Delors, p. 50.

[203] Martins Fernando (2000). A questão colonial na política externa portuguesa. In O império africano seculos XIX e XX. Coordenação de Valentim Alexandre. Edições Colibri * Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. p.150-151

[204] Paiva, José Francisco. (2019). A persistência duma dimensão africana na política externa portuguesa: o verdadeiro consenso nacional, In Raimundo, António (Ed.). Política externa portuguesa e África: Tendências e temas contemporâneos (pp. 29-48). Lisboa: CEI-IUL.

[205] Cf. Teixeira, 2004: Teixeira, Nuno Severiano (2004), "O 25 de abril e a política externa portuguesa", Relações internacionais. p. 9

No que diz respeito ao "d" da descolonização, pouco consenso se fazia sentir e esta dissonância/confronto das três conceções ideológicas arrastou-se no decorrer do processo de democratização: teoria federativa – Spínola, constituição de um eixo neutralista/não-alinhado e terceiro-mundista – Melo Antunes e finalmente uma tendência pró-soviética – Vasco Gonçalves. Do ponto de vista político, estas divergências dividiam-se em duas posições fundamentais: a primeira estava assente na tese de que a autodeterminação não significava automaticamente a independência. Contrariamente, a segunda defendia a identidade entre autodeterminação e independência e era apologista da transferência imediata de poderes para os movimentos de libertação – representantes legítimos dos povos colonizados. A história demonstrou o triunfo da segunda opção. Teixeira (2004) fala de uma política duplamente orientada: transição para a democracia e consolidação democrática. A transição para a democracia corresponderia ao período pré-constitucional, no qual se vive uma luta constante em torno das opções externas pelo exercício de diplomacias paralelas. Ainda que se fizesse sentir uma inclinação para o "terceiro mundo" e para o desenvolvimento de relações com os novos Estados independentes, para Teixeira (2004), estava-se perante uma indefinição da política externa. Contrariamente, na consolidação democrática, período constitucional, consegue-se ter uma definição unívoca e rigorosa do posicionamento externo de Portugal – temos um Portugal europeu e atlântico.

O atlantismo materializou-se no condensar das relações diplomáticas com os Estados unidos e com a renovação do Acordo das Lajes em 1979 e 1983. Simultaneamente, estabelecem-se relações diplomáticas com a União Soviética, com os países do Leste e do "Terceiro Mundo" e posteriormente, concretamente em 1979, com a Albânia e a China.

Posteriormente, Teixeira (2022) assume que entre 1974 e 1986 assinalam-se dois momentos completamente distintos: entre 1974 e 1976 vive-se o momento da transição da democracia/momento revolucionário; e de 1976 a 1986 testemunha-se o momento da consolidação da democracia, da estabilidade, da definição clara da posição internacional de Portugal como um país ocidental, simultaneamente europeu e atlântico.[206] O atlântico não constituía novidade - o que era novo era a opção europeia onde a Europa vem a preencher o vazio simbólico que o fim do império tinha deixado.

O desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com os novos países de

[206] Krieger, Wolfgang (1996), Política de Segurança Europeia 1945-1973, *Portugal e a Europa: 50 Anos de Integração*, Lisboa, Centro de Informação Jacques Delors. p. 50

expressão oficial portuguesa constaram na agenda da política externa portuguesa. Desde 1976 que não se pouparam esforços diplomáticos no sentido de melhorar tais relações, embora isso não tenha sido suficiente para trazer mudanças na opção estratégica portuguesa – a opção europeia. De uma forma resumida,

> "Sem alterar os dados da sua inserção internacional, Portugal alterou, contudo, as suas prioridades estratégicas. Historicamente, pensou-se como um país atlântico e colonial que, quando o peso do vetor marítimo se revelava excessivo, procurava compensações na Europa. Hoje, é um país europeu que mantem e procura rentabilizar a sua posição atlântica e as suas relações pós-coloniais".[207]

De uma forma geral podemos assumir que estiveram na agenda da política externa portuguesa a manutenção e fortalecimento das relações transatlânticas (continuada presença ativa na NATO e as ligações com os EUA e com o Brasil), a plena participação na construção da União Europeia e a manutenção de laços com as ex-colónias[208].

Analisada a política externa, de forma geral, propomo-nos seguidamente dar uma leitura mais específica e seguindo a análise cronológica dos factos a partir dos programas de governo no período em análise. Nos próximos parágrafos vamos refletir a política externa portuguesa, primeiro nos programas dos governos provisórios, posteriormente nos programas dos primeiros oito (8) governos constitucionais, isto é, os governos entre 1974 e 1983.

Primeiro Governo Provisório

O I Governo Provisório de Portugal esteve em vigor entre 16 de maio e 18 de julho de 1974. Deste Governo, Mário Soares foi Ministro dos Negócios Estrangeiros.

No Programa do I Governo Provisório, no que respeita à política externa, apresenta-se como primeiro ponto: "Respeito pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados e da não ingerência nos assuntos de outros países". Em segundo plano afigura-se a Aliança Atlântica, e em terceiro a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia.[209]

Para além de política externa, o objeto de estudo em alusão nesta tese é abordado

[207] Teixeira, Nuno Severiano (2022), Garantir a soberania: alianças e segurança nacional In Lã, J. R., Leal de Faria, A., & Cunha, A. (coord.) A Diplomacia e a Independência de Portugal. (Documentos). Bookbuilders. p. 209-210.
[208] Teixeira, Nuno Severiano (2004), "O 25 de abril e a política externa portuguesa", Relações internacionais p. 12
[209] Cf. Pereira, Manuel F. (2006), Política Externa Portuguesa e Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, *Negócios Estrangeiros*, pp. 134.
http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000036001-000037000/000036346.pdf

no ponto 7 *Política ultramarina*. Neste ponto afirma-se: o reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar era essencialmente política, em detrimento da militar.[210]

Estas afirmações estão em consonância com o momento histórico que se vivia logo após a Revolução dos Cravos. Sobre esta orientação debruçamo-nos no capítulo anterior quando analisávamos as vias de independência.

Segundo Governo Provisório

A 18 de julho de 1974 tomou posse o II Governo Provisório e terminou o seu mandato a 30 de setembro de 1974. Este Governo teve como Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e a pasta de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros esteve a cargo do Professor Jorge Campinos.

De acordo com o art. 1º da Lei 8/74, para que funcionassem no Estado moçambicano até ao dia 25 de junho de 1975, data da proclamação da independência, e em conformidade com os termos do Acordo celebrado em Lusaka entre Portugal e a FRELIMO, criaram-se os cargos de Alto-comissário, um Governador de Transição e uma Comissão Militar Mista.[211] Foi neste contexto que Victor Crespo assumiu a pasta de Alto-Comissário.

O Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas,[212] nas medidas a curto prazo, refere que o II Governo Provisório tomaria como orientação de política externa os princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação.

Este programa tinha um ponto que contemplava a política ultramarina, que se comprometia a tomar como orientação três princípios, especificamente: "a) reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política, e não militar; b) criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino; c) lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz".[213]

---

[210] Diário da Assembleia da República. I Série Nº 113. 15 de maio de 1974. Pag 625. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1974/05/11300/06230627.pdf

[211] Diário da Assembleia da República. I Série Nº 113. 15 de maio de 1974. Pag 626. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1974/05/11300/06230627.pdf

[212] Lei 8/74. https://www.arquivo.presidencia.pt/viewer?id=24313&FileID=112041&recordType=Description

[213] O Programa deste Governo Provisório foi promulgado como Programa do Movimento das Forças Armadas pela JSN em 15 de maio de 1974. Novo Governo Provisório (2º): Homens e Programas. Pag 27. https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464075/GP02.pdf

O programa em exame, ainda no espírito da descolonização, dava continuidade com o plasmado no Programa do Primeiro Governo Provisório.

Terceiro Governo Provisório

O III Governo Provisório tomou posse a 30 de setembro de 1974 e terminou o seu mandato a 26 de março de 1975. Durante a sua vigência, continuou sendo Mário Soares a responder pelo cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Jorge Campinos continuou sendo o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. E, no Alto-Comissariado, ocupou o posto de Adjunto do Alto-Comissário António Manuel de Mendonça Martins da Cruz entre 10 de março e 26 de junho de 1975.

As orientações de política externa como tal para as colónias encontram-se referenciadas de forma muito implícita. Na parte introdutória do plano, onde se abordam as consequências do processo de descolonização, explica-se que o término das lutas coloniais desencadearia uma série de ajustamentos económicos difíceis, o que, ao mesmo tempo, implicaria uma redução significativa nas despesas com a defesa. Também muitos problemas poderiam advir com o regresso a Portugal de funcionários públicos e de colonos brancos que optariam por abandonar os novos Estados.

Mesmo perante este cenário, Portugal compromete-se a continuar a fornecer ajuda financeira na medida do possível aos países recentemente formados e faz referência aos empréstimos concedidos a Moçambique no valor de mais de 2 milhões de contos. Por outras palavras,

> "Portugal não poderá rejeitar as suas responsabilidades históricas e morais para com os novos Estados em Formação, teremos de continuar a fornecer-lhes, sem paternalismos nem ambições neocolonialistas, a ajuda técnica, humana e financeira que estiver na medida das nossas possibilidades".[214]

No espírito de garantir a cooperação entendida como uma situação em que os Estados podem ter interesses comuns, cooperar tem um custo e pode ser difícil, mas o ganho pode ser muito maior. Em contrapartida, não cooperar reduz o custo, mas também reduz o ganho.[215]

Provavelmente foi nesta última linha de pensamento que registamos uma persistência na garantia de prestação de ajuda financeira por parte do Governo de Portugal

[214] Novo Governo Provisório (2º): Homens e Programas. Pag 30. https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464075/GP02.pdf

[215] (3º) Governo Provisório da República Portuguesa – Programa de Política Económica e Social. Pag 21. https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464078/GP03.pdf

do período em análise para com as suas ex-colónias.

Neste contexto, podemos também questionar sobre como seria se a opção tivesse sido a oposta. A este respeito, Nogueira e Messari (2005) esclarecem que tanto a cooperação

quanto a ação solitária são possíveis e refletem opções particulares, preferências dos atores, assim como as circunstâncias nas quais a escolha tem de ser feita.

Esta linha de pensamento faz-nos inferir que há um elemento de extrema relevância a se tomar em consideração na cooperação: a circunstância. Deste modo, é facto que a opção de continuidade na cooperação nos moldes desenhados veio a pesar não somente para o próprio financiador (Portugal), bem como para o "beneficiário" (Moçambique).

Todavia é também facto que a abertura que a República Portuguesa proporcionou a Moçambique era necessária, uma vez que atravessava o momento de ajuste financeiro pelas despesas da guerra colonial.

Quarto Governo Provisório

O IV Governo Provisório tomou posse a 26 de março de 1975 e terminou o seu mandato a 08 de agosto de 1975. Ernesto Melo Antunes foi quem ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e tinha no seu elenco Jorge Campinos como Secretário dos Negócios Estrangeiros e Jorge Sampaio como Secretário de Estado da Cooperação Externa. Como Adjunto Alto-Comissário da República Portuguesa em Moçambique esteve António Manuel de Mendonça Martins da Cruz, que desempenhou as suas funções entre 10 de março de 1975 e 26 de junho de 1975.

Na Embaixada de Lourenço Marques estava Luís Octávio Roma de Albuquerque como Encarregado de Negócios Interino desde 26 de junho de 1975, tendo apresentado as credenciais no dia 27 de junho de 1975 e o seu mandato terminou a 28 de junho do mesmo ano. No dia 28 de junho, apresentou as cartas credencias e tomou posse como Embaixador da República Portuguesa na República Popular de Moçambique Albertino Almeida. Este último exerceu funções de Embaixador até 10 de novembro de 1975.

Não foi possível aceder ao programa deste governo provisório. Contudo, pelo seu período de vigência, fica patente que se está perante o momento logo após a proclamação da independência de Moçambique e que coincide com o momento de reestruturação.

Quinto Governo Provisório

O V Governo Provisório teve o seu período de governação entre 08 de agosto e 19 de setembro de 1975. Para este Governo Provisório temos como Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Ruivo e como Secretário de Estado da Emigração Luís Mota. O cargo de Embaixador da República Portuguesa em Moçambique continuava sendo exercido por Albertino de Almeida.

No que respeita à descolonização, faz menção da necessidade de se dar maior atenção aos pedidos dos retornados portugueses. É neste âmbito que o Governo se propõe a prosseguir ativamente com as negociações a nível bilateral e internacional no sentido de disponibilizar-se o apoio necessário às operações de assistência a refugiados e populações deslocadas.[216]

Segundo MacQueen (2015), o movimento significativo dos «retornados» pós-imperiais, em que os colonos portugueses começaram a regressar a Portugal, tem a sua génese a partir do momento em que o general Costa Gomes decretou que as operações militares portuguesas estariam limitadas a autodefesa e à proteção de civis. Para o caso concreto de Moçambique existiu, depois da proclamação da independência, aquilo que ficou conhecido por ordem 24 20. Tratou-se de uma operação do governo de Moçambique que ordenava aos portugueses a abandonarem Moçambique em 24 horas e com direito a uma carga máxima de 20 quilos.

Sendo mais específicos, é mesmo a resolução dos problemas internos advindos do processo de descolonização, mais concretamente o grupo dos retornados que o quinto Governo Provisório tem como primazia.

Sexto Governo Provisório

A tomada de posse do VI Governo Provisório deu-se a 19 de setembro de 1975 e durou até 23 de julho de 1976. No VI Governo Provisório Ernesto Melo Antunes volta a ocupar o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e trabalha em colaboração com José Medeiros Ferreira, como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e José Sérvulo Correia, como Secretário de Estado da Emigração. Como Embaixador da República Portuguesa, Albertino Almeida termina o seu mandato aos 10 de novembro de 1975 e, imediatamente, assume posto como Encarregado de Negócios Interino Manuel Antunes Caldas Faria até 02 de maio de 1977.

O programa deste governo contempla nos seus princípios o "(…) prosseguimento

[216] Nogueira, João Pontes e Messari, Nizar (2005: 25)

consequente da descolonização". E mais adiante refere que "Cada um dos princípios atrás enunciados deve ser interpretado à luz dos documentos programáticos do M.F.A.: Programa, Plataforma de Acordo Constitucional e Plano de Acção Política."[217]

Primeiro Governo Constitucional (1976-1978)

O I Governo Constitucional tomou posse a 23 de julho de 1976 tem a sua duração até 23 de janeiro de 1978. Foram Ministros dos Negócios Estrangeiros José Medeiros Ferreira (até 11 de outubro de 1977) e Mário Soares (até janeiro de 1978), e Secretário de Estado da Emigração João Vieira de Lima. A Embaixada da República Portuguesa continuava tendo Manuel Antunes Caldas Faria (este iniciara as suas funções aos 10 de novembro de 1975) como Encarregado de Negócios Interino. Caldas Faria foi sucedido por António Raul Freitas Monteiro Portugal a 02 de maio de 1977, que veio a terminar o exercício das suas funções a 28 de junho de 1977. No mesmo dia 28 de junho de 1977, tomou posse como Embaixador da República Portuguesa na Embaixada de Maputo António Augusto Marques da Costa Vaz Pereira e apresentou as suas credenciais no dia 01 de julho de 1977. Vaz Pereira exerce função de Embaixador em Maputo até 25 de julho de 1979.

Pelo contexto em que o país estava imerso, segundo Abreu e Galaz (2002: 29), era legítimo que o Governo exigisse da diplomacia portuguesa e mantivesse sempre expressa a dignidade nacional, bem como a recusa de qualquer compromisso menos harmónico com a soberania portuguesa. O "novo" Portugal era favorecido pela descolonização e democratização e, neste cenário, reatou relações cortadas, abriu novas missões diplomáticas e fortaleceu os laços com os seus amigos. No quadrante da política externa portuguesa acentuou-se a componente europeia.[218]

No quadro das relações multilaterais, o primeiro governo propunha-se a, dentro das relações com o terceiro mundo, "acompanhar com simpatia a evolução da política dos países não alinhados".[219] O governo reconhecia o momento que as relações com Angola e Moçambique atravessavam:

> "(…) Há um contencioso complexo que importa resolver a curto prazo, no interesse das duas partes. O governo pretende normalizar os contactos entre Portugal, Angola e Moçambique,
>
> procurando desdramatizar os problemas existentes e tratá-los de forma não ideológica, no respeito

[217] Cf. Programa do V Governo Provisório. https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp05/programa-do-governo/programa-do-v-governo-provisorio.aspx

[218] VI Governo Provisório. (1975). Ministério da Comunicação Social. Pag 5. https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464084/GP06.pdf

[219] Abreu, António Maló de e Galaz, José António (2002). Os Negócios Estrangeiros nos programas dos Governos Constitucionais, 1976-2021. 1ª ed. Lisboa: Âncora. pag 29.

mais escrupuloso pelas soberanias e pelos interesses respectivos em termos de igualdade".[220]

Segundo Governo Constitucional (1978)

O II Governo Constitucional tomou posse a 23 de janeiro de 1978 e terminou a 29 de agosto de 1978. Neste Governo Constitucional a pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros coube a Victor de Sá Machado e a de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração a João Vieira de Lima. Na República Popular de Moçambique, Portugal fazia-se representar pelo Embaixador Vaz Pereira.

O relacionamento e cooperação com os novos países africanos de expressão portuguesa mereceram destaque neste programa governamental. Assim, em consonância com este objetivo, anunciou-se a criação de uma direção-geral vocacionada para a cooperação com os Estados visados, mais especificamente, nos sectores da tecnologia, educação, medicina, desenvolvimento agrário, etc. Além disso, "no seguimento dos esforços desenvolvidos pelo Governo anterior, continuariam a ser dados passos significativos no sentido da aproximação com Angola e Moçambique"[221].

Mais especificamente

> "O II Governo Constitucional vai continuar a seguir activamente essa política, tendo em conta a necessidade de a fundamentar numa nova filosofia de cooperação que respeite escrupulosamente as soberanias nacionais e seja reciprocamente enriquecedora".[222]

Terceiro Governo Constitucional (1978)

O III Governo Constitucional teve a duração de 86 dias, tendo iniciado a 29 de agosto de 1978 e terminado a 22 de novembro do mesmo ano. Na liderança do Ministério dos Negócios Estrangeiros esteve Carlos Corrêa Gago e a pasta de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração coube a Paulo Ennes. O cargo de Embaixador da República Portuguesa em Moçambique continuava sendo exercido pelo Embaixador Vaz Pereira.

No que respeita às relações com os novos países africanos de expressão portuguesa, o III Governo Constitucional iniciou o seu mandato com a missão de continuidade na "(…) reaproximação conducente a uma abertura mais confiante".[223] Ou

[220] Abreu e Galaz (2002: 35).
[221] Diário da Assembleia da República Nº 17. 03 de agosto de 1976. Pag 438-(67). https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/01/01/017S1/1976-08-03/67
[222] Abreu e Galaz (2002: 40).
[223] Diário da Assembleia da República. II Série Nº 34. 03 de fevereiro de 1978. Pag 330-(83). https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/02/034S1/1978-02-03/82

seja, "Estão, nomeadamente, normalizadas as relações diplomáticas com as relações diplomáticas com Angola e Moçambique, solidificando o bom entendimento, a vários níveis, com a Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe".[224]

De certo modo, assumimos como uma evidência dos esforços empreendidos no sentido de tornar real esta reaproximação o facto de no ponto "ações prioritárias" ter se feito constar: "(…) Implementação dos Acordos de cooperação com Angola, com Moçambique (…). Moçambique – Acordos Bancário, de Transportes Marítimos, para o sector dos Seguros e Resseguros, Comercial e de Pescas".[225]

Todavia, a normalização das relações às quais fazemos referência nos parágrafos anteriores, até certo modo, vem a ser contradita pelo mesmo Diário da Assembleia onde se refere o seguinte:

> "Na difícil, mas entusiasmante, fase das relações bilaterais entre países de independência recente e antiga nação colonizadora, ficou Portugal devendo ao alto espírito de serviço e à diligência dos seus diplomatas relativismo contributo para que, em prazo afinal curto, se possa ter nas nossas mãos, ganho, o mais importante desafio que hoje se põe à nossa capacidade de relacionamento e de projecção externa"[226] .

Quarto Governo Constitucional (1978-1979)

O IV Governo Constitucional tomou posse a 22 de novembro de 1978 e durou até 07 de julho de 1979. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros deste governo João de Freitas Cruz e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração Paulo Ennes. O Embaixador Vaz Pereira continuava a ocupar o cargo máximo da Embaixada da República Portuguesa em Moçambique.

De acordo com o programa do IV Governo Constitucional, de forma genérica, a opção europeia e a adesão às Comunidades Europeias são assumidas como determinante primordial da política externa de Portugal e fator decisivo, pluridimensional e irreversível (…)". De modo particular, com os países africanos de expressão portuguesa, este governo assumiu o compromisso de "incrementar, alargar e solidificar uma política de cooperação global" baseada no "interesse mútuo e do estrito respeito pelas soberanias nacionais".[227]

[224] Abreu e Galaz (2002: 67).
[225] Diário da Assembleia da República. II Série Nº 105. 08 de fevereiro de 1978. Pag 1266. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/02/105/1978-09-08/1266
[226] Abreu e Galaz (2002: 72).
[227] Diário da Assembleia da República. II Série Nº 105. 08 de setembro de 1978. Pag 1266. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/02/105/1978-09-08/1266

Quinto Governo Constitucional (1979-1980)

O V Governo Constitucional iniciou a 01 de agosto de 1979 e terminou a 03 de janeiro de 1980. O Ministro dos Negócios Estrangeiros foi João de Freitas Cruz, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros foi Mário Neves e o Secretário de Estado da Emigração Paulo Ennes. Este governo inicia com Vaz Pereira como Embaixador, mas ele pára de exercer esta função a 25 de julho de 1979. A sucedê-lo, designou-se o Encarregado de Negócios Interino Eduardo Fernando Street Manoel Nunes de Carvalho que ocupou o posto até 09 de setembro de 1980.

Para este Governo Constitucional, um dos objetivos fundamentais daquela época era a revitalização das relações com os países africanos, particularmente, privilegiando as ex-colónias portuguesas.[228]

Sexto Governo Constitucional (1980-1981)

O VI Governo Constitucional vigorou entre 03 de janeiro de 1980 e 09 de janeiro de 1981. Freitas Amaral desempenhou neste governo o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís de Azevedo Coutinho exerceu o de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Manuela Aguiar foi Secretária de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas. Quando o VI Governo Constitucional toma posse, Nunes de Carvalho estava ainda em exercício como Encarregado de Negócios Interino, tendo terminado as suas funções aos 09 de setembro de 1980 quando José Pires Cutileiro é nomeado Embaixador, apresentando as suas credenciais a 03 de outubro de 1980.

De um modo geral, o VI Governo Constitucional tem como opções fundamentais do Governo: a plena integração de Portugal na Comunidade Europeia; a fidelidade à Aliança Atlântica; a garantia das relações especiais com os países de expressão portuguesa; e o empenho na prossecução de uma política externa aberta e universal, no desenvolvimento das suas relações bilaterais.[229]

O facto de se tomar o reforço dos mecanismos de defesa e promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro como uma das opções fundamentais do Governo, "fará com que se dê particular atenção às relações com os países de expressão portuguesa".[230]

---

[228] Abreu e Galaz (2002: 75 e 80).

[229] Diário da Assembleia da República. II Série Nº 96. 14 de agosto de 1979. Pag 2190. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/03/096/1979-08-14/2190

[230] Diário da Assembleia da República. II Série Nº 11. 12 de janeiro de 1980. Pag 122. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/04/011/1980-01-12/122

Sétimo Governo Constitucional (1981)

O VII Governo Constitucional iniciou aos 09 de janeiro de 1981 e terminou a 04 de setembro de 1981. O Ministro dos Negócios Estrangeiros foi André Gonçalves Pereira, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros foi Leonardo Matias e a Secretária de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas foi Manuela Aguiar. Na vigência do VII Governo Constitucional continuou exercendo o cargo de Embaixador da República Portuguesa José Pires Cutileiro.

Na orgânica deste Governo, pela primeira vez, surgia o cargo de Ministro da Integração Europeia. Deste modo, o programa no capítulo 1, dedicado às grandes opções, tinha reservado um apartado autónomo direcionado à integração europeia.[231]

Na base de uma relação Estado a Estado, "(…) sem ingerências nos assuntos internos de qualquer das partes, Portugal tem todo o interesse em manter e aprofundar essas ligações". Ademais, o Governo comprometia-se a ser pragmático, deste modo, ao mesmo tempo em que apoiaria "a expansão das relações comerciais de cooperação técnica e científica (…) não subestimará a importância que reveste o contencioso económico-financeiro que ainda subsiste".[232]

Assim, preconizava a defesa e promoção da língua e cultura portuguesas, bem como o apoio na expansão das relações comerciais e de cooperação técnica e científica com os países de expressão portuguesa.[233]

Oitavo Governo Constitucional (1981-1983)

O VIII Governo Constitucional teve início no dia 04 de setembro de 1981 e terminou o seu mandato no dia 09 de junho de 1983. Foram Ministros dos Negócios Estrangeiros André Gonçalves Pereira (entre 04 de setembro de 1981 e 09 de junho de 1982) e o Embaixador Vasco Futcher Pereira (entre 09 de junho de 1982 e 09 de junho de 1983), Secretário de Estado da Cooperação e Desenvolvimento foi Luís Fontoura, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros foi Paulo Lowndes e Secretário de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas foi José Vitorino. Até ao dia 03 de maio de 1983 na Embaixada da República Portuguesa em Maputo era José Pires Cutileiro a responder pelo cargo de Embaixador. Posteriormente, entre 03 de maio e 12 de julho de 1983, veio a exercer o cargo de Encarregado de Negócios Interino João Diogo Correia Saraiva Nunes

[231] Abreu e Galaz (2002: 98).
[232] Abreu e Galaz (2002: 101).
[233] Diário da Assembleia da República. II Série Nº 20. 17 de janeiro de 1981. Pag 350. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/02/01/020/1981-01-17/350

Barata.

O programa governamental em alusão, no que tange às relações com os países africanos de expressão portuguesa, reitera a proposta de aprofundamento das mesmas.[234] Em forma de retrato diz que as relações com aqueles países africanos "atravessam um ponto alto de compreensão, relacionamento mútuo e (…) de desenvolvimento de acções comuns que o governo se propõe manter e ainda, sempre que possível, melhorar".[235]

Embora tivesse referenciado apenas duas opções fundamentais, nomeadamente, a plena integração de Portugal nas Comunidades Europeias e a fidelidade à Aliança Atlântica[238], este Governo Constitucional compromete-se a apoiar "a expansão das relações comerciais e de cooperação técnica e científica com estes Estados, será intensificada a cooperação nos campos cultural e educacional".[236]

Nono Governo Constitucional (1983-1985)

O IX Governo Constitucional da República Portuguesa tomou posse a 09 de junho de 1983 e teve fim a 06 de novembro de 1985. Neste Governo Constitucional o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros coube a Jaime Gama, o de Secretário de Estado da Cooperação coube a Luís Gaspar Silva (18 de junho de 1983 a 25 de fevereiro de 1985) e Eduardo Âmbar (26 de fevereiro de 1985 a 06 de novembro de 1985) e, por fim, o cargo de Secretário de Estado da Emigração coube a Manuela Aguiar. O IX Governo Constitucional iniciou com João Diogo Correia Saraiva Nunes Barata como Encarregado de Negócios Interino, que cessou funções a 12 de julho de 1983. Este último foi sucedido por João de Deus Pereira Bramão Ramos, que veio a cessar funções de Encarregado de Negócios Interino a 12 de setembro de 1983. Assim, José César Paulouro das Neves assumiu o posto de Embaixador, tendo apresentado as cartas redenciais no dia 5 de setembro de 1983.

Entre as "principais orientações" em política externa fazia-se constar, como máxima prioridade, a aceleração da fase final do processo de negociação para a entrada nas Comunidades Europeias. Paralelamente, exortava-se o incremento das relações com os PALOPS (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). É neste âmbito que, no seu percurso, o IX Governo Constitucional atribuiu uma importância determinante nas relações com África, em especial com Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique

[234] Abreu e Galaz (2002: 111).
[235] Abreu e Galaz (2002: 116).
[236] Abreu e Galaz (2002: 122).

e São Tomé e Príncipe,

> "(…) preconizando, na área da cooperação, o recurso a terceiros parceiros em projectos de grande envergadura que requeressem a mobilização de grandes meios financeiros ou a utilização de tecnologias de ponta para os quais Portugal não se sentisse suficientemente apetrechado (cooperação tripartida)".[237]

De forma explícita, neste Governo Constitucional os países africanos de expressão oficial portuguesa assumem lugar de destaque naquilo que são as prioridades de política externa portuguesa, passando a ocupar o segundo lugar nos seus pontos de agenda, a ser antecedida pela finalização do processo de integração europeia.[238]

2.3.2.Política externa moçambicana

A inserção e aceitação de Moçambique como estado independente teve lugar logo após o acto solene da proclamação da independência. A iniciar no dia 25 de junho de 1975, Portugal estabeleceu e reconheceu o novo Estado. Sucessivamente, foi notícia de capa do Jornal Notícias no dia 28 de junho de 1975 que no dia 25 de junho de 1975 a União Soviética estabeleceu relações diplomáticas com Moçambique. Naquele dia, o periódico atrás mencionado noticiou ainda que "a Hungria, a Indochina, Senegal e a Grã-Bretanha anunciaram o reconhecimento de Moçambique e que os presidentes Suharto e Léopold Sédar Senghor tinham enviado mensagens de felicitações ao Presidente da República Popular de Moçambique".[239]

Iniciava assim o processo de apresentação de cartas credenciais[240] ao Presidente da República Popular de Moçambique. No dia 27 de junho já tinham apresentado credenciais Tanzânia e Zâmbia e, posteriormente, no dia 28 de junho, dois grupos deram seguimento ao mesmo ato: 1º grupo: Egipto, Nigéria, Somália, Guiné, RDA, Congo, Zaire, China, Camboja, Coreia do Norte e 2º grupo: Portugal, Suécia, Dinamarca, Noruega, União Indiana.[241]

Ainda no processo de afirmação de Moçambique independente, o Presidente da FRELIMO e do Governo da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel,

---

[237] Note-se que estas opções fundamentais estão a ser reiteradas uma vez que já vinham sendo levadas a cabo desde o VI Governo Constitucional. Diário da Assembleia da República. II Série Nº 101. 15 de setembro de 1981. Pag 3275. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/02/01/101/1981-09-15/3275

[238] Diário da Assembleia da República. II Série Nº 101. 15 de setembro de 1981. Pag 3276. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/02/01/101/1981-09-15/3276

[239] Abreu e Galaz (2002: 126).

[240] Diário da Assembleia da República. II Série Nº 06. 21 de junho de 1983. Pag 196-(9) https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/03/01/006S1/1983-06-21/8

[241] Jornal Notícias. 28 de junho de 1975. Países estabelecem relações diplomáticas com Moçambique, pag 1 e 3.

depois de lhe terem sido apresentado cartas credencias no dia 28 de novembro do Embaixador da Itália e do Alto-Comissário da Grã-Bretanha, no dia seguinte recebeu cartas credenciais dos primeiros embaixadores da República Democrática da Somália, dos Reinos da Suazilândia e dos Países Baixos.[242]

Nessa ocasião, Samora Machel reiterou o princípio de solidariedade militante que guiava a República Popular de Moçambique para com os países devotados à causa da libertação dos seus povos e do progresso da humanidade. Aproveitou a ocasião ainda para exortar os embaixadores acreditados a empenharem-se no reforço das relações de amizade e cooperação, com base no respeito mútuo e a não-ingerência nos assuntos internos.

A cerimónia contou com a presença de Joaquim Chissano, membro dos Comités Central e Executivo da FRELIMO e Ministro dos Negócios Estrangeiros, de Luís Bernardo Honwana, Vice-diretor do Gabinete da Presidência e Lopes Tembe, Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.[243]

Desde o início, a política externa moçambicana definira a manutenção de relações privilegiadas com Portugal. Esta linha de orientação tinha as suas razões fundamentadas especificamente na:

> "existência de uma história comum; posse da língua portuguesa como língua oficial e elemento parcelar de união entre os povos de raças deferentes de Moçambique; esses materiais portugueses, do Estado e dos particulares, que convém defender; a permanência do elemento populacional português; o papel reservado a Portugal como futuro intermediário entre Moçambique e uma vasta zona do mundo."[244]

Indo ao ponto mais importante nesta fase do nosso trabalho, de acordo com o Jornal Notícias, a República Popular de Moçambique sempre optou por uma política externa de fortalecimento das relações de amizade com outros povos. As linhas de orientação da política externa da FRELIMO encontram suporte no Programa do partido aprovado no II Congresso de 1968.[245]

Todavia, de forma mais específica, os princípios e linhas de orientação da política

---

[242] São documentos com os quais um Estado acredita um agente diplomático junto de outro Estado. Este documento é subscrito pelo Chefe de Estado acreditante e nele se comunica a nomeação do agente diplomático, indicando-se o objeto da sua missão e especificando-se as funções que lhes são confiadas, solicitando-se ao Chefe de Estado junto do qual se procede ao acreditamento que dê fé e crédito às comunicações oficiais, feitas pelo agente acreditado. É um documento redigido em forma solene, no estilo de um diploma, devidamente selado e autenticado. (Manual de Procedimentos Sobre a Aplicação das Normas do Protocolo do Estado, 2007: 33)

[243] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 8. Apresentação de cartas credenciais ao Presidente da República Popular de Moçambique. 28 de junho de 1975.

[244] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 331. Apresentação de cartas credenciais ao Presidente da República Popular de Moçambique. 29 de novembro de 1975.

[245] Jornal Notícias. 30 de novembro de 1975. Entrega de credenciais ao Presidente da República. pág 1.

externa de Moçambique definem-se, pela primeira vez, em fevereiro de 1977, durante o III Congresso da FRELIMO, dando prioridade ao estabelecimento de relações diplomáticas com os países amigos e aliados, estabelecendo relações diplomáticas com países africanos socialistas, asiáticos e europeus que os apoiaram.[246]

Após aquele Congresso, a política externa de Moçambique passou a enfatizar o não alinhamento, com uma nítida inclinação para o anti-imperialismo e para a necessidade da redução da dependência em relação à África do Sul.[247]

Abrahamsson e Nilsson (1994: 101) explicam que foram determinantes na formulação da política externa e de segurança da Frelimo dois opositores principais à sua luta pelo desenvolvimento económico e independência política. Assim, na altura da independência, a posição política externa do país foi formulada como anti-imperialista e anti-racista – era necessário combater tanto o capitalismo como o racismo da região.

Eis que, por conta da crise económica vivenciada no início da década de 1980, Moçambique tentou aderir ao Council For Mutual Economic Assistance (COMECON), organização de ajuda mútua entre países socialistas. Porém, devido à política de não alinhamento, a sua adesão ao Bloco foi vetada pelos soviéticos. Com o veto na COMECON observou-se uma reorientação da política externa moçambicana, com o objetivo de "fazer mais amigos e menos inimigos". Moçambique desenvolveu esforços para melhorar as relações diplomáticas com os países ocidentais que tinham interesses económicos na África do Sul.

Abrahamsson e Nilsson (1994: 104) reiteram ainda que, em consequência dos efeitos económicos da desestabilização sul-africana e da seca que assolou toda a região da África Austral no início da década de 80, de forma considerável, a necessidade de Moçambique de ajuda internacional aumentou, particularmente em forma de ajuda alimentar. Pelo facto de a União Soviética ter recusado o apoio apresentado em 1982, a RPM viu-se sujeita a procurar outras alianças políticas. Foi neste âmbito que, numa reunião do Comité Central da Frelimo realizada em agosto de 1982, se tomou a decisão de fazer uma transformação na política externa do país. Sob responsabilidade maior do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, a nova política externa pode ser resumida nos seguintes moldes: "era altura de arranjar mais amigos e menos inimigos". Os alvos principais desta ofensiva diplomática eram os EUA e o antigo poder

[246] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 32.
[247] Jornal Notícias. 06 de junho de 1976. Política geral externa: uma política de paz e amizade com todos os povos. pag 93 e 94.

colonial, Portugal. Os países da CEE eram também alvos importantes".

Foi em troca da ajuda alimentar americana e da entrada para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e para o Banco Mundial que Moçambique caminhou rumo aos EUA e aceitou de forma preliminar os princípios básicos do acordo de não-agressão[248] com a África do Sul.[249]

Portanto, em 1983 o Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel faz uma visita oficial aos países mais importantes da CEE, incluindo Portugal.[250] E assim Moçambique se abre para o mundo.

2.4. Nota conclusiva do capítulo

Segundo Manuel Antunes Caldas Faria, na altura Conselheiro da Embaixada de Portugal em Moçambique, o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países não foi precedido nem sequer seguido de qualquer declaração expressa de política de relação por parte de Portugal. Isto deveu-se, por um lado, ao fato de que o Governo português naquele momento se encontrava desprovido de uma política externa definida; por outro lado, a delicadeza e complexidade dos problemas entre a antiga metrópole e a sua ex-colónia que aconselhavam a não avançar demasiado num terreno onde se previam grandes dificuldades para a vida em comum.

E esse era o significado das instruções e conselhos recebidos pelos diplomatas portugueses que serviriam na Embaixada e nos consulados em Moçambique. Em outras palavras, a estes era indicado como melhor atitude a discrição e a paciência nos eventuais embates com a administração moçambicana.

Durante o segundo semestre de 1975, foi possível compreender melhor a extensão e o alcance dos conselhos recebidos em Lisboa. Senão vejamos, os ataques à colonização portuguesa foram constantes; as perseguições aos cidadãos portugueses e aos seus bens continuaram a se registar.[251]

---

[248] Ao longo dos tempos foram sendo reportados vários casos que se pudessem relacionar com a agressão sul-africana à soberania do Estado moçambicano e este último, mesmo perante as suas limitações, procurou combater estes males. A título de exemplo, temos o caso da aeronave sul-africana telecomandada que cumpria uma missão de espionagem militar e que foi abatida pelas baterias de defesa antiaérea da capital do país, na sequência da violação do espaço aéreo moçambicano. O meio aéreo em questão estava preparado para realizar missões de reconhecimento e registos de filmagem. Os destroços do meio foram recolhidos em frente à praia Costa do Sol. Revista Tempo. 05 de junho de 1983. Pag 5.

[249] Abrahamsson e Nilsson (1994: 104).

[250] Langa, Ercílio Neves Brandão. (2021, janeiro/junho). Diplomacia e política externa em Moçambique: O Primeiro governo Pós-Independência – Samora Machel (1975-1986). Revista Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre, v. 6, n. 11, pag 26.

[251] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de

"Em primeiro lugar a Europa, em segundo, o reforço das relações entre Portugal e os novos países de expressão portuguesa.", referia Sá Machado quando convidado a pronunciar-se sobre as linhas mestras da política externa portuguesa.

Contudo, numa outra ocasião, Sá Machado teria pronunciado-se de forma diferente

> "a política externa portuguesa, assim como as relações com Angola, são baseadas numa política autónoma, definida em função de interesses muito concretos do nosso país. Todavia, a política externa e solidária com os países em que o espaço político de Portugal se perfila. Portugal é um país membro fundador da NATO. Portugal é um país europeu."[252]

Trouxemos as várias linhas que determinaram a orientação da política externa de ambos Estados e pudemos ver que, mesmo não existindo uma política externa explicitamente direcionada entre Estados, a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique sempre cooperaram. Nos momentos em que não puderam cooperar de fato, ambos os Estados procuraram garantir uma gestão das suas tensões sem que se chegasse à rutura de relações.

Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 1-2.

[252] Diário de Notícias. 01 de julho de 1978. Sá Machado em Londres: Relações Portugal-África reconhecidas na Europa, pag 3.

CAPÍTULO III – PORTUGAL E MOÇAMBIQUE: ENTRE TENSÕES E COOPERAÇÃO

3.1.Nota introdutória

Com recurso à exposição e problematização de alguns episódios que mereceram a atenção da imprensa e do correio diplomático, na primeira parte deste capítulo trazemos à discussão alguns episódios que comprometeram a cooperação entre Portugal e Moçambique. Na segunda parte do capítulo apresentamos episódios que contribuíram para o alívio de tensões e maior cooperação entre os dois Estados.

3.2.Episódios que comprometeram a cooperação entre Portugal e Moçambique

Em Relações Internacionais, o termo "crise" faz referência a uma circunstância específica, a um momento de transição num contexto relacional determinado, com a particularidade de a alteração da atitude e do comportamento dos atores decorrerem de um fator de surpresa, pressupondo a perceção dos acontecimentos, a avaliação da situação e, acima de tudo, a tomada de decisão e a previsão das suas consequências. Deve sublinhar-se que todo este cenário descrito "se verifica na ausência de informações credíveis, ou a partir de informações de fiabilidade variável, incompletas ou falsas, num período de tempo muito limitado e sob condições de tensão muito elevada".[253]

Segundo Santos (2009: 155), as definições de "crise" são numerosas, porém todas elas se referem, geralmente, a um certo conjunto de elementos comuns que caracterizam um estado de "deterioração brusca dos fatores de equilíbrio", exigindo uma tomada de decisão e ação por parte dos autores envolvidos. Além disso, as crises podem ser classificadas quanto à temporalidade (súbitas, inesperadas ou progressivas) e quanto à intenção (fortuitas ou acidentais e deliberadas ou intencionais).

Nos seus estudos, Santos (2009: 161 - 165) procurou entender a origem bem como as fases da crise. Quanto à sua génese, o autor referiu que as crises podem ter origem em situações muito diversificadas: num contexto de relações normalizadas, perante um fato inesperado; num contexto conflitual em que certo nível de tensão mútua se agrava subitamente; pode ser aproveitada por outros atores para levarem a cabo interesses próprios, bem como arrastar ou atingir atores que inicialmente não estavam envolvidos. Assim, uma crise pode desenvolver-se em fases, passando pela pré-crise (deterioração

[253] Santos, Victor Marques dos (2009: 153).

gradual dos canais de comunicação associada a uma redução progressiva das áreas de consenso,

contato e entendimento), passando pela fase de escalada (radicalização progressiva das atitudes, comportamentos e posicionamento político estratégico – iniciando-se por um incidente catalisador ou uma série de incidentes cuja articulação desencadeia a crise); e, por último, a crise tem a fase de resolução, caraterizada por desenvolvimentos diferenciados, tais como guerra, capitulação de uma das partes, cedência unilateral e/ou desanuviamento pelo compromisso.

Para o estudo em causa, de forma geral, houve situações que até certo ponto perturbaram a tranquilidade desejada nas relações entre o Estado recém-criado e a República Portuguesa. Nestas circunstâncias, nos finais de 1976, registou-se um verdadeiro êxodo e, na opinião pública portuguesa, era dominante a ideia que tivesse sido propositado pelas autoridades moçambicanas. Algumas medidas faziam mesmo crer que se pretendesse passar uma mensagem de indesejabilidade da presença portuguesa em terras moçambicanas, a título de exemplo: "sucessivas prisões e prolongadas detenções; a arbitrariedade das detenções e a forma espetacular como se verificam; a nacionalização dos prédios urbanos que retira a última esperança duma compreensão recíproca e de uma coexistência de pessoas com conceções diametralmente opostas."[254]

De acordo com Manuel Antunes Caldas Faria, no entendimento dos responsáveis moçambicanos, o maior obstáculo que assombrou as relações entre Portugal e Moçambique foi "uma tentativa portuguesa de interferência nos assuntos moçambicanos". Segundo as autoridades moçambicanas, a imprensa portuguesa sistematicamente atacava o governo moçambicano com o intuito de agravar as tensões nas relações entre os dois países.[255]

3.2.1.Detenção de cidadãos portugueses em Moçambique

Na sessão de 7 de janeiro de 1976 da Assembleia Constituinte, o deputado socialista Jaime Gama requereu que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação prestasse esclarecimento sobre o número e motivos da detenção de cidadãos portugueses em Moçambique, as medidas tomadas pelo Governo português, bem como as razões do atraso

[254] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 3-4.
[255] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 7.

na nomeação do novo embaixador português para Moçambique.[256]

Os episódios de detenções registaram-se tanto na República Popular de Moçambique para com cidadãos portugueses, assim como no lado da República Portuguesa para com cidadãos de nacionalidade moçambicana. De referir que, neste ponto, tanto um assim como outro Estado agiam em violação do artigo 4 do Acordo Geral de Cooperação à luz do qual "Os nacionais de cada uma das Partes Contratantes terão no território da outra tratamento idêntico ao dos restantes não nacionais".[257]

3.2.2.Nacionalização de prédios

Ao falar-se de nacionalizações para o contexto moçambicano, no período que estamos a estudar, entende-se fazer menção a um processo decretado no dia 24 de julho de 1975, imposto "à Frelimo pela necessidade de agir com urgência no sentido de evitar o colapso e que não deveria ser considerada como um indicador de um plano predeterminado para sociabilizar a economia".[258]

Langa (2021) esclarece ainda que "as nacionalizações eram um pacote de medidas de estatização rumo à organização socialista e uma resposta aos anseios populares, constituindo as medidas mais aclamadas aos olhos do povo". O processo iniciado a 24 de julho de 1975, abarcando o sector da educação, saúde, terra, empresas funerárias e serviços de advocacia, proibindo qualquer tipo de atividade privada nessas áreas, completou o seu ciclo a 03 de fevereiro de 1976 com a nacionalização dos prédios de rendimento. Naquela data proibiu-se o arrendamento privado da habitação, nacionalizaram-se grandes empresas do sector de transporte aéreo, terrestre e ferroviário, setor bancário e de seguros, setor industrial e fábricas.[259]

Na ótica do Governo moçambicano as nacionalizações visavam garantir dignidade à saúde, ensino e aos esforços desencadeados pelo Povo para a consolidação da independência nacional.

Foi neste contexto que, ao notar que a maior parte do imobiliário estava hipotecado repetidas vezes e os proprietários residiam no estrangeiro (ou em Portugal ou na África do Sul), o que implicava a transferência das rendas, se decretou a nacionalização

[256] Diário de Notícias. 08 de janeiro de 1976. Requerimentos dos deputados: portugueses detidos em Moçambique – Para quando nomeação de novo embaixador? pag 1.
[257] Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Moçambique https://files.diariodarepublica.pt/1s/1975/12/28600/19992002.pdf
[258] Newitt, Malyn (1997). *História de Moçambique.* S.L. Publicações Europa América. p. 474
[259] Langa, 2021: 18-19.

das casas arrendadas.

Na sequência deste acontecimento, o Diário de Notícias noticiou que um comunicado emitido pelo Presidente da República Popular de Moçambique enunciou as regras de nacionalização e requisição dos prédios urbanos e residências privadas em Moçambique.

Por sua vez, o Governo português manifestou, através do Ministério da Cooperação, a sua apreensão por considerar a medida um desrespeito às regras de convivência acordadas e que deviam regular as relações de fraternidade entre os dois povos. Em outras palavras, segundo o Governo português estava-se perante uma decisão unilateral do Governo da República Popular de Moçambique.[260]

A questão das nacionalizações foi um dos pontos que mais justificou o contencioso entre estes dois Estados no período após a proclamação da independência. O caso que mais se tem estudado é a questão da nacionalização da banca, mas nós trouxemos aqui este ponto do imobiliário a título apenas demostrativo. Senão vejamos: a revista "Tempo", na sua edição de 25 de julho de 1982, publicou uma reportagem fotográfica sob o título "Aquele comício", no contexto das comemorações do dia das nacionalizações; numa das páginas com uma compilação de várias imagens com aglomerado populacional (supostamente no comício), escreve:

> "Foram mais de cem mil. Ouviram com os ouvidos em nervos. Ouviram com a memória de séculos. Ouviram com os ouvidos de todo o Povo.
>
> Hospital para todos. Escola para todos. Terra para todos. Dignidade na morte para todos. Depois veio a habitação depois foi a reestruturação da banca que produziu o metical".[261]

Contudo, estas medidas todas não garantiram a eliminação dos problemas dos imóveis, pois com a nacionalização advêm outros problemas. A título de exemplo, um trabalho de inspeção dava a conhecer que, somente na cidade de Maputo, em 1982, num total de 34963 imóveis tinham sido detetados 743 casos de ocupação ilegal. A este respeito o "Tempo" detalha ainda que

> "Milhares de inquilinos vivem sem pagar as rendas de casa, devido à ineficácia dos serviços de fiscalização da APIE, bem como a morosidade com que os tribunais competentes tratam dos casos já detectados. Por outro lado, continua a haver ocupantes ilegais de imoveis, o que só é possível com a conivência de funcionários daquela estrutura…"[262].

[260] Diário de Notícias. 05 de fevereiro de 1976. Nacionalizações de prédios: Decisões de Moçambique preocupam o Governo. pag 2.
[261] Revista Tempo. 24 de julho de 1982. Aquele comício. pag 28.
[262] Revista Tempo. 22 de maio de 1983. APIE: Limpar a própria casa. pag 19.

3.2.3.Suspensão de voos diretos entre Portugal e Moçambique (janeiro de 1976)

Tudo teve início com o envio de uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros assinada pelo Ministro Chissano para a Embaixada portuguesa em Maputo, na qual, acerca das ligações aéreas entre os dois países, denuncia o protocolo de junho de 1975 e propõe a utilização do aeroporto de Lourenço Marques até 14 de janeiro, data até a qual os dois governos realizariam negociações para acordo próprio.

A manifesta dificuldade por parte da TAP e DGAC em se desvincular de uma posição discriminatória e privilegiada, típica de uma relação colonial da qual ambos os povos e governos estavam empenhados em superar, obrigou a retoma, com urgência, das negociações com vista à celebração do acordo bilateral de transporte aéreo e consequente normalização das relações entre as transportadoras nacionais e autoridades aeronáuticas. Assim, e de acordo com o estipulado na sua cláusula número 4, "o governo da RPM, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pela constituição, põem termo ao protocolo de serviços entre Moçambique e Portugal." Ademais, "embora seja contrário ao espírito dos acordos, o Governo da RPM autoriza a transportadora nacional portuguesa além do aeroporto da Beira a escalar o aeroporto de Lourenço Marques pelo tempo que considerar necessário com data-limite em 14 de janeiro de 1976."[263]

Durante este período, os dois governos empenharam-se em discutir o acordo bilateral de transportes aéreos, a fim de manter a normalidade do tráfego. Foi neste contexto que teve lugar o impasse supramencionado, ou seja, depois de, entre os dias 07 e 13 de janeiro de 1976, uma delegação do Ministério dos Transportes e Comunicações ter viajado para Lisboa com o intuito de discutir problemas relacionados com a normalização dos acordos aéreos entre Moçambique e Portugal,[264] e uma vez aceites por ambas partes os textos e considerados prontos para a assinatura do primeiro Acordo bilateral de Transporte Aéreo, à delegação moçambicana foi apresentada, pela delegação portuguesa, um projeto de protocolo de entendimento que a delegação moçambicana teria que aceitar como condição para a assinatura do Acordo em alusão.

Sem sucesso, a parte moçambicana tentou superar o impasse, oferecendo todos os meios suscetíveis de garantir a continuidade das carreiras aéreas entre os dois países. Da sua parte, a Delegação portuguesa decidiu que a TAP não mais voaria para Moçambique,

[263] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 360, 361, 363 – 370. Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique – Ligações aéreas entre os dois países. 11 de dezembro de 1975.
[264] Jornal Notícias. 08 de janeiro de 1976. Acordos Aéreos com Portugal: Delegação moçambicana desloca-se a Lisboa. pag 1.

e consequentemente, a DETA (Departamento de Administração dos Serviços dos Portos, Caminhos-de-Ferro e Transportes)[265] faria o mesmo para Portugal.[266]

Este incidente foi responsável por um contencioso entre os dois Estados. Mesmo após este episódio, o Governo da República Popular de Moçambique procurou utilizar todos os mecanismos por forma a permitir o escoamento normal do tráfego para um ponto em que os passageiros de nacionalidade portuguesa pudessem chegar a Portugal.

Em forma de comunicado, o Ministério dos Transportes e Comunicação difundiu esta decisão pelo Ministério da Informação, que veio a ser publicada no Jornal Notícias de 15 de janeiro de 1976.

3.2.4.Incidentes diplomáticos com personalidades moçambicanas

Caso Sérgio Castelo Branco da Silva Vieira

Caldas Faria deu a conhecer ao MNE o conteúdo de uma nota verbal emitida pelo MNE local para a Embaixada de Portugal em Maputo em que se relata que o Diretor do Gabinete da Presidência da República moçambicana[267] teria sido interpelado pelas autoridades da emigração (guarda fiscal), à passagem pelo Aeroporto de Lisboa, e já dentro do avião em que prosseguia viagem, não obstante viajar com passaporte diplomático[268] moçambicano e visto[269] diplomático daquela embaixada, acabou por sair do avião, tomando conhecimento de haver mandato de captura contra ele, por ser refratário do exército português (…).

Perante os fatos apresentados, "o Governo da RPM não pode deixar de estranhar e de protestar, com o máximo vigor, que as autoridades de emigração portuguesas tenham tomado atitudes tão insólitas para um responsável do Governo da RPM (…).[270]

---

[265] Este departamento foi criado com o intuito de pôr a funcionar voos comerciais internos e uma rede de dezoito aeródromos, três deles (Lourenço Marques, Beira e Lumbo) de nível internacional. Posteriormente contruíram-se mais de cinquenta pistas de aterragem em diferentes partes do país. Newitt, Malyn (1997). *História de Moçambique.* S.L. Publicações Europa América. p. 402

[266] Jornal Notícias. 15 de janeiro de 1976. Suspensos voos directos entre Moçambique e Portugal: divulgado comunicado oficial, pag 1.

[267] Sérgio Castelo Branco da Silva Vieira foi uma figura histórica proeminente da Frelimo e nacionalista. Após a independência de Moçambique, Vieira assumiu vários cargos, entre os quais Diretor do Gabinete da Presidência da RPM, Ministro da Segurança e Administração Interna, Governador do Banco de Moçambique, Governador Provincial.

[268] Trata-se de um documento de identificação em viagem internacional que permite aos seus titulares a entrada e saída num determinado país na prossecução de missões oficiais de Estado. Manual de Procedimentos sobre a Aplicação das Normas do Protocolo do Estado, 2007: 43.

[269] É um documento emitido por um país dando a um certo individuo permissão para entrar no seu país por um certo período de tempo e para certas finalidades. Manual de Procedimentos sobre a Aplicação das Normas do Protocolo do Estado, 2007: 43.

[270] Relatório de ocorrências da detenção de Sérgio Vieira. 30 de setembro de 1976. pag 3.

Ainda na mesma nota verbal, o governo da República Popular de Moçambique declarou que estava na expetativa de que o governo português tomasse as providências que o caso requeria e que, no futuro, não se registassem mais casos do género. Naquela nota salientava-se ainda que ninguém esperava Sérgio Vieira no aeroporto, cortesia que "é sempre dispensada aos principais responsáveis portugueses aqui". Por outras palavras, "(…) Também não pode deixar de observar que todos os membros do Governo Português que se tem deslocado a Moçambique tem recebido, da parte das autoridades moçambicanas, as melhores atenções, o que não se verificou da parte das autoridades portuguesas no caso em apreço".[271]

Na forma como escreve, Faria dá a entender o desconforto ao qual esteve sujeito no momento em que recebeu a nota verbal em alusão das mãos do Secretário-Geral e na presença de Alberto Sithole, Diretor da Divisão África. "Depois de uma hora de troca de impressões e de informações de matéria completamente diferente. Cangela teceu longas considerações, repetindo um pouco o conteúdo da nota (…). Limitei-me a receber a nota (…) e a comunicar que iria procurar obter esclarecimento."[272]

Faria disse ainda ter ficado com impressão de que Vieira ficara humilhado e pretendia tirar um desforço, ainda que diplomático. Perante os fatos apresentados, o diplomata rogava ao Ministro que fosse habilitado por alguma instrução para atender aquela situação.

Ainda sobre este assunto, a imprensa local fez os seus pronunciamentos. Mais concretamente, um artigo publicado no Jornal Notícias de 10 de outubro de 1976 teceu comentários no sentido de que "(…) os fatos mostram claramente que foi uma atitude politicamente premeditada de provocação destinada a deteriorar as relações entre a República Popular de Moçambique e a República Portuguesa." O artigo fez conexão entre o incidente e as diligências que o governo português, na pessoa do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Medeiros, vinha fazendo para a colocação do Embaixador da República Popular de Moçambique em Lisboa. Nestes termos, levantava a seguinte questão: "onde encontraremos esse embaixador, se a maior parte dos responsáveis atuais da FRELIMO e do governo da República Popular de Moçambique estão na "lista negra" do governo português, por terem sido refratários ou desertores do exército colonial?"[273]

[271] Relatório de ocorrências da detenção de Sérgio Vieira. 30 de setembro de 1976. pag 3 e 4.
[272] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 466-467. Incidente diplomático – Sérgio Vieira. 30 de setembro de 1976.
[273] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 483-484. Ainda sobre o incidente diplomático. 10 de outubro de 1976.

O incidente relatado, nalgum momento, fez pairar na opinião pública a impressão de que as autoridades portuguesas quisessem fazer prevalecer o pensamento de "Portugal como a metrópole das colónias".

Assim, em resposta ao incidente em alusão,

> "medidas concretas jaa foram tomadas no sentido do governo portuguees apresentar as desculpas formais e solenes pelo incidente ocorrido. O mais importante ee que medidas imediatas sejam tomadas no sentido de se poor termos a qualquer introduccaao de nomes moccambicanos em listas de refrataarios ou desertores do exeercito portuguees.."[274]

Todavia, na sequência do incidente ocorrido no Aeroporto de Lisboa, o Governo português foi instado a apresentar um pedido de desculpas. A orientação foi de que esse ato seria acompanhado por uma explicação completa do sucedido. Mais especificamente, um porta-voz do MNE deu a conhecer que Portugal apresentaria desculpas ao Governo da RPM pelo incidente do aeroporto de Lisboa durante o qual um responsável do Governo moçambicano foi detido por agentes da polícia portuguesa.[275]

Ademais, por aqueles dias, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Medeiros Ferreira, tinha reiterado o interesse do seu Governo em ver aberta uma Embaixada da RPM em Lisboa.

O governo português mostrou-se redimido perante o sucedido, tanto que as tentativas de remendo do ocorrido foram sucessivas. Veja-se que num telegrama (urgente e confidencial) enviado à Embaixada de Portugal em Maputo, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Lisboa, orientava-se para que, em diligência verbal, se lamentasse o sucedido com o Senhor Sérgio Vieira explicando que se tinha tratado de um equívoco que prontamente se tinha procurado retificar logo que a nacionalidade e a identidade do passageiro tinham sido estabelecidas.[276]

Naquela correspondência, o Ministro Ferreira acrescentou ainda que o funcionário, após ter verificado que o visado era portador de passaporte diplomático moçambicano, apresentou desculpas.

Caso Alberto Sithole

Um outro exemplo em que as autoridades portuguesas não observaram as regras de

[274] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 483-484. Ainda sobre o incidente diplomático. 10 de outubro de 1976.
[275] Jornal Notícias. 12 de outubro de 1976. Governo português apresentará desculpas a Moçambique, pag 1.
[276] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 490. Sobre o incidente diplomático. 13 de outubro de 1976.

convívio internacional, procedendo à revista da mala de um alto funcionário do Governo da República Popular de Moçambique.

Mais concretamente, um membro do Comité Central da FRELIMO e funcionário do Governo da República Popular de Moçambique teve necessidade de transitar por Lisboa, no dia 11 de outubro de 1976. Possuidor de um passaporte diplomático com visto passado pela Embaixada de Portugal em Maputo, recebeu ordens das autoridades de Lisboa para abrir as suas malas para revista. O alto funcionário protestou a revista e explicou que era possuidor de um passaporte diplomático da República Popular de Moçambique. O funcionário português, não somente ignorou o protesto assim como fez declarações ofensivas ao governo moçambicano.[277]

Em total ignorância à imunidade a que, protocolarmente de hábito, se concede aos passageiros portadores de passaportes diplomáticos, Alberto Sithole em viagem, partindo de Maputo, num avião da TAP para Argélia, via Portugal, foi sujeito à vistoria de bagagem.

No seu regresso a Moçambique, o avião da TAP no qual o alto funcionário viajava fez escala no aeroporto do Porto onde teve uma pequena avaria. Por este fato, os passageiros foram conduzidos para a sala de trânsito local em que o visado foi questionado se tinha visto de entrada em Portugal. Àquela questão, Sithole respondeu afirmativamente e apresentou o seu passaporte diplomático no qual estavam averbados 30 dias de permanência naquele país.

Na sequência, o oficial de imigração carimbou um novo visto de entrada válido para 4 dias a partir do dia 16 de outubro de 1976. Pouco tempo depois prosseguiu viagem no mesmo avião e, chegado a Lisboa, foi sujeito a uma nova revista de bagagem.

No dia 17 de outubro de 1976, data de partida de Lisboa para Maputo, pediu a utilização da sala dos VIPs, mas o oficial do protocolo que estava de serviço não permitiu o acesso com a justificação de que a mesma só se destinava a ministros e altos funcionários do governo português e não para pessoas vindas das "províncias".

O oficial de protocolo teve acesso à identidade de quem pretendia fazer uso da sala, mas mesmo assim não autorizou o acesso à sala, tendo o alto funcionário do governo moçambicano dirigindo-se à sala normal dos passageiros.

O episódio relatado revelou ser mais uma evidência sobre a repetição de casos de género,

"não obstante o governo português ter nos comunicado pela nota número 3828, de 21/10/76, que

[277] Jornal Notícias. 24 de outubro de 1976. Governo português continua a assumir colonial-fascismo, pag 1.

> tomara sem demora, providências destinadas a evitar, no futuro, repetições de casos semelhantes, a propósito do incidente que envolveu o senhor Sérgio Vieira, Diretor do Gabinete da Presidência da RPM e as autoridades de imigração portuguesas.
>
> Pelo facto de as atitudes atrás descritas (o oficial de imigração no aeroporto do Porto ter aposto 4 dias de permanência em Portugal quando a embaixada concedeu 30 dias; revista sistemática de bagagem de altos funcionários do governo moçambicano portadores de passaportes diplomáticos, contra todas as regras diplomáticas; classificação dos cidadãos da RPM como provenientes de "províncias") serem consideradas abusivas e chocarem frontalmente com as regras de boa convivência entre países e não dignificarem a amizade e solidariedade existentes entre o povo português e o povo moçambicano é esperado que `medidas de facto efetivas imediatas sejam tomadas para evitar a repetição de casos semelhantes´".[278]

Em conexão com este caso, o Encarregado de Negócios da Embaixada de Maputo comunica a Lisboa que o Jornal Notícias do dia 10 e 24 de outubro de 1976, em relação aos incidentes com Sérgio Vieira, fez comentários muito desagradáveis a respeito da forma como Portugal pretendia orientar as suas relações com os novos países de expressão portuguesa, pondo em crise o melhoramento das posições existentes entre Moçambique e Portugal.

> No seguimento dos incidentes relatados precedentemente, o quotidiano conclui que
>
> "Portugal vem ultrapassando todos os acordos protocolares e fazendo provocações inaceitáveis para um governo independente e soberano (…) Tudo leva a crer que é este fato que está na base e constitui a verdadeira causa do empolamento que se vem dando aos incidentes relatados permitindo assim chamar a atenção pública para a situação que, sem eles, não se justificaria".[279]

A nosso ver, estes episódios não somente acarretaram implicações políticas assim como económicas. Ou seja, por estes e muitos outros casos similares, delegações moçambicanas tendiam a evitar o trânsito por Lisboa nas suas viagens por forma a não incorrer no risco de se sujeitar a constrangimentos de género.

A título de exemplo, Costa Lobo reporta que, em diálogo com um funcionário da missão diplomática, um delegado de Moçambique explicou, em conversa, que o seu coletivo não regressaria a Maputo via Lisboa (mas sim por Londres ou Roma) devido ao fato de terem sido postas dificuldades de trânsito por Portugal a outras personalidades moçambicanas. Declarou não se tratar de um incidente isolado e que, consequentemente,

[278] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 529-530. Caso Alberto Sithole. 26 de outubro de 1976.
[279] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Sobre os recorrentes incidentes diplomáticos com altas individualidades moçambicanas. 04 de novembro de 1976

era natural a existência de certa relutância na passagem por Portugal.[280]

Num contexto em que se tendia a passar uma mensagem de perpetuação da relação de poder, vamos assumir que os eventos relatados são apenas uma parte de tantos outros casos que podem ter passado despercebidos dos holofotes dos canais diplomáticos.

Caso José Luís Cabaço

Passava por Lisboa, a caminho de Maputo, o Ministro dos Transportes e Comunicações senhor José Luís Cabaço[281], chefiando uma delegação moçambicana a países do Leste, vindo de Frankfurt, momento em que foi sujeito a revista de bagagem.

O Ministro dos Transportes e Comunicações, não tendo visto de entrada em Portugal, passou pela sala de trânsito no aeroporto de Lisboa. Naquele momento as autoridades em serviço manifestaram interesse em revistar a bagagem de toda a delegação, incluindo a do Ministro Cabaço e a do senhor Cosme, Diretor Nacional de Cooperação, os únicos que viajavam com passaporte diplomático.

Depois de verificada a identificação das personalidades em causa, as autoridades portuguesas insistiram em fazer a revista da bagagem, posição que veio a ser apoiada pelo responsável mais graduado de serviço.

Perante esta situação, o Ministro resistiu à solicitação de revista da sua bagagem e interveio para que a bagagem do senhor Cosme também não fosse revista, invocando não somente a imunidade diplomática[282] bem como a circunstância de se encontrar no aeroporto em trânsito.

A insistência de solicitação de revista por parte das autoridades aeroportuárias de Lisboa permaneceu até o momento em que o Ministro Cabaço exigiu que se telefonasse previamente para o MNE e para a Embaixada de Moçambique em Lisboa a fim de que funcionários qualificados destes departamentos assistissem à pretendida revista de suas bagagens – nessa altura reconsideraram a sua posição.

Naquela ocasião, embora não tenham chegado a revistar a bagagem do Ministro e do Diretor Nacional de Cooperação, insistiram em revistar as bagagens de todos os outros membros da delegação, e fizeram-no, apesar de se terem encontrado naquele aeroporto

[280] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 831. Delegações moçambicanas evitam trânsito por Portugal devido a situações de embaraço com as autoridades de imigração. 17 de dezembro de 1976.
[281] Militante da FRELIMO e participante das mobilizações pela independência do país. Foi Ministro dos Transportes e Comunicações e Ministro da Informação entre 1975 e 1980.
[282] Ausência de jurisdição especialmente concedida (civil penal e administrativa). Manual de Procedimentos sobre a Aplicação das Normas do Protocolo do Estado, 2007: 40.

apenas em trânsito.

Uma vez comunicado este episódio, e em resposta ao mesmo, Vaz Pereira não somente reportou o caso a Lisboa assim como deu a conhecer a sua pronta resposta;

> **"**Parece lamentaavel a atitude das autoridades infelizmente quando dela foram objeto Responsaaveis do Ministeerio com que temos mais problemas e a direccaao nacional de cooperaccaao e seus acompanhantes. Por minha parte, vou escrever uma carta de desculpas aaqueles 2 senhores. Muito grato igualmente ficaria a ser informado sobe um inqueerito que aii eventualmente seja feito sobre o assunto."[283]

Vamos ressaltar que este incidente teve lugar no dia 19 de outubro de 1976.

O caso do adido consular e dos funcionários da embaixada da República Popular de Moçambique em Portugal

Um adido consular e 3 outros funcionários da embaixada da República Popular de Moçambique em Portugal foram detidos, insultados e interrogados por alguns elementos da polícia portuguesa em Lisboa.

O adido consular moçambicano, devidamente credenciado como diplomata pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, além de detido, foi por 3 vezes agredido numa das ruas da capital portuguesa pelos polícias que o conduziram, no dia 9 de agosto de 1978, à esquadra da polícia onde foi submetido a interrogatório.

Segundo a Revista Tempo, estas ocorrências provocaram um protesto diplomático da Embaixada Moçambicana em Lisboa, pela evidente falta de respeito à soberania do estado moçambicano. O protesto apresentado sublinhava que os acontecimentos eram contrários à prática internacional e causavam um clima de insegurança no seio dos trabalhadores da embaixada. Ademais, "o protesto exigia ao governo português: desculpas oficiais; inquérito rigoroso para apuramento de responsabilidades; a aplicação de medidas para tais atos não se repetirem; que a embaixada moçambicana fosse informada das medidas tomadas." (Revista Tempo, 1978)[284]

A exposição recorrente de cidadãos moçambicanos a este tipo de tratamentos (moléstias, insultos, humilhações) são formas de atuação que caraterizavam a antiga polícia colonial fascista, o que, até certo ponto, criava contínuos questionamentos sobre a soberania do estado moçambicano.

---

[283] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Sobre insistência na revista de bagagem diplomática. 12 de janeiro de 1977

[284] Revista Tempo. N° 418. 08 de outubro de 1978. pag 9.

3.2.5. Aumento de salários da Hidroelétrica de Cahora Bassa

Em janeiro de 1981, de forma unilateral, os gestores portugueses da Hidroelétrica de Cahora Bassa decidiram aumentar em 20% os salários dos trabalhadores moçambicanos da empresa. A medida de aumento salarial foi considerada ilegal, uma vez que ignorou os procedimentos e as leis moçambicanas no que respeitava a determinação de salários dos trabalhadores.

A correspondência da Embaixada de Portugal em Maputo não deixou de relatar a Lisboa o que a imprensa local passava. Em particular, mereceu menção um artigo do jornal "Notícias" que sob título "Por atentar contra a nossa soberania – Estado moçambicano anula decisão ilegal dos gestores portugueses da Cahora Bassa" e acrescentou o seguinte:

> "(…)Circunstaancia aumento ter sido decidido em Lisboa em reuniaoo participaram apenas 'Gestores Portugueses' da Empresa, e apoos chamada de atenccaao por Administradores Moccambiccanos seu carater ilegal, agravaria natureza do acto." Perante esta situação Ministro Guebuza pronunciou-se nos seguintes moldes: "…Não aceitamos que decisões sobre Moccambique sejam tomadas fora Moccambique… 'estruturas centrais do estado' teriam ficado profundamente chocadas com atitude que foi considerada 'atentado contra soberania RPM'. (…) 'por isso dizemos hoje que Cahora Bassa foi conquistada, Songo foi conquistado'.[285]

Naquela ocasião, o Ministro lançou um apelo a todos os trabalhadores, incluindo aqueles estrangeiros, para que tomassem a responsabilidade de transformar o empreendimento em instrumento de 'paz, progresso e libertação', uma vez que, com esta postura, estariam a dar o seu contributo para as relações de amizade e solidariedade entre o povo moçambicano e o povo português.

O episódio ora referenciado gerou uma tensão político-económica naquela época na qual a República Popular de Moçambique procurava defender a sua soberania e a sua afirmação nas decisões sobre empresas e respetivos trabalhadores (mesmo em empreendimentos com participação estrangeira como era o caso da HCB).

3.2.6. Interrupção de negociações entre os dois governos

São várias as tentativas de explicação do que esteve por detrás do impasse nas relações entre Portugal e Moçambique. Dentre várias, numa entrevista concedida à Revista Tempo, Alberto Chipande, refere o seguinte: "Após a independência, tomamos a terra,

[285] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 46. Sobre dossier Cahora Bassa. 26 de janeiro de 1981.

nacionalizámos os serviços de saúde, educação, prédios, etc. Isso tocou muitas pessoas que interpretaram essas medidas como uma violação aos Acordos de Lusaka, criando-se o chamado contencioso económico entre Portugal e Moçambique".[286]

O que esteve na origem da interrupção de negociações entre Portugal e Moçambique aventa-se que tenha sido, entre os vários assuntos, a questão de Cahora Bassa. Todavia, segundo o "Diário de Notícias" de 29 de dezembro de 1978, o motivo principal da degradação das relações entre estes dois países centrava-se na questão dos bancos portugueses em Moçambique, que deviam ser extintos em 31 de dezembro – a nacionalização da banca decretada no início de 1978.

De forma mais específica, criavam impasse para a normalização das relações entre Portugal e Moçambique: a acusação da cooperante portuguesa Maria de Aguiar Galhardo, pelo Banco de Moçambique, de espionagem económica a favor da Sena Sugar Estates[287] (as autoridades de Maputo consideraram a cooperante responsável por planos de sabotagem económica); a acusação do português Alfredo Leal Pires de ter transferido ilegalmente para Portugal, entre os meses de março e novembro de 1978, 180 mil escudos de um seu compatriota, à razão de 20 mil escudos por mês.[288]

Segundo o Jornal "Notícias" de 28 de dezembro de 1978, o contencioso económico foi responsável pela interrupção de relações entre estes dois Estados. Na busca de formas para reativação do diálogo político entre Lisboa e Maputo – condição considerada indispensável para a resolução do contencioso económico existente, em finais de dezembro de 1978, o general Sousa Meneses, diretor do Instituto de Altos Estudos

Militares, viaja para Moçambique como enviado especial do Presidente da República e do Governo português. Naquela ocasião, o general Sousa Meneses não chegou a revelar o conteúdo das propostas de que era portador com o objetivo de desbloquear as relações luso-moçambicanas. Porém, aquela missão estava na continuidade das prévias deslocações a Moçambique em janeiro, julho e novembro de delegações portuguesas.

---

[286] Revista Tempo. 20 de junho de 1981. pag 21.

[287] A Sena Sugar Estates Ltd. foi uma empresa agro-industrial dedicada à produção de açúcar, inicialmente formada com recurso a capitais maioritariamente britânicos, à qual foram atribuídas pela Companhia de Moçambique concessões de terras para o cultivo de açúcar em Luabo e Marromeu, perto da foz do rio Zambeze, e ainda uma grande plantação de copra junto de Chinde. The Lagoa Bay World, (11/09/2020). A Sena Sugar Estates e locomotivas no Luabo e em Marromeu, 1969. https://delagoabayworld.wordpress.com/2020/09/11/a-sena-sugar-estates-e-locomotivas-no-luabo-e-em-marromeu-1969/

[288] Diário de Notícias. 29 de dezembro de 1978. Missão portuguesa recebida no Maputo. pag 2.

Naquelas reuniões de novembro, as delegações de ambos países, a dado momento, decidiram remeter para os respetivos governos a resolução de alguns problemas que estavam a ser discutidos a nível técnico. Em dezembro tudo tendia para um final idêntico ao dos meses anteriores, pois as formas de uma futura representação bem como um projeto de Acordo de Cooperação naquele domínio foram debatidas entre as duas delegações sem que se chegasse a consenso.[289]

Em resultado das negociações conduzidas pela delegação portuguesa em Moçambique, foi "possível obter das autoridades daquele país a suspensão dos efeitos da aplicação, a partir de janeiro, da lei 5-77, que poria em causa os interesses de Portugal naquele Estado, até a realização de novos encontros a alto nível, para debate do contencioso económico-financeiro decorrente da descolonização."[290]

Num pronunciamento alinhado à eventual rutura de relações entre Portugal e Moçambique, o Diretor da Delegação portuguesa deslocada a Moçambique divulgou um texto em que se responsabilizava a delegação moçambicana pela falta de garantias necessárias ao prosseguimento das conversações. As garantias em questão diziam respeito às condições de proteção diplomática e consular dos cidadãos portugueses.

Assim constava no texto:

> "Não houve uma rutura nas negociações …apenas uma interrupção. Quando as autoridades moçambicanas aceitarem as nossas condições, o diálogo poderá prosseguir. (…) A atitude de firmeza surpreendeu os moçambicanos que não esperavam que a tomássemos. Foi, aliás, a delegação portuguesa que interrompeu as negociações para ver se será possível encontrar uma saída."[291]

Assim, segundo aquela delegação, para o relançamento da atividade portuguesa em Moçambique era imprescindível que se dessem condições de segurança às pessoas, fato que, até aquele momento, não se tinha sido assegurado.

Ademais, embora a rutura de relações diplomáticas poder ser feita unilateralmente, há que ressaltar que a rutura de relações implica necessariamente a retirada da missão diplomática que um dos Estados mantenha no outro.[292] Esta realidade, para o caso em análise (Portugal e Moçambique) não se testemunhou.

---

[289] Diário de Notícias. 28 de dezembro de 1978. Enviado de Eanes a Maputo. pag 1.
[290] Diário de Notícias. 31 de dezembro de 1978. Missão ao Maputo preserva diálogo: suspensa a aplicação da lei que afectaria interesses portugueses. pag 1.
[291] Diário de Notícias. 05 de abril de 1979. Ventos sobre eventual rutura de relações entre Lisboa e Maputo. pag 1.
[292] Magalhães, José Calvet de (1985). Manual Diplomático: direito diplomático. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. pag 16

No seguimento deste caso, em correspondência para Lisboa, o diplomata Vaz Pereira deu a conhecer ao Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a publicação, no quotidiano de maior circulação "Notícias", de uma série de artigos onde se apresentavam queixas pela forma como a Delegação Portuguesa interrompera as negociações.[293]

Para superar os entraves de comunicação entre Lisboa e Maputo, no dia 27 de outubro de 1980 iniciaram conversações entre os bancos centrais de Portugal e Moçambique. As delegações eram chefiadas pelos respetivos vice-governadores, Rui Vilar e Prakash Ratilal, e tinham o objetivo de procurar estreitar as relações financeiras entre os dois países, intensificando assim as trocas comerciais.

Naquela altura, não se encontrava explicação plausível para que os produtos que Moçambique já vinha importando de Portugal não continuassem ou não voltassem a ser importados, desde que se comprassem em melhores condições do que em outros países (conservas, vinhos, cutelaria e cerâmica).

De igual modo, em relação às exportações, o comércio externo apresentava alterações consideráveis, na medida em que o que era canalizado para Portugal, África do Sul e outros mercados ocidentais, passara a ser dirigido para países socialistas.

Enquanto, por um lado Lisboa, pressionava Moçambique com o bloqueio de comunicação, por sua vez, Moçambique encontrara no setor comercial a sua forma de pressionar.[294]

Retomando o assunto de Cahora Bassa, numa entrevista concedida pelo Secretário de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos do Governo do Maputo, dr. Abdul Magid Osman ao "Diário de Notícias" quando questionado se estariam ultrapassadas as graves divergências causadas por Cahora Bassa respondeu nos seguintes termos:

> "Essa situação foi ultrapassada. Com a visita do nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, após uma reunião sobre Cahora Bassa, através da visita de Leonardo Mathias ao Maputo e depois da viagem do Presidente Ramalho Eanes a Moçambique, criou-se um ambiente de entendimento e cordialidade que permite que os problemas sejam discutidos sem carácter emotivo, susceptíveis de levarem a situações de ruptura. Existem sempre problemas, quando se desenvolvem relações de cooperação. Mas eles podem ser apreciados de maneira fria. evitando-se o seu bloqueamento. Estamos a tentar superá-los de forma a que a cooperação com Portugal passe a ser exemplar."[295]

Naquela ocasião, Osman declarou que eram "vastas as perspetivas de cooperação económica entre Portugal e Moçambique, agora que `existe um entendimento político

[293] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 270. Sobre interrupção das negociações com Moçambique. 05 de abril de 1979.
[294] Diário de Notícias. 28 de outubro de 1980. Conversações entre bancos de Portugal e Moçambique. pag 3.
[295] Revista Tempo. 14 de fevereiro de 1981. pag 12.

notável entre os dois países´" e, "independentemente das diferenças do sistema político, disse, ambos os povos `ganharão muito se caminharem juntos`". Ademais, a seu ver, as conversações que a delegação moçambicana tinha mantido em Lisboa tinham sido positivas onde

> "trazíamos como objectivo tratar não só de assuntos relacionados com Cahora Bassa, mas de prosseguir conversações iniciadas durante a visita presidencial sobre algumas acções de cooperação. Das conversações saímos com a consciência de que Cahora Basssa poderá ser um núcleo central de cooperação entre Moçambique e Portugal."[296]

Segundo o Secretário de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos do Governo da RPM, as perspetivas de cooperação entre os dois estados eram vastas e para alguns sectores, uma vez iniciadas e estabelecidas as relações comerciais e de consulta económica, os projetos seguiriam de forma natural. Reiterou ainda a pertinência dos encontros entre as autoridades e das deslocações dos empresários portugueses a Moçambique.

De um modo geral, as relações bilaterais entre Portugal e Moçambique, logo após a proclamação da independência nacional, testemunharam momentos difíceis que foram superados posteriormente ao longo do tempo.[297]

3.3.Episódios que contribuíram para o alívio de tensões e maior cooperação entre Portugal e Moçambique

Perante uma situação de crise, Santos (2009: 164-165) defende que a atenuação das tensões conducente ao desanuviamento pode ser alcançado por várias formas: regresso a uma situação próxima do *status quo ante* constituído; processo de normalização através da conciliação e aceitação mútua das partes sobre o enquadramento formal de negociação; regresso a uma nova situação de tensão.

O estudioso anteriormente referenciado advoga ainda que uma crise de resolução feliz é capaz de fazer desaparecer tensões e diferenças que estiveram na sua origem. Porém, de igual modo, não é excluída a possibilidade de regresso à situação de tensão preliminar ou até bem mais aguda que no estado inicial.[298]

---

[296] Revista Tempo. 14 de fevereiro de 1981. pag 12.

[297] Laucheque, Rodrigues. A cooperação bilateral e multilateral entre os nove estados-membros da CPLP: Que ganhos? Escolar Editora. Maputo. 2018. pag 126 e 130.

[298] Nestes casos acreditamos que seja crucial um maior empenho por parte dos mediadores, no sentido de se esforçarem ao máximo para que no processo de "Gestão e Resolução de Crises" alcancem os resultados mais próximos possível de um compromisso duradouro. Ademais, no caso de as partes resolverem a crise sem a intervenção de um mediador, apelamos à boa-fé de ambas em se empenharem no cumprimento do compromisso assumido.

Não somente, Silva (2018: 43) refere que a diplomacia tem, entre as suas várias funções a de facilitar as comunicações entre os Estados, negociar Acordos e Tratados, minimizar o atrito nas Relações Internacionais. Daí a importância da presença física em outros países de agentes de outros Estados a exercer a diplomacia. Ou seja, a intenção da diplomacia é garantir que situações de fricção, uma vez desencadeadas, tenham uma resolução menos danosa possível.

O discurso e o diálogo diplomático têm um papel crucial nas relações bi(multilaterais). É com este instrumento que a diplomacia se serve para manter a comunicação entre as comunidades independentes dentro dos limites impostos pelas circunstâncias nas quais a diplomacia opera. Assim, embora a questão moral seja tomada como fulcral, os agentes diplomáticos buscam compreender os posicionamentos e as razões das partes em conflito, e, deste modo, entender como é que essas partes construíram as tais posições que defendem, com o intuito de alcançar a melhor solução possível para o contencioso, tendo em consideração os interesses dos Estados que representam.[299]

Apesar de se reconhecer a importância do diálogo diplomático, algumas vezes pode ser complicado de se estabelecer por forças políticas, económicas, sociais, culturais, militares ou até ambientais, podendo assim encaminhar para o emprego da força. (Silva 2018: 52).

No contexto do contencioso que se vivia, vários Governos passaram em Portugal e não faltou vontade de ultrapassar este mal-estar. Todavia, não foram capazes de desbloquear esta questão. Posteriormente, "…veio um governo que teve a coragem de remover estes obstáculos, teve a coragem de dizer que não existia "contencioso" de qualquer espécie. Portugal abriu-se em relação a Moçambique."[300]

Assim, foram celebrados diversos Protocolos e Acordos[301] sobre várias matérias no contexto do novo tipo de relações que ambos estados se empenhavam em desenvolver, nomeadamente: transferência para Moçambique do BNU (Banco Nacional Ultramarino), do Banco de Fomento Nacional, dos financiamentos da Sociedade Financeira Portuguesa

[299] Silva, Antonio Ruy de Almeida (2018: 46-47).
[300] Revista Tempo. 20 de junho de 1981. pag 21.
[301] Ao se falar de Protocolo ou Acordo refere-se a um documento escrito que incorpora um encontro de vontades entre dois ou mais Estados sobre uma determinada matéria, ou o documento em que tal entendimento é registado. (Manual de Procedimentos sobre a Aplicação das Normas do Protocolo do Estado, 2007: 25). Ora, Acordo de Cooperação é um instrumento jurídico de cooperação por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas para consecução de finalidades específicas de interesse recíproco, com objetivo e ação específicos e atribuições definidas para cada uma das partes envolvidas, mediante prévia apresentação de projeto e plano de trabalho.

e efeitos, em Moçambique, da nacionalização da Banca e das Companhias seguradoras sedeadas em Portugal; cooperação efetiva das questões económico-financeiras decorrentes da administração colonial para uma administração independente e soberana; definição de um novo tipo de relações entre os Povos português e moçambicano, num espírito de cooperação e amizade; cooperações científica, técnica, jurídica; relações comerciais e industriais; Cahora Bassa, Sher, Sonefe e Gabinete do Plano do Zambeze.[302]

Ademais, temos a referir que no período em que as relações entre estes dois Estados estiveram pouco salutares, conforme referimos previamente, não houve rutura de relações, manteve-se algum contacto e, em virtude do mesmo, Tratados foram assinados. É neste âmbito que, nos próximos parágrafos, nos propomos a analisar os acordos assinados.

3.3.1. Acordo de Transporte Aéreo

Na sequência da audiência que o Ministro Chissano concedera ao Embaixador Caldas Faria, no dia 17 de dezembro, o Ministro dos Transportes, José Luís Cabaço, solicitou a presença do diplomata português para um encontro, com o objetivo de preparar a realização das negociações para o acordo aéreo e obter a aprovação das autoridades portuguesas para a manutenção do serviço aéreo naquela altura existente entre os dois países.

Naquele encontro, realizado a 27 de dezembro de 1976, o Ministro esclareceu que, dada a importância do acordo a negociar e toda vantagem em não se repetirem erros anteriores, o governo moçambicano sugeria a realização de um encontro prévio, de caráter informal, com representantes das duas companhias aéreas e um representante de cada direção aeronáutica civil. Esclareceu ainda que ele considerava que a interrupção do serviço vigente ensombraria as relações, e o público entenderia de outra maneira a eventual suspensão.[303]

De forma mais concreta, nas relações aéreas, o problema mais importante relacionava-se com a utilização exclusiva do aeroporto da Beira. Ou seja, no direito da soberania, o Governo decidira que a Beira seria o terminal dos voos transcontinentais e que a TAP e as demais companhias estrangeiras estavam em igual situação, não havendo

[302] Jornal Notícias. 16 de abril de 1975. Portugal e FRELIMO assinam acordos. pag 1 e 2.
[303] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 650-651. Conversações/bastidores Acordo aéreo Portugal – Moçambique. 27 de dezembro de 1976.

discriminação contra a TAP. Dessa forma, Maputo ficaria para tráfego regional.

Logo após a independência da República Popular de Moçambique surgiu um diferendo sobre a aplicação de um protocolo no qual o governo moçambicano, unilateralmente, limitava à Beira o acesso dos aviões da TAP a Moçambique. "O governo português entendeu que tal restrição era gravemente lesiva dos seus interesses, contrariando, aliás, os princípios internacionalmente aceites que presidem à celebração de acordos desta natureza, e que visam garantir o desenvolvimento das ligações aéreas de maneira ordenada, numa base de reciprocidade e pela forma mais económica que seja compatível com a segurança das operações e o interesse do público. (…)

No entendimento do governo português, o respeito pelos referidos princípios implicaria, necessariamente, que os transportadores dos dois países assegurassem ligações diretas entre Lisboa e Lourenço Marques, e vice-versa. Foi opinião das autoridades portuguesas que a deslocação para a Beira do terminal dos voos seria contrária aos interesses da grande maioria do tráfego existente, e poderia resultar numa penalização das condições económicas da exploração dos transportes aéreos entre os dois países."[304]

Em forma de concertação da situação de tráfego aéreo, "Pairava o desejo de um eventual encontro preparatório durante o mês de janeiro. Todavia, esclareceu a impossibilidade de envio para Lisboa de qualquer delegação em face a proximidade do terceiro congresso da FRELIMO que mobilizava todas as forças."

Foi neste contexto que, na tarde do dia 28 de janeiro de 1977, teve lugar a cerimónia de assinatura do acordo de transporte aéreo entre Portugal e Moçambique. Assinaram o acordo o doutor Manuel Caldas Faria, Encarregado de Negócios[305] de Portugal, e Armando Panguene Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo moçambicano. Entre outros, assistiram à cerimónia o Brigadeiro Alberto Bastos, Diretor-geral da Aeronáutica Civil, e o Engenheiro Eugénio Picolo, Diretor Nacional da Aeronáutica Civil Moçambicana, que haviam chefiado as delegações nas conversações relacionadas com o referido acordo aéreo. Naquela ocasião, nos discursos proferidos por ambos os signatários, foi realçada a importância e significado do ato no reforço dos laços que uniam os dois países.[306]

[304] AHD/MNE. PAA. Nota Oficiosa dos Serviços de Informação e Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Informação à Imprensa Nº 20/76. Cooperação DETA /TAP. 13 de janeiro de 1976. Pag 1-3.
[305] Pessoa que exerce a função de Chefe da Missão em caso do impedimento ou ausência do titular. (Manual de Procedimentos sobre a Aplicação das Normas do Protocolo do Estado, 2007: 35)
[306] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 244. Acordo de Transporte Aéreo Portugal – Moçambique. 28 de janeiro de 1977.

O comunicado distribuído à imprensa referia:

"Realizou-se em Maputo um encontro entre as autoridades aeronáuticas de Portugal e da República Popular de Moçambique a fim de conjuntamente debater problemas de transporte aéreo de interesse para ambos os países. As conversações que decorreram num ambiente de franca abertura e compreensão mútuas, conduziram à celebração de um acordo de transporte aéreo regular, o qual constitui o quadro jurídico indispensável para a normalização e desenvolvimento das relações aéreas entre os dois países, relações essas essenciais para o fortalecimento de um clima de entendimento e amizade entre Moçambique e Portugal."[307]

3.3.2. Superação do episódio de suspensão de voos diretos entre Portugal e Moçambique (janeiro de 1976)

Perante a interdição de a DETA continuar a operar para Portugal e, através do Aeroporto de Lisboa, para a Europa e Américas, e ainda considerando que grande parte daquele tráfego era constituído por trabalhadores estrangeiros para quem a regularidade das ligações aéreas revelou-se de grande importância, o Governo da República Popular de Moçambique envidou todos os esforços para resolver com rapidez e eficácia a continuação, por outras vias, do serviço de transporte aéreo trans-continental.

Em correspondência ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o diplomata Caldas Faria relata ter sido informado que três elementos da delegação moçambicana das negociações do acordo aeronáutico, chegados de Lisboa, na manhã do mesmo dia 15 de janeiro de 1976, teriam partido para Angola com o intuito de garantir apoio de Luanda (ao nível das Autoridades e Empresa Aérea) para a posição moçambicana.[308]

Assim, em espírito de total colaboração e solidariedade militante, a delegação de Moçambique e as autoridades aeronáuticas de Angola encontraram, em poucas horas, uma solução que superava a perturbação que poderia derivar do fato de ter sido vedada à DETA a possibilidade de escalar um aeroporto português.

Portanto, estava assim aberta, a todos os utentes dos serviços aéreos entre Moçambique e Europa e Américas, a primeira via indireta que permitia assegurar as ligações imediatas com trânsito direto no aeroporto Internacional de Luanda.[309]

---

[307] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 244. Acordo de Transporte Aéreo Portugal – Moçambique. 28 de janeiro de 1977

[308] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 25. Negociações do projeto de Acordo Aeronáutico luso-moçambicano. 15 de janeiro de 1976.

[309] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. Nº 28. Sobre a interdição de a DETA operar em Portugal. 19 de janeiro de 1976.

Sobre as irregularidades na operacionalização do transporte aéreo por parte da TAP – nos voos de carreiras normais para Portugal e a incerteza quanto a TAP voltar a operar – uma nota enviada pela Embaixada de Portugal em Maputo ao MNE aconselhava o fretamento de aviões, como medida de último recurso que permitiria a inúmeras pessoas efetuarem viagem. Dessa forma, poder-se-ia reverter o cenário que propiciava constantes alterações de vôos, quer em momentos quer em anulações derivadas da fraca qualidade ou antiguidade ou exiguidade dos meios aeronáuticos.[310]

Os problemas entre as companhias aéreas moçambicana e portuguesa ressentiam-se mesmo nos colaboradores, mas estiveram sempre presentes esforços no sentido de normalizar a situação e garantir continuidade da parceria. Senão vejamos: "os técnicos da manutenção da DETA que oportunamente pediram a rescisão de contratos e prepararam o seu regresso a Lisboa foram contactados com vista a prolongarem a sua prestação de trabalho. Ora, em face às novas condições propostas, de assinalada melhoria, os interessados propõem-se a permanecer ainda um ano."[311]

Dada a complexidade dos desafios enfrentados por estas companhias aéreas, momentos houve em que se ficou sem ideia de como seria o futuro das relações entre ambas nesta matéria. A título de exemplo, José Ferraz, Vice-presidente da TAP, em Maputo para conversações que ultrapassassem um ponto de vista puramente tecnológico, questionado sobre um possível restabelecimento das carreiras TAP para Moçambique, declarou que "em negociações entre companhias que representam países diferentes tudo pode acontecer".[312]

Findas as conversações entre os representantes DETA-TAP, foi preparado um comunicado conjunto cuja publicação seria efetuada simultaneamente por ambas as companhias nos respetivos países. Em projeto o comunicado afirmava o seguinte:

> -"… é assim que conhecidas às dificuldades da DETA na composição do seu equipamento de voo, nasce a possibilidade de estudo em comum de formas de otimização das frotas, com a deslocação à TAP de técnicos da companhia moçambicana.
>
> Com base no acordo geral de cooperação ficou também decidida a elaboração do protocolo necessário à sua concretização no âmbito das transportadoras aéreas e na modalidade agora discutida.

[310] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 253. Sobre irregularidades na operacionalização do transporte aéreo por parte da TAP. 14 de maio de 1976.
[311] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 364. Acordos de cooperação DETA-TAP. 09 de julho de 1976.
[312] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 370. Conversações cooperação DETA-TAP. 13 de julho de 1976.

> Desde a interrupção das ligações diretas entre Moçambique e Portugal foi exigido à data um envolvimento total no sentido de garantir ligações indiretas que se traduziu num esforço anormal para além do limite das suas potencialidades.
>
> Muito em breve a TAP assumirá a sua parte de responsabilidade deste transporte aéreo participando na medida da sua capacidade…
>
> Finalmente as duas companhias informam do estabelecimento dum acordo entre a TAP e a DETA que, dado o levantamento da restrição para a rota direta, proporcionará agora aos passageiros a ligação mais adequada.
>
> Nesse sentido, serão divulgados oportunamente, através dos órgãos de informação, comunicados conjuntos para a efetivação dos respetivos programas de voo."[313]

Como forma de ultrapassar o impasse e constrangimentos no transporte aéreo e no seguimento do incidente previamente relatado, de 27 de outubro a 4 de novembro de 1976, realizou-se em Lisboa um encontro entre a DETA – Linhas Aéreas de Moçambique, e a TAP – Transportes Aéreos de Portugal, e assinou-se um Protocolo de Cooperação integrado no Acordo Geral de amizade e cooperação entre Portugal e Moçambique. Nesta ocasião, ambas as companhias manifestaram o desejo de que, no mais breve período, fosse concretizado o Acordo Aéreo Bilateral – permitindo assim a normalidade das ligações aéreas regulares entre os dois países.[314]

Enquanto se estava no impasse das companhias aéreas lusa e moçambicana, passou um comunicado de que a companhia italiana Alitalia começaria a voar dentro de Moçambique até meados de dezembro de 1977. Constava ainda que os voos DETA para Lisboa que estavam a ser feitos pelos aviões SABENA passariam a ser feitos por aviões Alitalia.[315]

3.3.3. Acordo de Cooperação para o sector de eletricidade

As correspondências para Lisboa comunicavam a assinatura do Acordo de Cooperação no Setor Elétrico. Do lado moçambicano assinou o Ministro da Indústria e Comércio senhor Mário Graça Machungo, e do lado português foi o diplomata Vaz Pereira.[316]

O diplomata Nunes de Carvalho faz-se servir de canais próprios para comunicar que, aquando da chegada de técnicos contratados por entidades moçambicanas, no

[313] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 373-374. Conversações cooperação DETA-TAP: comunicado conjunto DETA-TAP conclusão das conversações. 19 de julho de 1976.
[314] Jornal Notícias
[315] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 805. Assunto DETA-TAP: agora com reforço substituição Alitalia 14 de dezembro de 1977.
[316] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 170. Assinatura do Acordo de Cooperação no Setor Elétrico. 20 de fevereiro de 1978.

pressuposto de os contratos terem um enquadramento no regime do Acordo de Cooperação no setor elétrico, uma vez chegados à República Popular de Moçambique, eram informados pelas autoridades locais que o Acordo ainda não estava em vigor "mais por culpa do governo português". Na mesma correspondência, o diplomata solicita informação sobre a situação deste acordo, "tendo em conta a disposição do artigo 12 número 1 do referido acordo".[317]

Posteriormente, na segunda semana de março de 1981, o Ministro da Indústria e Energia da RPM, António Branco, numa visita a Portugal, assinou um Protocolo de Conversações com o Ministro da Indústria e Energia e Exportação português. Ainda naquela ocasião, Branco analisou com as autoridades portuguesas a possibilidade de exportação da energia da empresa mista Cahora Bassa para países limítrofes de Moçambique.

Por sua vez, uma delegação da Câmara de Comércio de Portugal chefiada por Victor de Sá Machado, Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian e da PARTEX, manteve conversações com as autoridades moçambicanas para a cooperação em projeto de desenvolvimento nos domínios de prospeção e exploração de hidrocarbonetos, de construção civil e da indústria cervejeira.[318]

Eis que no dia 18 de novembro de 1983, Moçambique e Portugal assinam um protocolo de cooperação sobre Cahora Bassa. A assinatura deste protocolo marcou o culminar das conversações da comissão mista Moçambique/Portugal. Com o protocolo estabeleceram-se novas bases de cooperação entre os dois Estados e definiram-se as responsabilidades de operação, manutenção, partilha de benefícios, medidas de segurança e fornecimento de energia elétrica aos países da região.[319]

Resolvido os pendentes de Cahora Bassa, na província de Maputo já se projetava a construção de mais duas barragens (Curumane e Pequenos Libombos). A construção destas barragens tinha a pretensão de aproveitar as águas que se desperdiçavam no mar em benefício da agricultura e pecuária. Com estas barragens esperava-se normalizar o abastecimento da água para a cidade de Maputo (barragem sobre o rio Umbeluzi).[320]

[317] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 1004. Sobre Acordo de Cooperação para o Sector de Eletricidade. 20 de fevereiro de 1978.
[318] Revista Tempo. 21 de março de 1981. pag 11.
[319] Revista Tempo. 27 de novembro de 1983. Moçambique-Portugal: Protocolo de cooperação sobre Cahora-Bassa. pag 2.
[320] Revista Tempo. 04 de dezembro de 1983. Nota de abertura. pag 31-31.

3.3.4. Acordo comercial

O Acordo comercial tem as suas raízes no período de transição, mais concretamente numa correspondência de 11 de abril de 1975, em que o Alto-Comissário entrou em contacto com o MNE a solicitar um encontro, com maior brevidade, com o Diretor Geral do Comércio no sentido de acelerar as negociações com vista à provável assinatura de um Acordo Comercial.[321]

Posteriormente, o diplomata português Nunes de Carvalho, por correspondência, deu a conhecer ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique que, no dia 30 de maio de 1980, tinha tido a oportunidade de ter uma entrevista com o Ministro Chissano e aproveitara a ocasião para comunicar que no mesmo dia fizera a entrega do projeto de Acordo Comercial para que fosse apreciado pelas autoridades competentes na República Popular de Moçambique.

Chissano teve oportunidade para apreciar naquele mesmo instante o instrumento em alusão. Pelas palavras do diplomata,

> "(…)o senhor Chissano ouviu aparentemente muito interessado o que eu lhe fui dizendo, mas disse-me por sua vez apenas que ia dar instruções para o projeto de acordo comercial ser enviado imediatamente ao Ministro do Comércio Externo para poder ser estudado pelos órgãos técnicos competentes."[322]

No seguimento deste instrumento o diplomata Cutileiro foi recebido no dia 28 de setembro pelo Ministro do Comércio Externo, Senhor Salomão Munguambe. Naquela ocasião, o diplomata português pôde perceber uma maior abertura por parte das autoridades moçambicanas para a cooperação com Portugal. Mais ainda, o Ministro do Comércio Externo garantiu-lhe que mandaria com máxima brevidade o projecto do Acordo Comercial moçambicano, que não fugiria muito daquele português "pelo que antecipava a possibilidade de assinatura dentro em breve".[323]

No seguimento deste assunto, num ofício da Embaixada da República Portuguesa em Maputo, o conselheiro comercial, em resposta à contraproposta moçambicana do Acordo, deu o seguinte parecer:

> "comparando o texto proposto pelo Ministeerio do Comeercio Externo Portuguees com o do M. C. E. Moccambicano, verifica-se uma identificaccaao quase total, com apenas duas pequenas alteraccooes. Assim (…) Somos de opiniaao, que ee de aceitar as alteraccooes propostas pela parte

[321] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Lourenço Marques-Lisboa. S/Nº. Sobre o Acordo Geral de Cooperação Portugal-Moçambique. 11 de abril de 1975.
[322] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 177. Sobre o Acordo Comercial entre Portugal e moçambique. 31 de maio de 1980.
[323] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 358. Sobre o projeto de Acordo Comercial entre Portugal e Moçambique. 29 de outubro 1980.

moccambicana e procurar implementar o processo de molde aa raapida assinatura do acordo."[327]

Foi durante a visita do Ministro Chissano a Lisboa que se anunciou que seria negociado o Acordo Comercial entre os dois países. O Acordo[328] em alusão veio a ser celebrado a 25 de maio de 1981, em Maputo.

3.3.5. Acordo de cooperação no sector do ensino

A Universidade Eduardo Mondlane manifestou interesse à Embaixada de Portugal em Moçambique de se beneficiar de cinquenta bolsas de estudo em referência no ofício DGC 3032 de 2 de abril. Na mesma nota:

- a Universidade explica que pretende mandar docentes moçambicanos com apenas alguns anos de estudos superiores para complementar os cursos em Universidades estrangeiras;

- o Ministério solicita esclarecimentos sobre as possibilidades de aproveitamento de bolsas em Universidades portuguesas, assim como sobre cursos, currículos e disciplinas nas Faculdades de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra e curso de Engenharia Eletrotécnica.

Por sua vez, a Embaixada informou que tinha conhecimento de que o Ministério da Educação iria propor que fosse solicitada a deslocação de Lisboa para Maputo de mais de duas centenas de professores portugueses dos ensinos primário e secundário ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação para que começassem a prestar serviços no ano letivo de 1981.[324]

Embora se tenha notado interesse de ambas partes em ver este acordo efetivado, no seu seguimento, a Universidade Eduardo Mondlane comunicou a 02 de setembro de 1980 "naao poder aproveitar oferta para ano letivo 1980/81 por falta de tempo para preparacaao e organizacaao ida bolseiros (…)". No mesmo comunicado, a universidade manifesta interesse em efetivar o planificado, se aplicável, no ano letivo 1981/82.[325]

Mesmo tendo falhado esta tentativa de cooperação, o interesse em manter contactos entre ambos o lado no sector do ensino prevaleceu, tanto que a Universidade Eduardo Mondlane organizou uma visita do seu Reitor a Portugal. A visita fora programada para acontecer entre 10 e 24 de novembro de 1981.

Na altura da preparação da deslocação, o Reitor demonstrou a pretensão de

[324] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 202. Sobre cooperação no sector do ensino. 26 de junho de 1980.
[325] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 264. Comunicado da impossibilidade de enviar estudantes para o ano lectivo 80/81 – sobre cooperação ensino. 02 de setembro de 1980.

contactar os Ministérios de Educação e Universidades, Cultura e Coordenação Científica, as Universidades do Minho, Coimbra, Clássica e Técnica de Lisboa, eventualmente Évora, Laboratório de Investigações Científicas Tropicais, a Direção Geral de Cooperação e Gulbenkian.

Um ponto que evidencia o interesse da Universidade moçambicana não somente de tornar esta visita possível, como também o esforço de fazer com que a mesma fosse o máximo produtiva, foi o facto de os serviços daquela instituição de ensino superior terem procurado saber, junto da Embaixada, se havia possibilidade de o seu Reitor se fazer acompanhar, a expensas de Moçambique, por especialistas que facilitariam o trabalho devido a vastidão de contactos que se pretendiam estabelecer.

No nosso entendimento, os preparativos da visita em questão mereceram grande atenção por parte do lado moçambicano e em correspondência para Lisboa adiantou-se a informação de que a Universidade moçambicana estava a trabalhar na preparação de projetos e acordos entre as Universidades e Programas de Ação para que fossem estudados por lá.[326]

3.3.6.Cooperação no sector da saúde

Em 1940 o departamento de saúde empregava 78 médicos, 166 enfermeiros de diversos graus e 102 enfermeiros africanos. Esta realidade não registou atualizações significativas até a década de 1960, o que nos faz concluir que, até esse período, Moçambique era caracterizado por uma falta de assistência médica adequada.

No fim do período colonial havia uma rede de serviços de saúde que cobria todo o país e dispunha de 395 unidades hospitalares e maternidades a serem asseguradas por um total de 400 médicos.

Ressaltamos que a República Popular de Moçambique não contava com nenhuma escola de medicina vocacionada para a formação de seus quadros. Assim, todo o pessoal de saúde tinha necessariamente de se especializar no estrangeiro.

Numa conferência de imprensa, foi anunicado o envio de técnicos portugueses para Moçambique. Aquela deslocação de técnicos veio a consolidar a amizade entre os dois povos, como forma de pôr em prática o acordo de cooperação relativamente aos aspetos de saúde pública.

[326] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 568. Sobre cooperação no ensino (cooperação interuniversitária). 29 de setembro de 1981.

Naquela ocasião, o Secretário de Estado da Cooperação manifestou satisfação pelo Governo português concretizar rapidamente um acordo de cooperação assinado há pouco menos de um mês – no domínio da assistência técnica e científica.

De forma mais específica, o contrato de prestação dos técnicos de saúde tinha duração de dois anos, prorrogáveis, e dava a possibilidade de, no fim de três anos, passar as férias em Portugal em companhia familiar com as passagens pagas.[327]

Anos depois, o Governo moçambicano, pelo Ministro da Saúde Dr. Pascoal Mocumbi, manifestou interesse na receção de médicos portugueses em Moçambique, em especial modo

> "especialistas e professores para ensinarem na Universidade e se propunha, portanto, ter conversaccooes a niivel oficial com as competentes autoridades portuguesas sentido procurar reactivar cooperaccaao entre Portugal e Moccambique domiinio sauude. …moccambicanos propunham-se assim enviar delegaccaao oficial a Portugal, o mais brevemente possiivel para discutir com as nossas autoridades condiccooes em que isso poderia vir a concretizar-se."[328]

Naquela comunicação, o diplomata português explicou que o Ministro da Saúde solicitava que aquela comunicação fosse transmitida às instâncias competentes, o que precedia este ato. Sugeria ainda que as conversações tivessem início em finais de setembro de 1980 e mostrou intenção de enviar para Lisboa uma Delegação chefiada pelo Vice-Ministro da Saúde, Dr. Fernando Vaz, como quem estivesse dotado de capacidade para tomar qualquer decisão com o intuito de tornar o processo mais célere.

Diante destes sinais que já se vinham registando, como forma de assinalar o interesse em cooperar no contexto sanitário, a 25 de maio de 1981 foi celebrado o Acordo no domínio da Saúde entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique.[329]

3.3.7. Evidências de reconciliação cultural/patrimonial

O diplomata português, Caldas Faria, em correspondência ao MNE reportou que seriam reerguidas, na Ilha de Moçambique, as estátuas de Camões e Vasco da Gama que tinham sido derrubadas aquando da Independência. O ato, na altura, causara indignação até ao próprio Presidente Machel. O diplomata português via aquele ato de reconstrução das

[327] Diário de Notícias. 31 de outubro de 1975. "A cooperação luso-moçambicana: 'É altura de Portugal provar a sua capacidade de descolonizar' ". pag 9.
[328] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 266. Eminente cooperação na área da saúde – médicos portugueses em Moçambique. 03 de setembro de 1980.
[329] Acordo no domínio da Saúde entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique. https://dcjri.ministeriopublico.pt//sites/default/files/documentos/instrumentos/dec35-1984.pdf

estátuas com grande significado para o desanuviamento da atitude moçambicana em relação ao passado ligado a Portugal.[330]

Em 1983 o dia de Portugal foi comemorado em Moçambique. Naquela data, a Embaixada de Portugal ofereceu uma receção em Maputo. No mesmo dia, a comunidade portuguesa residente reuniu-se à noite para jantar e contou com a presença de Prakash Ratilal, Governador do Banco de Moçambique e Nunes Barata, Encarregado de Negócios de Portugal. Por sua vez, na Beira, o Cônsul-geral de Portugal, Rodrigues Bárbara, ofereceu uma receção aos portugueses residentes.[331]

No dia 26 de junho de 1983, a Revista "Tempo" informa sobre a participação de Moçambique no "Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no mundo" que estava previsto para acontecer entre 28 de junho e 03 de julho do mesmo ano em Lisboa.[332]

Numa iniciativa conjunta do complexo turístico Casino Estoril, da Secretaria de Estado da República Popular de Moçambique e da Secretaria de Estado da Cooperação da República Portuguesa, celebrou-se entre finais de setembro e primeiros 10 dias de outubro a Semana de Moçambique. O sucesso do evento foi incumbido à

> "dignidade de um povo que lutou dura e arduamente pela sua libertação social e cultural e, naturalmente, a curiosidade que esta situação histórica dava aos próprios portugueses, antigos colonizadores do nosso país, muitos dos quais, embora vivendo connosco, desconheciam quase por completo a nossa cultura (…)".[333]

O evento incluía uma exposição constituída por pintura, desenho, escultura, artesanato, literatura, filatelia e fotografia. Na literatura, a mostra abrangeu desde a literatura infantil até à ficção passando por ensaio e investigação histórica. O artesanato, gastronomia, canto e dança também marcaram presença.[334]

3.3.8.Evidências de cooperação no sector do desporto

Perante o cenário pouco feliz das relações entre Lisboa e Maputo eis que surge uma iniciativa de levar à capital moçambicana, pela primeira vez, desde a independência nacional, uma equipe de futebol portuguesa. A equipe exibiu-se perante um numeroso

[330] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 798. Cooperação cultural: reerguem-se estátuas de vasco da Gama e Camões ora demolidas na Ilha de Moçambique. 11 de novembro de 1977.
[331] Revista Tempo. 19 de junho de 1983. Dia de Portugal assinalado na RPM. pag. 3.
[332] Revista Tempo. 26 de junho de 1983. Moçambique no Congresso da Língua Portuguesa. pag. 5.
[333] Revista Tempo. 06 de novembro de 1983. Semana de Moçambique em Portugal: Lisboa viu e saboreou cultura moçambicana. pag 51-52.
[334] Revista Tempo. 06 de novembro de 1983. Semana de Moçambique em Portugal: Lisboa viu e saboreou cultura moçambicana. pag 54-56.

público, incluindo algumas das principais figuras políticas, no maior estádio da capital por duas vezes.

Na opinião do diplomata Nunes de Carvalho, este acontecimento constituiu um êxito não somente no plano desportivo assim como foi tomado sob o aspeto de "operação de relações publicas", no contexto dos esforços para provocar o degelo das relações entre os dois Estados.

O diplomata português ofereceu uma receção à comitiva do Belenenses, tendo convidado para além destes, os Membros do Comité Olímpico de Moçambique, Dirigentes e Jornalistas desportivos locais. Por sua vez, o anfitrião também ofereceu uma receção à representação desportiva portuguesa.

Pelo discurso proferido naquela ocasião pelo Senhor Moiane, Governador da Província de Maputo, fez-se transparecer o interesse pelo lado moçambicano de não somente intensificar o intercâmbio entre Portugal e Moçambique no domínio desportivo, assim como, de um modo geral, o reforço da cooperação entre os dois países em todos os domínios.[335]

3.3.9.Sucessivas visitas do Presidente Samora ao pavilhão português na FACIM

A consubstanciar a onda de alívio de tensões nas relações entre estes Estados, uma breve reportagem publicada no "Notícias" fez saber que o Presidente Machel, durante a visita ao pavilhão de Portugal da FACIM na edição de 1978, ao dialogar com os representantes diplomáticos, "realçou a questão da aceleração do processo de cooperação económica entre Moçambique e Portugal e o reforço da amizade entre os dois povos".[336]

Estava evidente que se vivia um ambiente pouco confortável na interação entre os dois Estados. Todavia, perante esta situação o Presidente Machel, visitando o pavilhão de Portugal na FACIM, em agosto de 1979, delongou-se em explanar a pertinência de manter boas as relações económicas mesmo em ambientes de diplomacia pouco favoráveis.

> (…) o Presidente exortou aos expositores portugueses a continuarem a trabalhar no sentido de devolverem intercambio comercial e cooperação económica entre os dois países independentemente dos problemas porventura existentes a nível político e diplomático, comentando a propósito 'Portugal e Moçambique se comportam como dois namorados que têm de vez enquanto os seus amuos'. (…) mal iria o mundo se o comércio internacional só se efetuasse entre países da mesma linha política e lembrando (numa clara alusão à África do Sul) que

[335] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 110. Desporto como vetor de degelo das relações entre Portugal e Moçambique. 11 de abril de 1980.
[336] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 752. Visita de Machel ao pavilhão de Portugal na FACIM. 11 de setembro de 1978.

> Moçambique mantinha excelentes relações no campo económico com certos países africanos vizinhos com os quais nem sequer tinha relações diplomáticas.[337]

3.3.10. Felicitações ao Presidente da República Português por ocasião do Dia de Portugal

Mais um sinal de que as relações entre Moçambique e Portugal tendiam a estabilizar-se foram as felicitações do Presidente Machel endereçadas ao Presidente da República Portuguesa por ocasião do 10 de junho:

> "Na comemoração do dia nacional de Portugal venho em nome do Povo e do Governo da República Popular de Moçambique, felicitar Vossa Excelência e, por seu intermedio, ao Povo e Governo da República Portuguesa. Aproveito o ensejo para reiterar o nosso desejo de promover entre os nossos países o desenvolvimento das melhores relações de cooperação e amizade, em beneficio dos nossos dois Povos.
>
> A Vossa Excelência dirigimos os nossos votos de boa saúde e longa vida. Alta consideração
>
> Samora Moisés Machel
>
> Presidente da República Popular de Moçambique."[338]

3.3.11. Acordo Financeiro e o Protocolo de Cooperação Técnica

No dia 1 de novembro de 1980 foram assinados um Acordo de Financiamento da exportação de bens e serviços de origem portuguesa para Moçambique e um Protocolo de Cooperação Técnica entre os bancos centrais dos dois países.

Naquele dia, na receção da Delegação do Banco de Portugal que se encontrava em Maputo para negociar com o Banco de Moçambique o Acordo Financeiro e o Protocolo de Cooperação Técnica, ao contrário do que era costume, "oradores moccambicanos terem vaarias vezes brindado expressamente ao 'Governo Portuguees'."[339]

Naquela ocasião, segundo Rui Vilar, Portugal ofereceu a Moçambique um crédito de cem milhões de dólares dos quais trinta milhões para o fornecimento de bens de consumo intermédios e os restantes 70 para bens de equipamento e serviços. Continuando, o "Diário de Notícias" refere ainda que "(…) No âmbito do acordo estabelecido com o Banco de Moçambique ficou definido que o Banco de Portugal apoiaria a concessão de

---

[337] Naquela ocasião, o diplomata Nunes de carvalho relata ter ficado com a impressão de que o "(…) o Presidente quis manifestamente aproveitar a visita ao nosso pavilhão para efetuar exercício de 'public relations' dirigido não só para os expositores presentes mas sobretudo ao novo governo instalado em: Lisboa mão deixando escapar nenhuma oportunidade 'levar a água ao seu moinho'." AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 562. Visita do Presidente Machel ao Pavilhão de Portugal da FACIM. 28 de agosto de 1979. pag 1 e 2.

[338] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 184. Felicitações do Presidente Machel ao seu homólogo português por ocasião do dia de Portugal. 11 de junho de 1980.

[339] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 364. Acordo Financeiro e Protocolo de Cooperação. 01 de novembro de 1980.

créditos à exportação para aquele país."

À luz deste acordo, esperava-se que se viesse a permitir que os bancos portugueses respondessem, mais rapidamente e sem necessidade de consultar o Banco Central, às empresas que quisessem exportar e as condições de crédito que os importadores moçambicanos normalmente requeriam.

Na opinião do vice-governador do Banco de Portugal, o desenvolvimento das relações económicas entre os dois Estados criaria melhores condições para que se resolvessem outros problemas.[340]

Foi esta atmosfera que levou os dois Estados, a 25 de maio de 1981, em Maputo, a celebrar o Acordo de Cooperação Económica.[341]

3.3.12. Assinatura do livro de condolências na sequência da tragédia de Camarate

Aquando da tragédia de Camarate, que vitimou o primeiro-ministro português Francisco Sá Carneiro, o Ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa, outros três passageiros e os dois pilotos do avião, o Presidente Machel dirigiu-se à Embaixada de Portugal, a fim de assinar o livro de condolências. Machel fez-se acompanhar por vários membros do governo, Comissão Permanente da Assembleia Popular e do Estado Maior.[342]

A figura de Sá Carneiro, para Machel, era merecedora de reconhecimento durante todo o processo de reconciliação luso-moçambicano. Aquando da visita de Ramalho Eanes a Moçambique (em novembro de 1981), Machel recorda Sá Carneiro como o primeiro-ministro que tomou a iniciativa de pôr de lado o contencioso económico entre os dois países, tendo aberto assim campo para que se dessem passos fundamentais na consolidação das relações económicas e de cooperação.[343]

3.3.13.Cooperação militar

Em finais de abril de 1982, Moçambique e Portugal assinaram, em Maputo, um Protocolo de Trabalho que previa a cooperação militar entre os dois Estados – uma cooperação que, para além de treino de tática militar, previa questões de formação de quadros de logística

[340] Diário de Notícias. 01 de novembro de 1980. Assinados Acordos de cooperação entre Portugal e Moçambique. pag 1.
[341] Acordo de Cooperação Económica entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique. https://dcjri.ministeriopublico.pt//sites/default/files/documentos/instrumentos/dec62-1982.pdf
[342] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 412. Tragedia de Camarate: Presidente Machel assina livro de condolências. 06 de dezembro de 1980.
[343] Revista Tempo. 20 de junho de 1981. pag 21.

para os sectores da retaguarda. Este instrumento tinha sido previsto aquando da assinatura dos acordos de Lusaka, em setembro de 1974.[344] Sobre o facto de, apenas anos depois, ter sido assinado, Alberto Chipande, explica em entrevista que o fato teve espaço somente naquele momento porque

> "Este foi o momento oportuno. (…) Este Governo português abriu-se com Moçambique. Por isso, não tínhamos nenhuma razão para nos recusarmos a este diálogo. As questões militares, para nós, estão também subordinadas às questões políticas e não quisemos ficar atrás dos acontecimentos. Tínhamos várias questões a resolver a nível militar porque durante o Governo de Transição a parte portuguesa deveria transferir todos os poderes militares que abrangiam vários sectores."[345]

Segundo Chipande, ao cooperar com Portugal, a RPM maximizava tempo aos vários estudos militares até aquele momento feitos. Referiu ainda que o facto de Portugal ser membro da NATO não constituía um condicionalismo à cooperação em questão. Por outras palavras, a RPM, apesar de ser socialista, tinha motivos de sobra para cooperar com Portugal: deixou infraestruturas em Moçambique que serviam fins militares, material de guerra, vários barcos (cerca de 20) no lago Niassa, aparelhagem de comunicação. Aquele material estava a deteriorar-se, às vezes só porque faltava uma pequena peça, que Portugal podia fornecer por vias militares. "Não podemos deixar que isto aconteça, que este equipamento se deteriore, só porque somos um país socialista. Não podemos gastar milhões e milhões de dólares só porque não queremos comprar uma peça a um país que é membro da NATO."[346]

Antes de entramos ao detalhe neste assunto, consideramos pertinente referenciar que em África temos dois modelos no que respeita ao surgimento das Forças Armadas. Por um lado, temos exércitos de estados descolonizados por via pacífica e, por outro, exércitos de países emancipados por via da Luta Armada de Libertação Nacional.[347]

Particularmente, as forças armadas das ex-colónias britânicas, francesas e belgas têm as suas raízes fundamentalmente no período colonial, quando as potências colonizadoras militarizavam as populações africanas para fazer uso como contingentes de tropas nativas, primeiro para as conquistas, depois para as sucessivas confrontações interpotenciais, sendo as mais expressivas as duas guerras mundiais.

A experiência pioneira em África de um exército nascido de uma força

[344] Revista Tempo. 20 de junho de 1981. pag 21.
[345] Revista Tempo. 20 de junho de 1981. pag 21.
[346] Revista Tempo. 20 de junho de 1981. pag 21.
[347] Macaringue, Paulino José. Para a história do surgimento dos exércitos nos actuais estados africanos – Estudo do caso: a edificação das FAM-FPLM (1962-1977). (1997). Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História, da Universidade Eduardo Mondlane. pag. 4-9.

guerrilheira em luta pela independência nacional pertence à Argélia (Frente de Libertação Nacional - FLN). Sucessivamente associaram-se a este grupo as antigas colónias portuguesas, mais especificamente Angola e Moçambique. Nestes Estados, os movimentos de libertação, durante a luta anticolonial, transformam-se em movimentos revolucionários. Foi esta especificidade que determinou que o exército e partido se formassem em conjunto na mesma estrutura de poder.

Apesar de estes dois Estados partilharem esta similaridade, a história conta-nos que o percurso das forças armadas destes Estados não foi linear. Ora, em Angola, logo após o 25 de Abril, vários patriotas que integravam o exército colonial entregaram-se voluntariamente ao MPLA com o seu equipamento. Diferentemente, em Moçambique, embora tenha havido esse desejo por parte de um número significativo de moçambicanos em serviço militar no exército colonial,

> "como resultado de diversos factores que envolveram o próprio processo de descolonização, o movimento de libertação defendeu uma total ruptura com a potência colonial em matéria de defesa e segurança, rejeitou qualquer utilização dos nativos do exército colonial na altura da descolonização, criando assim uma entidade militar própria, aparentemente sem quaisquer vínculos com a antiga metrópole. (…) Acreditou-se que, desta forma, qualquer tentativa neocolonial se veria impossibilitada de contar com eventual apoio da parte militar, nas condições do período pós independência."[348]

Macaringue (1997:11) encontra justificação para esta postura na essência do conceito de defesa nacional advogado naquele período, "(…) que se resumia em fazer coincidir a defesa nacional com a defesa militar, em que as ameaças à soberania e independência eram encontradas nos campos interno e externo."[349]

Ora, a pertinência de cooperação militar defendida por Chipande tinha sido tomada como fato impossível pelo presidente Samora Machel em anos anteriores. Este último dirigente, em entrevista ao jornal governamental tanzaniano "Daily News", defendeu que, uma vez que Lisboa fazia parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte, e a FRELIMO (como único representante legítimo do Povo Moçambicano) tinha-se já pronunciado no sentido de que manteria uma orientação internacional de não-alinhamento – "Moçambique não manterá quaisquer laços militares com Portugal".

[348] Macaringue, Paulino José. 1997. pag 10-11.

[349] Há estudiosos que advogam que o facto de em Angola, homens do exército colonial português terem integrado as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) influenciou positivamente na performance militar e em todo o processo de edificação das FAPLA. Há outros ainda que ousam supor que, se em Moçambique as autoridades tivessem tomado a mesma postura os resultados podiam ter sido positivos. Ora, nada nos garante que teríamos resultados positivos, se tivessem as autoridades moçambicanas agido de forma diferente, uma vez que mesmo no caso angolano, a dado momento teve que se gerir contratempos advindos – uma postura diferente obviamente que garantiria resultados diferentes positivos ou negativos.

Ainda naquela ocasião, o Presidente da FRELIMO tinha dado a conhecer que "o problema dos laços militares entre Portugal e Moçambique não tinha sido abordado durante as conversações mantidas em Dar-es-Salaam entre os dirigentes da FRELIMO e o major Ernesto Melo Antunes, Ministro dos Negócios Estrangeiros português. O prévio pronunciamento foi dado quando Melo Antunes se encontrava em visita a Luanda, Lourenço Marques e Dar-es-Salaam.[350]

O Jornal "Notícias" de 28 de abril de 1975, a secundar a posição de não-alinhamento do governo lusitano, faz menção das palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, major Melo Antunes em entrevista ao periódico francês "Nouvel Observateur": "Portugal deve manter-se independente no que respeita às superpotências e desenvolver relações com os países do Terceiro Mundo".[351]

Para Portugal, pela posição que ocupava, o mais sensato era que cingisse as suas ações apenas em correspondência das solicitações de contacto de Moçambique.

Indo mesmo ao encontro desta ordem de pensamento, de acordo com o Comandante Mário Aguiar, numa exposição feita aquando da reunião da Comissão Nacional de Descolonização, até finais de maio de 1975 estava em curso a entrega do controle militar à FRELIMO, com a consequente retração do dispositivo militar português. Até aquela altura, o controle militar vinha sendo efetivo com registo esporádico de um e outro incidente que rapidamente eram sanados pelo Alto-Comissário. Importa ressaltar que, na maior parte das vezes, recebiam informação antes mesmo da FRELIMO, pois ainda funcionava a rede de informação militar.[352]

Naquela reunião, em linhas gerais, ficou expresso que a cooperação militar traduzir-se-ia na manutenção em Moçambique de especialistas dos três ramos das F.A.P. (Forças Armadas Portuguesas), visando fundamentalmente: manter determinadas estruturas em funcionamento, assegurar os transportes aéreos (posteriormente ia se discutir sobre qual material que ficava) e, por fim, comunicações e funções de treino e instrução.[353]

Temos a referir ainda que, no âmbito militar, Portugal sempre teve interesse de cooperar com Moçambique. Este interesse de cooperação fazia-se sentir não somente a nível das autoridades - muitos militares portugueses manifestaram vontade de permanecer

[350] Jornal Notícias. 04 de abril de 1975. As relações militares Moçambique-Portugal após 25 de junho. pag 1.
[351] Jornal Notícias. 28 de abril de 1975. Portugal reafirma não-alinhamento pag 1 e 5.
[352] Acta da reunião da Comissão Nacional de Descolonização. 20 de maio de 1975. pag 2.
[353] Acta da reunião da Comissão Nacional de Descolonização. 20 de maio de 1975. pag 7.

em Moçambique no período posterior à declaração da independência.[354]

Ademais, Portugal não deixou passar despercebido movimento algum que estivesse ligado aos contactos que o governo moçambicano mantinha com qualquer outro potencial cooperante. É mesmo neste âmbito que foi notada a entrada, pelo Porto de Maputo, de um navio de desembarque da Marinha de Guerra Soviética com o número 551. Na altura, tratava-se de uma das mais modernas unidades daquele tipo da marinha russa e devia pertencer à classe "Ropucha". Esta dispunha de instalações de transporte e desembarque de uma força de blindados e de fuzileiros navais de efetivo semelhante a uma companhia.[355] Importa salientar que estas ofertas têm enquadramento no Acordo de Cooperação Militar que Moçambique tinha com a União Soviética.[356]

Numa outra ocasião, a 05 de setembro de 1977, em correspondência para Lisboa, o diplomata português notificou o desembarque de seis tanques ligeiros que

> "(…) seguindo do Porto ao longo da Avenida da Marginal se recolheram finalmente na zona militar. Ao contraario do que aconteceu em ocasiaao semelhante anterior, o traansito naao foi desviado e os tanques, de modelo soviaatico, foram vistos por um grande nuumero de pessoas. (…). Interrogado esta manhaa por outros diplomatas, o encarregado de negoocios da URSS afirmou completa ignoraancia sobre o assunto."[357]

De uma ou de outra forma, temos evidências de como os dois Estados mantiveram relações no âmbito militar. A título de exemplo, em outubro de 1977, o diplomata Vaz Pereira comunicou ao MNE de Portugal que o Ministério da Defesa da República Popular de Moçambique tinha feito saber que aceitaria a oferta para frequência do curso técnico de hidrografia em Portugal, e para tal tinha já identificados dois candidatos.[358]

Até dezembro de 1977 não se tinha ainda feito a reconversão do exército de libertação para exército nacional, dispondo Moçambique apenas de forças armadas de terra, cuja distribuição pelo território visava dois objetivos principais: assegurar a ordem interna e defender o território do inimigo externo. O mesmo exército, de diversas formas prestou o seu apoio aos nacionalistas do Zimbabwe na sua luta de libertação nacional – as ações do exército moçambicano não se limitaram à receção de apoio.

Para se ter uma aproximação maior à realidade que procuramos retratar, note-se que foi em dezembro de 1981 que foram lançados para o exército os primeiros oficiais

---

[354] Acta da reunião da Comissão Nacional de Descolonização. 20 de maio de 1975. pag 7.
[355] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 255-256. Cooperação Moçambique-Portugal / Cooperação militar Moçambique-URSS – receção de equipamento militar. 29 de abril de 1977.
[356] Abrahamsson e Nilsson (1994: 82).
[357] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 644. Cooperação militar Moçambique-URSS – mais equipamento militar. 05 de setembro de 1977.
[358] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 720. Cooperação militar Moçambique-Portugal. 10 de outubro de 1977.

formados em Nampula. "A Escola Militar de Nampula a apresentar os primeiros oficiais formados inteiramente no nosso país, demostrou o crescimento das Forças Armadas de Moçambique (FPLM) e as perspetivas que o futuro oferece na formação dos nossos quadros militares."[359]

O auxílio militar que Moçambique ia recebendo de países amigos e aliados concretizou-se em apoio técnico e militar. Exceptuando o efetivo auxílio prestado por países vizinhos e ou outros, e do que a União Soviética esteve em condições de prestar, aguardava-se a concretização do auxílio da China para a criação das forças aérea e naval.[360]

Um dos momentos marcantes na cooperação militar entre Portugal e Moçambique foi em 1978, aquando da oferta de material de embarcação – primeiro, dez barcos, posteriormente, mais cinquenta com os respetivos tripulantes.

Na altura, o Ministro Marcelino dos Santos instruiu para que se transmitisse a Lisboa os melhores agradecimentos de Moçambique pelo donativo que se mostrou extraordinariamente útil durante as inundações. Mais ainda, o Ministro fez maiores elogios à qualidade dos barcos, revelando o interesse de Moçambique em dispor de mais alguns, e que poderiam estar interessados em comprar.

A oferta em alusão, aliada ao registo de contínua redução das águas, conferia maior segurança para as pessoas e, naquele momento, a preocupação estava mais voltada para a saúde e para as culturas perdidas associada à grande falta de sementes.

O diplomata Vaz Pereira, a partir da comunicação do Ministro, subentendeu que o mesmo "estaria a sugerir ofertas de alimentação (especialmente conservas e produtos para crianças) roupas ou tecidos, medicamentos e sementes".[361]

Num encontro havido entre o Vice-Ministro da Defesa, Senhor Armando Guebuza, e o diplomata português, o Governo moçambicano reiterou o seu interesse em ter um Adido Militar[362] nomeado com a máxima brevidade. Naquele encontro com o diplomata português, Armando Guebuza adiantou que a nomeação do Adido Militar permitiria a prospeção de áreas concretas de cooperação, quer fornecimento de materiais, bem como a formação (capacitação) de pessoal.

---

[359] Revista Tempo. 10 de janeiro de 1981. pag 5.

[360] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 14.

[361] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 331. Cooperação militar: Portugal oferece material de embarcação. 05 de abril de 1978.

[362] Oficial das Forças Armadas acreditado junto de uma representação diplomática com a finalidade de trabalhar em estreita ligação com as autoridades locais, permutando informação específica de natureza militar. (Manual de Procedimentos Sobre a Aplicação das Normas do Protocolo do Estado, 2007: 26).

Ademais, Guebuza mostrou ainda curiosidade sobre a estrutura, naquela altura, das Forças Armadas Portuguesas. Esta informação mostrava-se bastante útil, uma vez que o seu domínio poderia permitir, por parte das autoridades militares moçambicanas, a avaliação do tipo de apoio que poderiam procurar/encontrar na cooperação com Portugal.[363]

O diplomata Felipe da Costa Aires comunicou que através da da lei 4/78, de 23 de março, foi criado e instituído, em Moçambique, o serviço militar obrigatório para defesa e consolidação da independência, da integridade territorial de Moçambique e da soberania da nação. Até aquela altura, toda a defesa política-militar vinha sendo atribuída às FPLM. De facto,

> "o alargamento das tarefas que cabiam às FPLM teria justificado a promulgação da nova lei, obrigando a comparticipação de todos os cidadãos, e não somente de alguns, na realização e prossecução dum fim tido como sagrado e no cumprimento de um dever de honra de todos os moçambicanos (…)."[364]

O recenseamento decorreu entre 01 de maio e 31 de julho de 1978.

Até 25 de julho de 1978 as FPLM podiam ser retratadas da seguinte forma: "resumem-se efetivamente ao Exército de Terra; o Exército ainda constituído essencialmente por elementos que participaram no serviço guerrilha anticolonial, a que isso tem vindo a acrescentar novos testamentos em regime de voluntariado; o comandante-chefe das FPLM é o Presidente da República Popular de Moçambique e da Frelimo, Samora Moisés Machel; a atividade das FPLM é normalmente restringida a funções de defesa nacional, só surgindo nos centros urbanos para a manutenção da ordem pública em momentos considerados críticos. Esta é normalmente assegurada pelo CPM, SNASP (Serviço Nacional de Segurança Popular)[365] e PIC; a guarda presidencial é ainda composta, na sua maioria, por elementos de origem tanzaniana processo que originariamente, acompanharam Samora Machel na sua deslocação para Lourenço Marques, antes da proclamação da Independência. Encontravam-se igualmente unidades tanzanianas estacionadas junto da fronteira de Moçambique com a Rodésia e ainda noutras áreas fronteiriças do noroeste do país."

O Acordo de Lusaka era bastante omisso quanto ao futuro de Moçambique em

[363] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 429. Sobre o adido militar português em Maputo. 20 de julho de 1981.
[364] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Maputo – Lisboa: Ponto de situação do processo de recenseamento militar após a instituição de lei do serviço militar obrigatório (Lei 4/78, Dia 23 de março). 27 de junho de 1978.
[365] O SNASP foi um serviço paramilitar e de inteligência do governo de Moçambique, desde a independência em 1975, até 1991, quando foi substituído pelo Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE).

matéria de defesa nacional. A defesa tinha sido encarregue a uma comissão militar mista, a quem cabia a segurança e supervisão das operações de cessar-fogo. De forma mais explicita, Macaringue (1997) elucida que, de acordo com Chipande, em Lusaka tinham sido propostos dois acordos, um secreto que continha "o destino a dar" aos moçambicanos no exército português, e o outro geral, que foi tornado público.

No documento omisso, os portugueses advogavam, sob a alegação de serem formados e serem moçambicanos, a integração nas FPLM de todos os moçambicanos existentes nas várias áreas das forças armadas portuguesas. No acordo secreto estava prevista uma série de ações de cooperação intergovernamental que um período de relações menos amenas, frias e de distanciação entre Portugal e Moçambique impediu que fossem cumpridas.[366] Ou por outra, a FRELIMO, em defesa de que esses elementos eram parte da máquina de dominação, refutou a sua integração – optou-se pela desmobilização e reintegração na vida civil.[367]

De forma resumida, o cenário que caracterizou a criação das FAM-FPLM pode ser assim descrito: grande tensão nacional, pressão militar resultante das agressões rodesianas e confrontação ideológica influenciada pelo diferendo sino-soviético.[368]

Após a assinatura do Protocolo de Trabalho, Alberto Chipande recebeu convite do seu homólogo português para se deslocar a Portugal a fim de tratar assuntos da cooperação militar, questões de defesa. Na opinião de Chipande:

> "Penso que é justo eu ir: vivemos a situação dos bandidos armados que também afecta Portugal, porque a maioria dos nossos cooperantes são portugueses, havendo também emigrantes que estão aqui desde o tempo colonial e que optaram por viver em Moçambique. Estas pessoas, juntamente com os cooperantes, são alvo das agressões que nos atingem. Por isso, é natural que Portugal se preocupe com a ameaça que pesa sobre os seus cidadãos."[369]

Ainda naquela entrevista, o Ministro da Defesa da RPM confirmou que, durante a visita oficial do Presidente Ramalho Eanes a Moçambique, foram abordados entre os dois Estados, pela primeira vez desde a Independência, assuntos relacionados com a defesa, bem como com a segurança dos cooperantes portugueses que se encontravam em Moçambique. Acrescentou ainda que a este respeito, o General Eanes respondera com o fornecimento de material de guerra e uniformes para os soldados moçambicanos:

> "(…)Já recebemos o barco com este material e o nosso povo não pode recusar esta oferta só porque veio de Portugal. São armas que vão defender os moçambicanos,

[366] Revista Tempo. 21 de junho de 1981. pag 21.
[367] Macaringue, Paulino José. 1997. pag 69.
[368] Macaringue, Paulino José. 1997. pag 83.
[369] Revista Tempo. 21 de junho de 1981. pag 22.

armas que vão defender todos os cooperantes, de países socialistas e capitalistas, que trabalham em Moçambique."[370]

3.4.Nota conclusiva do capítulo

Segundo Faria, a solução do contencioso entre Portugal e Moçambique dependia da fixação da ordem dos interesses gerais de cada um dos países. Ademais, a maior dificuldade na solução dos problemas tinha raiz, sobretudo, na falta de contato entre os responsáveis de ambos os países e da exiguidade de meios por parte das autoridades moçambicanas. Podemos apontar ainda a deficiente informação - derivada da carência de informação ou por errada interpretação dos fenómenos.

Em correspondência ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, o diplomata português assume ter faltado, do lado lusitano, compreensão de dois fatos muito importantes e simultâneos ocorridos em Moçambique: a acesso à Independência e a marcha da revolução marxista-leninista.

Ao longo do período decorrido, houve dois momentos de tensão entre as relações entre Portugal e Moçambique: em novembro de 1975, por ocasião da independência de Angola e por motivo da posição tomada por Portugal; e em março de 1976, por ocasião da presença em Maputo e atuação da missão portuguesa chefiada pelo então Secretário de Estado da Cooperação, em momento particularmente difícil para a vida da comunidade portuguesa em Moçambique.

> "Ao fim deste ano de 1976, pode constatar-se um certo impasse no plano Geral das relações entre os 2 países, (…), e ainda em muitos setores diversificados em que se situam essas relações. (…) No entanto, regista-se algum progresso, comparativamente a outros momentos dos 18 meses de relações diplomáticas entre os 2 países, quer considerando globalmente as relações, quer considerando setor por setor."[371]

Segundo relatório enviado pelo Embaixador de Portugal em Tóquio, a 05 de julho de 1978, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros: "corre ceelere em Lisboa a opiniaao de que haveraa em breve uma confereencia com o Presidente moccambicano Machel para fortalecimento dos laccos de cooperaccaao". Esta conferência encontra espaço para destaque em Portugal porque dominava a opinião pública a ideia que as relações entre os dois países não andavam bem devido à atitude de Moçambique – "acelerou o estreitamento de relações com os países socialistas, nomeadamente a União Soviética e

[370] Revista Tempo. 21 de junho de 1981. pag 22.
[371] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Maputo – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 3.

Cuba".[372]

Embora se tenham registado momentos de tensão nas relações diplomáticas entre Portugal e Moçambique constatou-se a manutenção e não rutura de relações. Mais concretamente, no que respeita a Embaixada, houve sobretudo a preocupação de manter a presença oficial portuguesa com continuidade, em atuação constante, apesar da permanente preocupação para uma atuação futura em melhores condições de eficácia.

Como forma de superar a tensão que pairava nas relações entre a RPM e a República Portuguesa, adiantou-se uma estratégia que previa: manter afastada a ideia de considerar como fundamental para a solução dos assuntos múltiplos a definição formal de uma política de relação, feita por ambos os Estados; marcar objetivos diversificados, embora não compatíveis, das relações luso moçambicanas; estabelecer programas de ação correspondentes aos objetivos traçados; intensificar os contactos a todos os níveis (ministros, presidentes, e se possível, altos dirigentes); inventariação dos interesses portugueses em Moçambique.[373]

A estratégia previa também uma dinamização dos acordos, ou seja, os acordos deviam sofrer uma dinâmica própria – torná-los ativos e promotores de outros novos acordos. Isto é, urgia a necessidade de velar pelo cumprimento exato do estipulado nos acordos e por um apoio à atividade dos cooperantes. Assim a título de exemplo parecia mais urgente, para o acordo de Lusaka: estudar todas as suas implicações, naquela atualidade; no geral de cooperação: promover a sua ratificação e proceder à troca dos instrumentos de ratificação; no de transporte aéreo: promover a sua ratificação, bem como proceder à troca dos instrumentos de ratificação; de cooperação no setor elétrico: assentar com Moçambique no texto definido.

[372] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal: encontro entre Presidente Eanes e Samora Machel na Zâmbia. Maputo – Lisboa. 05 de julho de 1978.

[373] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Maputo – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 33.

CAPÍTULO IV – FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-MOÇAMBICANAS

4.1.Nota introdutória

Neste capítulo reportamos as deslocações entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique de personalidades de destaque no cenário político-diplomático no período em estudo.

4.2.O prelúdio das visitas

Até maio de 1981, devido a contenciosos de difícil tratamento que impediam a fluidez do diálogo através das estruturas governativas, as relações de cooperação técnico-económicas luso-moçambicanas desenvolviam-se num quadro de iniciativas privadas, com carácter pontual.

Entre esses contactos situam-se a deslocação da missão portuguesa a Maputo, em março de 1976, e o encontro de Roma entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Moçambique. A deslocação da delegação portuguesa a Maputo não chegou a ser devidamente preparada, tudo foi feito contra o parecer da Embaixada e sem se considerar as opiniões de outros responsáveis que sequer chegaram a ser consultados. Posteriormente, o encontro de Roma veio a confirmar a existência de problemas no funcionamento dos órgãos do Ministério do lado português – conforme chegou a ser de domínio público, tudo ficou no segredo dos intervenientes: desde a forma como decorreu a reunião, os temas abordados, inclusive as conclusões obtidas.[374]

A distinção dos aspetos contenciosos das ações de cooperação, conforme carta do Governo português ao Presidente Samora Machel, abriu espaço para que as relações entre os dois Estados, na área técnico-económica, viessem a poder desenvolver-se com normalidade.

Na sequência, com a viagem do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa a Maputo, retoma-se a cooperação efetiva entre Portugal e Moçambique. De forma sectorial, são estabelecidos projetos e ações prioritárias a desenvolver como resultado da análise efetuada de capacidades detidas e necessidades apontadas pelas duas partes.

[374] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. Pag 5.

Todavia, temos a referir que, antes mesmo da visita do Secretário de Estado, Rezola (2013) faz menção de que, em finais de 1978, foi levantada a possibilidade de Melo Antunes realizar uma missão em África como enviado especial do Presidente da República, Ramalho Eanes. Formalmente, a 14 de março de 1979, Eanes revela a intenção de destacar Melo Antunes para uma missão presidencial em África. Missão esta que se concretizou no dia 21 de março de 1979. Melo Antunes foi recebido em Maputo por Samora Machel. Durante a sua permanência em Maputo, o enviado de Eanes estabeleceu conversações com membros do executivo, ministro do Plano, Marcelino dos Santos, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano. (627-628)

Com a viagem, o enviado declarou "pretender-se `encontrar um caminho mais seguro para as relações bilaterais´, dado existir `um espaço comum de entendimento que pode e deve ser preenchido´". Acrescentou ainda sobre

> "o alcance da visita: `uma missão relacionada com aspetos da política externa portuguesa na África Austral´, `uma missão de informação por um lado e de recolha de elementos que habilitassem Portugal a ter uma maior soma de informações e um maior conhecimento mais exacto, por outro, de forma a desenvolver coerentemente a sua política externa naquela área´".[375]

Por parte do Governo português, a deslocação de Antunes foi alvo de alguma polémica por a escolha do representante não ter sido consensual – devido à oposição do Governo português. Todavia, achamos um marco não merecedor de referência detalhada pois assumimos que nos objetivos estavam plasmados os interesses a que foram posteriormente dado seguimento – a deslocação de Melo Antunes foi o prelúdio das deslocações que marcaram os tempos posteriores.

Das várias deslocações ocorridas destacaremos as seguintes:

- Joaquim Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano a Portugal (março 1981);

- Leonardo Martins, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português a Moçambique (maio 1981);

- Ramalho Eanes, Presidente da República Portuguesa a Moçambique (novembro 1981);

- Francisco Pinto Balsemão, Primeiro-ministro português a Moçambique (junho 1982);

- Samora Machel, Presidente da República Popular de Moçambique a Portugal (outubro 1983).

[375] Rezola, Maria Inácia (2013), *Melo Antunes: uma biografia política. 2ª ed.* Lisboa: Âncora. p. 629

Não vai, de forma alguma, passar despercebida a relevância, para a consolidação das relações entre Portugal e Moçambique, a visita oficial do Presidente da República Portuguesa à República Popular de Moçambique, bem como a visita oficial do Presidente da República Popular de Moçambique à República Portuguesa.

4.3. Visita de Joaquim Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Lisboa (22-29 de março 1981)

Tanto a imprensa local assim como as correspondências diplomáticas dão a perceber que a viagem de Chissano a Portugal foi preparada com alguma antecedência e com a devida atenção para que se cumprisse o programado. Uma das evidencias dos preparativos: em correspondência para Lisboa, Nunes Barata dá a conhecer os objetivos da visita anunciados pelo Ministro "clarificaccaao relaccooes bilaterais com vista avaliaccaao possibilidades cooperaccaao futura, caracterizou visita como sendo essencialmente poliitica (…)."[376]

Ainda sobre os preparativos da viagem do Ministro Chissano às terras lusitanas, o Diretor de Europa do Ministério dos Negócios Estrangeiros contactou a Embaixada de Portugal em Maputo com o intuito de comunicar que no decurso da sua visita, o Ministro referido gostaria que lhe fossem proporcionados contactos de cortesia com: o Conselheiro da Revolução Melo Antunes, Victor Crespo e Franco Charais, o General Sousa Menezes e o Engenheiro Joaquim Laginha Serafim (Coba).

Chissano manifestara interesse também em encontrar-se com os líderes partidários da oposição Drs. Álvaro Cunhal e Mário Soares e Dirigente do MDP/CDE. Em relação aos partidos do Governo, explicou que entraria em contacto com as personalidades que lhe seriam indicadas, porém adiantou nomes de algumas personalidades - Drs. Freitas do Amaral e Sá Machado. Ainda na onda de contactos com personalidades, expressou que apreciaria manter encontro com os diplomatas dos seguintes países amigos: Angola, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Durante a sua estadia em Lisboa, o Ministro Chissano tinha ainda a intenção de visitar as instalações da Embaixada de Moçambique e chegou a sugerir a visita ao Museu da Junta Geral do Ultramar e Estaleiros Navais.[377]

---

[376] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 176. Conferência de Imprensa do Ministro Joaquim Chissano antes de partir para Lisboa. 22 de março de 1981.
[377] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 162. Preparação da viagem de Joaquim Chissano à Lisboa. 18 de março de 1981

Momentos antes da sua partida, Joaquim Chissano deu uma conferência de imprensa no Aeroporto. No local encontravam-se, para a despedida, para além da delegação da Embaixada de Portugal, representantes das Embaixadas dos países da Europa do Leste, Cuba, Vietnam e Coreia.

Durante aquele ato de despedida, a imprensa procurou saber sobre o eventual convite ao Presidente Ramalho Eanes para visitar Moçambique. Àquela questão, Joaquim Chissano respondeu da seguinte forma: "Quem convida Presidentes saao Presidentes".

Esta questão da formulação do convite ao Presidente Ramalho Eanes soou também na imprensa portuguesa, onde segundo o quotidiano português "Diário de Notícias", o diplomata moçambicano "era portador de uma mensagem do Presidente da RPM, Samora Machel, para o Presidente da República Portuguesa, Ramalho Eanes, na qual seria formulado o convite para deslocar-se oficialmente a Moçambique".[378]

Ainda no aeroporto, Barata fez menção de Joaquim Chissano ter comentado sobre o programa de visita e, já na iminência de embarcar, ter afirmado admitir a possibilidade de eliminar as visitas a complexos industriais uma vez que o sobrecarregariam. Ademais, para além dos encontros preanunciados, o diplomata moçambicano adiantou ainda que pretendia visitar o General Sousa Menezes no seu local de trabalho diferentemente de recebê-lo no hotel.[379]

Segundo o "Diário de Notícias", o Ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros iniciou no dia 23 de março uma visita oficial a Portugal com duração de dois dias. Chissano foi recebido pelo seu homólogo português, André Gonçalves Pereira.[385]

O Jornal "Notícias" na sua edição de 24 de março de 1981, referiu-se ao início de conversações entre Lisboa e Maputo e, sublinhou o facto de o Ministro Chissano ter sido o primeiro membro do Comité Político Permanente a estabelecer conversações com o Governo português no período pós-independência.

Ora, o fato de os anteriores governos portugueses terem sido tomados como instáveis, veio a ser apontado como tendo sido uma das causas de que os contactos esporádicos havidos não tivessem assumido um carácter oficial.

> "Inúmeras foram as deslocações de grupos, com carácter mais ou menos oficial, que de um para outro dos 2 países foram estabelecer um contato direto para a análise de problemas setoriais. Há que se fazer menção também das deslocações de elementos isolados que, como mensageiros de alguns dos representantes de cada um dos 2 países se encontraram com altas autoridades e colheram

[378] Diário de Notícias. 24 de março de 1981. Chissano em Lisboa provável convite a Eanes para visitar Moçambique. Pag 1.
[379] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 176. Conferência de Imprensa do Ministro Joaquim Chissano antes de partir para Lisboa. 22 de março de 1981.

impressões gerais da situação num outro país, enquanto prestavam informações e esclarecimentos sobre a situação no seu próprio país."[380]

Joaquim Chissano considerou que na sua visita a Portugal "há muitos problemas a discutir com as autoridades portuguesas" mais especificamente, cooperação bilateral e situação na África Austral.[381]

A secundar, o diplomata Barata fez saber que o Governo português daquela época manifestou interesse em estabelecer "relaccooes saas, tendo o primeiro-ministro afirmando… que naao haa contencioso entre Moccambique e Portugal" – o tema dominante das conversações foi a intensificação das relações bilaterais.

O diplomata português sublinhou ainda que o quotidiano fez menção a um programa televisivo, transmitido por aqueles dias, alusivo aos cinco anos de independência de Moçambique e que a seu ver tinha a classificação de "positivo e imparcial, em relaccaao a Portugal".[382]

Um fato que não passou despercebido foi que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique prolongou por mais meio-dia a sua permanência em Lisboa, por forma a assegurar-se de que o "Executivo a que pertence resolvia um problema surgido com as autoridades de Lisboa por causa da prisão de cidadãos portugueses".

Acontece que Chissano expusera ao Primeiro-ministro, Francisco Pinto Balsemão, que o Governo moçambicano tinha acabado de libertar três portugueses detidos em Maputo. Contrariamente, o Governo português veio a saber que tal libertação não se tinha processado. Perante esta situação, Chissano decidiu não abandonar Lisboa sem que tivesse a confirmação de que Maputo já teria agido em conformidade.[383]

Aquela atitude de Chissano permitiu a conclusão, em termos positivos, da deslocação a Lisboa – foi tomado como sinal de demostração de cordialidade entre o dirigente moçambicano e os responsáveis governamentais portugueses.

Em entrevista no aeroporto, aquando do seu regresso da visita, Joaquim Chissano pronunciou-se em repúdio à ideia de que a cooperação era uma continuação obrigatória das relações que predominaram no tempo colonial. Ora, "a cooperaccaao tem objectivos

[380] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 6.
[381] Diário de Notícias. 24 de março de 1981. Chissano em Lisboa provável convite a Eanes para visitar Moçambique. pag 1.
[382] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 180. Resenha de imprensa da visita de Chissano a Lisboa. 24 de março de 1981.
[383] Expresso. 28 de março de 1981. Chissano prolongou estada por causa de presos portugueses no Maputo. pag 1.

mais nobres e bases mais saas do que simples coicideencias históricas: Portugal e Moccambique saao Estados soberanos mesmo pee igualdade e cooperação ee relaccaao de interesse reciiproco. (…) Haa que promover um maior conhecimento muutuo".

Com relação a um questionamento sobre possíveis obstáculos a um pleno entendimento luso-moçambicano, o Ministro retorquiu não ter conhecimento de nenhum. Porém, Chissano fez menção de ter conhecimento da existência, em Portugal, de elementos que hostilizavam Moçambique e deste grupo não somente portugueses faziam parte como também "'traidores da nossa racca' que, se lhes fosse dada oportunidade, poderiam vir a ser os tais obstáculos. 'Naao creio, poreem que o governo portuguess queira desviar-se do rumo natural da histooria."

Ainda naquela ocasião, Nunes Barata aproveitou a oportunidade para fazer chegar ao seu ministro em Lisboa a satisfação do lado português, pela forma como decorrera a visita a Lisboa e, acima de tudo pela libertação de cidadãos portugueses que ainda se encontravam presos.

Naquela altura eram apontados como sectores prováveis de cooperação entre os dois países a agricultura, turismo, saúde e educação.[384]

Nunes Barata, por correspondência diplomática, fez chegar a Lisboa os ecos da deslocação do Ministro Chissano à capital portuguesa com recurso a uma crónica da autoria de Albino Magaia, por sinal enviado especial da informação moçambicana, publicada no jornal "Notícias" de 26 de março de 1981, para fazer menção de que o "Presidente Eanes teria aceite convite para visitar este paiis, constante de mensagem de Presidente Machel que Ministro lhe teria entregue". Assim se desvelavam os rumores sobre o assunto do convite ao presidente Eanes.

Albino Magaia considerava a visita do Chefe da diplomacia moçambicana a Portugal como tendo sido de extrema utilidade, pois para além de contactos políticos, a visita propiciara encontros com a delegação portuguesa especializada para a identificação de áreas de interesse mútuo e suscetíveis de determinar maior estreitamento das relações. Resumindo, "Chissano deixou em Lisboa `um trabalho positivo… que desbloqueou as relaccooes entre os dois paiises´".[385]

Segundo o "Expresso", a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros a Lisboa sublinhou a vontade política dos dois países em caminharem juntos na cooperação – em

[384] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 201. Declarações de Chissano em conferência de imprensa após regresso de Lisboa. 30 de março de 1981.
[385] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 180. Os preparativos para a viagem de Ramalho Eanes à Moçambique. 24 de março de 1981.

termos oficiais, foi o primeiro grande passo que autenticou o caminho que ia sendo percorrido, "apesar dos inevitáveis incidentes de percurso".[386]

Assim, podemos assumir a visita de Chissano como tendo sido fundamental para a materialização da visita do Presidente da República Portuguesa a Moçambique.

4.4. Visita de Leonardo Martins, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, a Maputo (03/1981)

A deslocação de Leonardo Martins, a nosso ver, aconteceu em resposta à visita de Joaquim Chissano e, simultaneamente, como preparatória para a visita presidencial que já se tinha a aceitação do convite. Temos a frisar que, em relação a esta visita, tivemos pouca informação. Conforme se pode constatar, tivemos dificuldades em encontrar a mesma referenciada tanto na imprensa moçambicana, bem como na portuguesa. Todavia, fazemos fé que o material apresentado (correspondências diplomáticas) relata o essencial desta deslocação.

Durante a sua permanência em Maputo, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros manteve encontros, na manhã do dia 23 de maio de 1981 com os Ministros Chissano, Sérgio Vieira e Graça Machel. Se não vejamos, com o

> "(…) Ministro Chissano abordou principalmente questooes Aafrica Austral, nova posiccaao americana na mateeria e desejo equiliibrio relaccooes externas Moccambique que revelaria independeencia este paiis. Com outros dois Ministros foram tratadas questooes relacionadas cooperaccaao respectivas aareas competência, Economia e Educaccaao."

Ora, o período da tarde tinha sido reservado a uma audiência com o Presidente Machel que, segundo Cutileiro, decorreu de forma muito cordial. Ainda de acordo com o diplomata, os contactos estabelecidos testemunhavam a intenção das autoridades de prestigiar e valorizar a missão governamental portuguesa.[387]

No programa de atividades fazia-se constar a assinatura de um acordo comercial e outro de cooperação no campo da saúde, que se esperava que fossem concluídos naquelas conversações.

A deslocação a Maputo do Secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros ganhou enquadramento na pretensão de estreitamento das relações de cooperação entre Portugal e Moçambique. Leonardo Martins chefiava uma delegação

[386] Expresso. 28 de março de 1981. Visita de Chissano a Lisboa. pag 14.
[387] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 322. Encontro da Delegação Portuguesa (Secretario de Estado) com as mais variadas autoridades moçambicanas. 23 de maio de 1981.

numerosa que tinha a missão de "fazer um inventário das potencialidades de cooperação entre os dois países e estabelecer áreas de prioridade".[388]

Em correspondência, o diplomata fez referência à visita do Secretário de Estado como tendo sido algo marcante para a melhoria das relações entre Portugal e Moçambique a ponto de ditar um novo desenho na preparação das celebrações do 10 de Junho, dia de Portugal.

Assim, dizia:

> "Aleem, recepccaao autoridades moccambicanas, Corpo Diplomaatico, e elementos mais notáveis comunidade portuguesa, conviria dar oportunidade de confraternizaccaao a maior nuumero nossos compatriotas. Circusntaancias poliiticas fazem-nos rejeitar um 'open house'. (…) Mas, por outro lado, parece-me necessaario fazer qualquer coisa, a 10 de Junho, para a generalidade dos portugueses."

O empenho da Embaixada em ter as comemorações de 10 de Junho marcantes para aquele ano era tal que naquela correspondência, Cutileiro deu a conhecer sobre a existência de fundos em moeda local para ocorrer às despesas, solicitando "ser autorizado a movimentar, desses fundos, as quantias necessaarias ao pagamento das mesmas."[389]

4.5. Visita Oficial do Chefe de Estado Português, Ramalho Eanes, a Moçambique (novembro de 1981)

A visita do Chefe de Estado português a Moçambique já ecoava ainda no primeiro semestre do ano de 1981. Lembremo-nos de que fizemos menção a esta visita, com referência aos quotidianos tanto lusitanos assim como aos moçambicanos, aquando da deslocação de Joaquim Chissano a Portugal.

Este exercício teve a sua continuidade, onde o "Diário de Notícias", a 30 de maio publica *"Eanes irá a África este ano".* Assim, o quotidiano anunciava que Ramalho Eanes se deslocaria ainda naquele ano para Angola e Moçambique. O quotidiano ressaltou que a Presidência da República ainda não tinha dado a confirmação do programa de deslocações, todavia tinha a confirmação de que a primeira viagem ocorreria no verão com destino a Zâmbia, Zaire e a República Popular de Angola e que a segunda viagem, provavelmente, teria lugar em outubro para Moçambique, Tanzânia e Quénia.[390]

Ainda o "Diário de Notícias" fez notícia, no dia 24 de novembro de 1981, de que

[388] Diário de Notícias. 25 de maio de 1981. Lisboa e Maputo estreitam cooperação. pag 2.
[389] AHD/MNE. PAA. Telegrama/Aerograma Maputo-Lisboa. Nº 332. Balanço positivo da visita do Secretário de Estado a Moçambique. 28 de maio de 1981.
[390] Diário de Notícias. Eanes irá África este ano. 30 de maio de 1981. pag 2.

o Presidente Eanes efetuaria uma visita a Moçambique antes da sua deslocação à Zâmbia e Tanzânia.[397] Segundo aquele Presidente da República, a cooperação de Portugal com África implicava respeito pelos regimes diferentes e pela soberania dos países, sem quaisquer ingerências.

O "Expresso" fez saber que, tanto por fontes governamentais, assim como por aquelas da Presidência da República, houve um acordo quanto aos objetivos da visita e sobre os integrantes da comitiva. Assim, o semanário "Expresso" desmentia o "Tempo" por afirmar "que o Presidente da República pretendia levar com ele apenas o Ministro dos Negócios Estrangeiros (e que) o Governo exigiu que seguissem também na comitiva, secretários de Estado de áreas em que vão ser assinados acordos ou protocolos…".[391]

Dito isto, o "Expresso" confirma que como convidados especiais do presidente Eanes seguiriam na comitiva: Vasco Graça Moura, Costa Leal, Silva Lopes, Sá Machado, João Botequilha e o tenente-coronel Aventino Teixeira. No final, a viagem fez-se integrando o ministro dos Negócios Estrageiros, André Gonçalves Pereira e cinco Secretários de Estado. Para além destes, o Presidente da República Portuguesa fazia-se acompanhar por um grupo de 30 empresários – estes escolhidos de acordo com o critério de capacidade das respetivas empresas no sentido da penetração no mercado moçambicano, atendendo o perfil tecnológico.[392]

Assim, em resposta ao convite formulado pelo Presidente Samora Machel, o Presidente Ramalho Eanes viaja para Moçambique entre 23 e 28 de novembro de 1981. Segundo o programa traçado, o dia 25 de novembro estava reservado para as conversações oficiais e o dia 26 se previa a deslocação de Eanes ao Songo, onde visitaria a barragem e central hidroelétrica de Cahora Bassa.

Ramalho Eanes foi recebido pelo seu homólogo, com direito a honras militares onde foram entoados os hinos nacionais de Portugal e Moçambique pela banda militar das Forças Armadas moçambicanas com as duas bandeiras a flutuar. A visita previa e cumpriu-se a cerimónia de deposição de coroa de flores no monumento aos heróis moçambicanos.[393]

O momento reservado aos discursos foi marcado pela convergência de linhas de pensamento de ambos os Estadistas quanto ao futuro das relações de amizade e de

[391] Diário de Notícias. 24 de novembro 1981. Eanes parte para Moçambique. pag 1.
[392] Expresso. 21 de novembro de 1981. Visita de Eanes a Moçambique: Perfil tecnológico das empresas foi critério de escolha. pag 1-2.
[393] Expresso 28 de novembro de 1981. Espera-se que Portugal construa em Moçambique 5 mil casas em 4 anos. pag 2.

cooperação entre Portugal e Moçambique. Senão vejamos: segundo Machel, a aproximação "representa aquilo que sempre foram as aspirações dos nossos povos de fortalecerem as suas relações de amizade e de solidariedade". Por sua vez, Eanes iniciou o seu discurso agradecendo a receção calorosa de que tinha sido alvo à chegada e que "representa um Portugal novo, nascido no 25 de Abril".[394]

A construção civil portuguesa foi uma das áreas mais referidas pelos delegados moçambicanos nas conversações com a delegação presidencial portuguesa. Para além deste ponto, outro assunto merecedor de atenção tanto pelo lado moçambicano, assim como pelo lado português, no que tange à cooperação bilateral entre os dois países, são as "limitações financeiras e em certas áreas tecnológicas". Esta situação contribuía, de certo modo, na redução de transações comerciais entre Portugal e Moçambique. [395]

O "Expresso" reportou o momento em que Machel, durante as conversações, fez menção das dificuldades nas relações entre os dois Estados devido às diferenças nos sistemas de poder. Por outras palavras: "Enquanto em Moçambique há a unidade entre Presidente, o Governo e o partido, disse Samora, em Portugal o Governo ataca o Presidente, insulta-se o Governo e membros do Governo".[396]

Ora o pronunciamento do Presidente moçambicano, nos moldes em que foi feito, criou algum desconforto e a dado momento destoou o ambiente. Gonçalves Pereira fez a sua intervenção em resposta, tendo sido o momento serenado pelo presidente Eanes.

Isolando este episódio (a ser tomado como referência na dificuldade de relações entre ambos os Estados), de forma geral, é indubitável que a viagem de Ramalho Eanes a Moçambique assinalou uma nova etapa nas relações luso-moçambicanas.

4.6. Visita Oficial de Francisco Pinto Balsemão, Primeiro-Ministro da República Portuguesa, a Moçambique (junho de 1982)

O Primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão, depois do lançamento da cooperação com o Zimbabwe, tinha programada uma visita de quatro dias à República Popular de Moçambique. Para o decorrer das conversações, estavam previstas decisões nos domínios económico e financeiro. Estava também garantida a assinatura de um acordo de cooperação cultural e, segundo fontes oficiais de Moçambique, Pinto Balsemão e Samora

[394] Diário de Notícias. 24 de novembro 1981. Lisboa e Maputo intensificam cooperação. pag 1.
[395] Expresso. 28 de novembro de 1981. Espera-se que Portugal construa em Moçambique 5 mil casas em 4 anos. pag 2.
[396] Expresso. 28 de novembro 1981. Samora Machel para Eanes: "Nós, presidentes, não falamos linguagem diplomática". pag 2.

Machel teriam à mesa os aspetos financeiros da cooperação militar entre os dois Estados.[397]

O programa de visita do dirigente português previa ainda a assinatura de um acordo de pescas entre Portugal e Moçambique. Este acordo, segundo "Diário de Notícias" já tinha sido negociado com base numa proposta moçambicana e abria as portas para a constituição de empresas mistas de pescas, prevendo o licenciamento de embarcações de bandeira portuguesa a operarem nas águas moçambicanas.[398]

Deste modo, testemunhava-se a iminência da constituição da primeira empresa mista luso-moçambicana no comércio internacional (Companhia do Zambeze e Tibex) que se dedicaria ao camarão, café e caju; Portugal passaria a importar matéria-prima de Moçambique e Portugal passava já a contar com a possibilidade de consumir pescado (camarão) proveniente de Moçambique.[399]

No contexto do degelo das relações luso-moçambicanas, o vice-primeiro ministro português inauguraria no dia 30 de junho as ligações telefónicas entre Lisboa e Maputo, falando com o primeiro-ministro. Deste modo, Maputo passava a ser a primeira capital africana com ligação telefónica para Portugal através do circuito automático.[400]

A comitiva que acompanhava o Primeiro-ministro integrava uma representação significativa da indústria têxtil portuguesa, gestores de empresas portuguesas de metalurgia e metalomecânica, equipamentos e material de transportes, material elétrico e eletrónico, indústria e comércio alimentar e o sector de telecomunicações.

No dia da sua chegada (dia 27 de junho), Balsemão teve um encontro a sós com o Presidente Samora Machel do qual não foram divulgados os temas tratados. Já no fim do primeiro dia de trabalho, o Presidente Samora Machel, ofereceu um banquete em honra do Primeiro-ministro Pinto-Balsemão. Naquela ocasião, Machel "saudou as posições correctas de Portugal relativamente a África e sublinhou o facto de existir campo `para uma cooperação mutuamente vantajosa´ entre Portugal e Moçambique".[401] Por sua vez, de acordo com o "Expresso", Balsemão, no seu discurso político, procurou destacar os

[397] Diário de Notícias. 27 de junho de 1982. Pinto Balsemão em Moçambique: Acordos privilegiarão cooperação económica. pag 3.
[398] Diário de Notícias. 27 de junho de 1982. pag 3.
[399] Expresso. 03 de julho de 1982.Visita do primeiro-ministro à África Austral: Lisboa pode ser a porta de Moçambique e Angola para a Europa e Luanda e Maputo as portas de Portugal para a África. pag 4.
[400] Diário de Notícias. 29 de junho de 1982. Pinto Balsemão em Maputo: Conversações com Moçambique impulsionam cooperação. pag 3.
[401] Diário de Notícias. 28 de junho de 1982. Cooperação com Moçambique projecto sem limite no tempo. pag 1.

elementos em comum.[402]

No seu segundo dia de visita a Moçambique, Pinto Balsemão iniciou por prestar "homenagem aos combatentes da Frelimo, depositando uma coroa de flores no monumento aos Heróis Moçambicanos". Naquele ato o primeiro-ministro português, junto de sua comitiva oficial portuguesa, foi acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano, Joaquim Chissano. Sucessivamente, estabeleceu algumas conversações e houve espaço para que o dirigente português visitasse o Museu da Revolução, local em que "assinou o Livro de Honra e recebeu os cumprimentos de 47 embaixadores e representantes de movimentos políticos acreditados em Maputo".[403]

Na manhã do dia 30 de junho de 1982, o Chefe de Governo de Lisboa visitou uma empresa têxtil e, logo de seguida, teve lugar o encontro com os empresários portugueses que compunham a comitiva de Balsemão com o Chefe de Estado moçambicano. E no período da tarde seguiu-se a assinatura dos acordos de cooperação.[404]

Aquele último dia de ato oficial da visita de Balsemão a Moçambique, foi marcado pelo banquete com que o primeiro-ministro português retribuiu o que o Presidente Machel lhe tinha oferecido na sua chegada, tendo partido na manhã seguinte para a capital do Zimbabwe.

Durante os dias de trabalho de Balsemão em Moçambique foi notável a complementaridade de determinados aspetos das economias de ambos Estados que se tornou evidente com a assinatura de seis acordos de cooperação (pesca, empréstimos, um protocolo adicional ao acordo de cooperação económica e ainda dois outros no âmbito da Comunicação Social e da Cultura[405]), sem deixar de mencionar o financiamento de um milhão de contos destinados à cooperação.[406]

Balsemão classificou a sua visita a Moçambique como um "salto qualitativo" na cooperação entre Portugal e Moçambique. Por sua vez, o presidente Samora Machel tomou-a como "`pontapé de saída´ para um jogo no qual os nossos dois povos estão empenhados" e recuando mais um pouco, aquela visita do Presidente Eanes tinha sido

[402] Expresso. 03 de julho de 1982. Visita do primeiro-ministro à África Austral: Lisboa pode ser a porta de Moçambique e Angola para a Europa e Luanda e Maputo as portas de Portugal para a África. pag 4.
[403] Diário de Notícias. 29 de junho de 1982. Pinto Balsemão em Maputo: Conversações com Moçambique impulsionam cooperação. pag 3.
[404] Diário de Notícias. 01 de julho de 1982. Visita de Pinto Balsemão a África: Relações Lisboa-Maputo deram salto positivo. pag 3.
[405] No âmbito dos acordos no plano da comunicação social e da cultura, a RTP "ofereceu um carro de exteriores, um sistema de feixes e material de estúdio, tudo num valor de 10 a 12 mil contos. O acordo com a RTP prevê ainda a formação em Portugal de técnicos de TV, o intercambio de programas e estágio de jornalistas e mesmo de quadros superiores. (Expresso. 03 de julho de 1982. Pag 05).
[406] Expresso. 03 de julho de 1982. pag 04.

classificada, na expressão de Machel "um quebra-gelo"; Machel considerou a visita do Primeiro-ministro como alicerce, ou seja, o "nascimento profundo da cooperação".[407]

O Primeiro-ministro português, depois das deslocações por Maputo, Beira, Tete e Songo, e mantido contacto com o povo moçambicano e a comunidade portuguesa, pôde constatar que "as relações entre os povos são mais importantes do que as relações entre os dirigentes". Assim, para os moçambicanos que compunham a comitiva de receção fez-se transparecer que a visita excedeu todas as expetativas (quer pela recetividade encontrada junto do povo e dos dirigentes moçambicanos, quer pelos resultados obtidos, assim como a nível empresarial privado e estatal).[408]

Algo que não passou despercebido foi o fato de Balsemão ter sido recebido com honras aproximadas àquelas reservadas em Moçambique aos Chefe de Estado – o primeiro-ministro português foi recebido no Aeroporto Internacional de Maputo pelo Presidente Samora Machel e teve direito a 19 salvas de canhão.[409] A este detalhe, diplomatas estrangeiros acreditados em Moçambique com quem a redação do "Expresso" trocou impressões mostraram-se "surpreendidos com o tom de acolhimento que ultrapassou o protocolo devido a um primeiro-ministro".

O mérito de Balsemão era reconhecido por Machel, em virtude das suas ações tidas como determinantes na arquitetura da política do Governo português para África, que culminou com o desmoronamento das barreiras que condicionavam o relacionamento entre Portugal e Moçambique.[410]

Um fator importante para o funcionamento de empreendimentos portugueses em Moçambique foi a concordância que o governo moçambicano deu à possibilidade de ser movimentado o dinheiro pertencente a Portugal que até aquela altura se encontrava imobilizado em Moçambique – cerca de dois milhões e meio de contos que a princípio deviam ser transferidos. Assim sendo, o Estado português podia utilizar aquela quantia para financiar investimentos em Moçambique, sem incorrer na saída da moeda (uma solução face às dificuldades cambiais que se enfrentavam em Moçambique).[411]

De forma genérica, a visita do Primeiro-ministro foi além das previsões mais

[407] Expresso. 03 de julho de 1982. Visita do primeiro-ministro à África Austral: Lisboa pode ser a porta de Moçambique e Angola para a Europa e Luanda e Maputo as portas de Portugal para a África. pag 4.
[408] Expresso. 03 de julho de 1982. pag 4
[409] Diário de Notícias. 28 de junho de 1982 Cooperação com Moçambique projecto sem limite no tempo. pag 1.
[410] Naquela ocasião, Samora Machel fez menção da correspondência de Sá Carneiro que afastava o contencioso que impedia uma cooperação mais ampla e vantajosa entre os dois Estados.
[411] Expresso. 03 de julho de 1982. pag 5.

otimistas. Este sentimento era comungado pela redação do "Expresso", da comitiva que acompanhava o dirigente e o próprio dirigente.[412]

4.7. Visita Oficial do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, a Portugal (outubro de 1983)

A viagem de Machel a Portugal foi antecedida por um momento preparatório bastante envolvente. É mesmo no contexto dos preparativos da visita oficial a Portugal que se enquadra a deslocação de Melo Antunes a Moçambique no verão de 1983. No dia 28 de agosto, Antunes foi recebido pelo secretário particular do Presidente Samora Machel, Muradali Mamadhussen, e pelo diretor do Centro de Estudos Africanos da UEM e seu amigo, Aquino de Bragança.[413]

Melo Antunes, durante a sua estadia em Maputo, estabeleceu contacto com o ministro da Segurança, Jacinto Veloso, o governador do Banco de Moçambique, Prakash Ratilal e com o Presidente Samora Machel. Nas conversações foram abordados amplamente vários aspetos das relações entre os dois países, tendo merecido destaque a troca de impressões com o Presidente Machel sobre a necessidade de um reforço de apoio de Portugal a Moçambique em termos militares e diplomáticos. Conforme refere Rezola (2013: 719), "(…) A conversa desenvolveu-se depois em torno da complexidade da situação de Moçambique no quadro das relações Leste-Oeste, sendo visível a preocupação de Machel com a possível ampliação da presença militar soviética no seu país".

Deste contacto, a mensagem com a qual Melo Antunes ficou foi de que o dirigente moçambicano insistia na independência de Moçambique – estar livre de diversificar as suas relações e os apoios recebidos.

Ponto a salientar é o pronunciamento oficial sobre o interesse em cooperar no sector militar que, em parágrafos anteriores, estivemos a discutir quando tratados de forma especifica sobre a cooperação militar luso-moçambicana.

Temos ainda a referir que a deslocação de Machel a Portugal enquadrou-se na sucessão de visitas oficiais a seis países europeus e teve início no dia 02 de outubro de 1983. De forma detalhada, conforme agendado, Samora Machel devia passar pelo Reino da Bélgica, entre 03 e 05 de outubro; Reino dos Países Baixos (Holanda), entre 05 e 07 de outubro; República Portuguesa, entre os dias 07 e 12 de outubro; República Francesa,

[412] Expresso. 03 de julho de 1982. Visita do primeiro-ministro à África Austral: Lisboa pode ser a porta de Moçambique e Angola para a Europa e Luanda e Maputo as portas de Portugal para a África. pag 5.
[413] Rezola, Maria Inácia (2013), *Melo Antunes: uma biografia política. 2ª ed.* Lisboa: Âncora. p. 719

nos dias 17 e 18 de outubro; Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, entre 19 e 21 de outubro; e pela República Socialista Federativa da Jugoslávia.

A deslocação do Chefe de Estado moçambicano tinha o objetivo de reforçar as relações de amizade e de cooperação com os povos e estados europeus. A Revista "Tempo" refere ainda que a série de deslocações do Presidente moçambicano tinha sido antecedida por deslocações governamentais, fato que, de certo modo, contribuía para o melhor delineamento dos aspetos da cooperação e, assim, assegurava o alcance dos objetivos predefinidos.[414]

Em Portugal, a visita presidencial era rodeada de muita expetativa por inúmeras razões, entre elas o fato de haver importantes projetos de cooperação nas áreas de construção civil, hotelaria, formação de quadros e outros ramos e por existir em Moçambique uma numerosa comunidade de cooperantes e emigrantes portugueses.[415]

À sua chegada, no aeroporto de Portela, o Presidente da República Popular de Moçambique foi recebido pelo Presidente da República Portuguesa General Ramalho Eanes que se fazia acompanhar pelo Primeiro-ministro (Mário Soares), pelo Presidente da Assembleia da República e pelo Juiz do Supremo Tribunal da Justiça da República Portuguesa.

Conforme relatos de Lisboa para a redação da revista, o aeroporto encontrava-se repleto de gente que lá tinha acorrido para saudar o dirigente moçambicano.

No cumprimento do programa da visita, Samora Machel seguiu com a deposição da coroa de flores no túmulo do poeta português Luís de Camões, no Mosteiro dos Jerónimos.

O Presidente da República Portuguesa recebeu o seu homólogo moçambicano na sua residência oficial, Palácio de Belém, num encontro durante o qual os dois Presidentes procederam a uma troca de presentes. Ramalho Eanes regalou ao Presidente moçambicano um serviço de cristal. Por sua vez, Samora Machel ofertou duas peles de zebra e duas estatuetas de artesanato moçambicano ao Presidente português.[416]

Marcou aquela visita o encontro com cidadãos portugueses que se juntaram no exterior do Palácio de Queluz (local onde o dirigente moçambicano se encontrava hospedado). De acordo com os que testemunharam o momento, foi um encontro marcado

[414] Revista Tempo. 09 de outubro de 1983. Presidente Samora visita seis países europeus. pag 6.
[415] Revista Tempo. 09 de outubro de 1983. Presidente Samora visita seis países europeus. pag 8.
[416] Revista Tempo. 16 de outubro de 1983. Visita presidencial à Europa: Estabelecer formas de cooperação com o Ocidente. Pag 8-9.

por um ambiente fraternal e sem protocolo.[417]

Para a receção, o Presidente Eanes ofereceu um baquete ao Presidente Samora Machel no Palácio da Ajuda em Lisboa. O Presidente moçambicano tomou a ocasião para realçar que o povo português "foi sempre definido como aliado contra o opressor comum, o colonial-fascismo" bem como expressar a vontade dos moçambicanos de estabelecerem com Portugal relações exemplares de amizade e cooperação.

Ainda no decorrer da visita, no Estoril, o Presidente Machel estabeleceu um encontro com empresários que manifestaram interesse em cooperar com Moçambique.

Durante a sua visita a Portugal, o dirigente moçambicano visitou sucessivamente Leiria, Coimbra e a cidade do Porto. Para todas as deslocações internas reportou-se que decorreram em ambiente de grande fraternidade, calor humano e manifestação de alegria popular.[418]

Para comemorar a visita do Presidente Samora Machel a Portugal, a Associação Portugal-Moçambique mandou executar uma medalha em bronze, a tiragem era de mil exemplares (numerados) que se podiam encomendar por escrito. Na medalha figuravam no verso a efigie do Presidente moçambicano e no reverso os escudos nacionais de Moçambique e Portugal.[419]

De acordo com o "Expresso", a presença do Presidente moçambicano em Portugal foi tida como uma das fases mais significativas de toda a digressão pelo continente europeu.[420]

Esta visita aconteceu num momento em que ainda prevaleciam nuances no entendimento entre os dois Estados acima de tudo no sector financeiro e do crédito. A resolução daquele pendente fazia-se constar na agenda e como prioridade tanto da Presidência assim como do Governo portuguesês. A este respeito o Governo já tinha estado em debate a analisar o pedido moçambicano no alargamento das linhas de crédito existentes.

Embora pudesse parecer um ponto alarmante, aos olhos do Ministério das Finanças português tratava-se apenas de "uma questão de definição de filosofia de cooperação", na qual se daria primazia à cooperação tripartida – Portugal forneceria a

[417] Revista Tempo. 16 de outubro de 1983. Visita presidencial à Europa: Estabelecer formas de cooperação com o Ocidente. pag 9.
[418] Daquelas deslocações a de Coimbra mereceu certo destaque pela forma como foi recebido pela população local na sua maioria estudantes. (Revista Tempo. 16 de outubro de 1983. pag 9).
[419] Revista Tempo. 06 de novembro de 1983. Medalha comemorativa da visita do presidente Samora Machel a Portugal. pag 2.
[420] Expresso. 08 de outubro de 1983. Samora Machel em Portugal: Algumas dificuldades no campo do financiamento a Moçambique. pag 20.

tecnologia e a mão-de-obra e outros países, com maiores disponibilidades financeiras, concederiam o dinheiro. Por outras palavras, "(…) a posição do Ministério das Finanças era a de que Portugal não tem meios para financiar uma cooperação com Moçambique assente na concessão de créditos e sem encontrar uma `base sólida´ que garanta aos portugueses ganharem também alguma coisa em troca".[421]

A visita presidencial termina a 12 de outubro de 1983, e é marcada pela celebração de um protocolo de cooperação no sector industrial com Moçambique e um tratado de amizade e cooperação.

Durante os 20 dias de digressão do Presidente Samora ao continente europeu, a cooperação e estabilidade na África Austral foram temas dominantes nas conversações oficiais.

Em todos os países, as conversações ocorreram ao mais alto nível o que deu espaço para se avaliar o prestígio que Moçambique gozava por parte da comunidade internacional devido à sua política de paz e cooperação.

Diante de tamanhos resultados, não restam dúvidas de que a visita a Portugal tenha sido a mais marcante e merecedora de maior destaque:

> "o carinho e entusiasmo com que o povo português soube receber o Chefe de Estado moçambicano, constituem, muito para além do aspeto emocional, o `selo´ de uma cooperação que ambos os países desejam ver ampliada e que desde há algum tempo vinha avançando, lenta mas seguramente".[422]

4.8.Nota conclusiva do capítulo

Reiteramos o fato de que, durante o período em que as tensões entre estes dois estados estiveram mais acentuadas, conforme fizemos menção anteriormente, não se ter registado rutura de relações. Assim, a não rutura permitiu que se desenvolvessem com alguma facilidade contactos bilaterais.[423]

Conforme se pode constatar, as visitas oficiais de Chissano, Leonardo Martins, Ramalho Eanes, Pinto Balsemão e Samora Machel contribuíram bastante para o fortalecimento das relações entre Portugal e Moçambique.

[421] Expresso. 08 de outubro de 1983. Samora Machel em Portugal: Algumas dificuldades no campo do financiamento a Moçambique. pag 1.
[422] Revista Tempo. 23 de outubro de 1983. Nota de abertura. pag 2.
[423] Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976. pag 5.

CONCLUSÃO GERAL

No estudo das relações político-diplomáticas entre Portugal e Moçambique entre 1975 e 1983, com base no construtivismo, pudemos constatar que as relações entre estes dois Estados carregam consigo uma bagagem substancial do passado histórico colonial e das normas emergentes do pós-colonialismo.

Chegados a este ponto, é notável que foram analisados os precedentes do 25 de Abril e o seu eclodir em Lisboa e em Moçambique. Sucessivamente, pudemos testemunhar o processo de estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois Estados, precedido por assinaturas de acordos que ditaram as formas de relacionamento na nova etapa para a qual cada um dos atores estava a emergir. De forma detalhada, vimos aquilo que determinou a definição de política externa optada tanto por Portugal assim como por Moçambique.

Neste ponto da nossa pesquisa, onde Portugal, conforme referimos, tinha uma posição triangular entre o Atlântico, a Europa e a África e, Moçambique numa primeira fase, desde a independência até o final da década de 1970, vive uma corrida em busca da sua afirmação como Estado independente e soberano e, numa segunda fase, no início da década de 1980, é caraterizado por uma abertura diplomática e de afirmação ideológica, mantendo sempre o espírito solidário, de amizade e de respeito pela soberania.

A maior inovação deste trabalho é a de ter optado por tomar a investigação pela história diplomática renovada, na qual a análise do discurso diplomático patente nas correspondências oficiais e na comunicação social (mesmo quando o diálogo diplomático esteve comprometido) tornou possível a perceção de que, embora prevalecesse o entendimento, as relações de Portugal com Moçambique foram tensas, a intenção de cooperar sempre esteve presente tanto num assim como no outro Estado. A superação dos desafios advindos do passado histórico só foi possível porque ambos os atores souberam respeitar a soberania do outro.

Ademais, a política externa tanto de Portugal para Moçambique assim como a de Moçambique para Portugal, grosso modo foi marcada por uma linha unânime de cooperação e amizade.

A VI Cimeira Bilateral Portugal – Moçambique ocorrida entre 08 e 09 de dezembro de 2025 na cidade do Porto vem a demostrar o quão saudáveis estão as relações entre estes dois Estados. Na conferencia em alusão, os dois Estados assinaram mais de duas dezenas de instrumentos jurídicos o que revela a continuidade do interesse de ambas as partes em dar continuidade à cooperação que dura há cinco décadas desde o

estabelecimento de relações diplomáticas.

Cahora Bassa, Banco Nacional Ultramarino, Serviços aéreos, seguros, propriedade industrial, dupla tributação, cooperação de funcionários públicos, estatuto de cooperante, Acordo geral de cooperação e amizade e acordo judiciário e muitos outros temas foram, por um tempo, tidos como assuntos de solução pouco possível.

Todos estes pontos foram levantados na sequência da transferência da máquina governamental. O Governo de Moçambique idealizara o processo de uma forma, ou seja, com as nacionalizações, a transferência de poderes e, acima de tudo, do *know how,* ao invés de ter sido gradual, tendeu a ser um processo imediato que, nalguns casos, chegou a implicar o abandono de alguns sectores e consequente interrupção de fornecimento de alguns serviços por falta de pessoal qualificado e, consequentemente, com implicações significativas a nível económico.

Porém, pelo mérito de homens como Sá Carneiro, Eanes e Balsemão, por um lado, Chissano, Samora Machel, por outro lado, como personalidades que podem ser associadas à tolerância, tornou-se possível a reativação do diálogo político e diplomático entre Portugal e Moçambique.

Ao final de um trabalho conduzido com cuidado, precaução e boa-fé, a hipótese não pode ser considerada absoluta e definitivamente verdadeira. Por outras palavras, não foi nossa pretensão esforçar a pesquisa para provar a todo o custo a veracidade daquelas duas hipóteses que levantámos no momento da enunciação do nosso estudo.

Desta forma, assumimos que as relações político diplomáticas entre Portugal e Moçambique foram marcadas por tensões e redefinições no seu percurso, tendo valido que a reaproximação testemunhada no início dos anos 1980 foi fruto do empenho, não somente por uma das partes, mas sim por ambos os atores, pois, na cooperação bilateral os interesses devem ser partilhados. A cooperação não somente é opção para quem toma a iniciativa, depois de ter sido opção para um ator - carece que a mesma seja considerada como necessária pela outra parte.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1. **Arquivos:**

a) **Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros:**

Correspondência remetida pelas embaixadas e consulados de Portugal no estrangeiro no âmbito das relações políticas bilaterais entre Portugal e os países de expressão portuguesa (ex.: descolonização, acordos de cooperação) - Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde - 1974-1984. (Acompanhamento das relações bilaterais políticas entre Portugal e os países de expressão portuguesa - 1974-1984. Cód. Referência: PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNP-PAA-SNPU/058);

Documentação produzida no âmbito do acompanhamento da política interna e externa dos novos países de expressão portuguesa- Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe - 1957-1979. (Acompanhamento da política interna e externa dos novos países ou estados de expressão portuguesa. Cód. Referência: PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNP-PAA-900/030/015);

Inclui, por exemplo, visitas ministeriais a Moçambique, Zimbabwe, Nigéria e África do Sul - 1976-1984. (Acompanhamento das relações bilaterais políticas entre Portugal e os países africanos. Cód. Referência: PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNP-PAA-SNPU/046);

Recortes Imprensa Moçambique - 1982. (Processo 945 - Recortes Imprensa Moçambique - 1982 (88623). Cód. Referência: PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNP-PAA-900/MOZ/DC00043);

Recortes Imprensa Moçambique - 1982. (Processo 945 - Recortes Imprensa Moçambique - 1982 (88624). Cód. Referência: PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNP-PAA-900/MOZ/DC00044);

Resenhas da imprensa moçambicana sobre política interna e política externa de Moçambique no ano de 1983. (Processo 945/Imprensa - 1983 Imprensa Moçambique (88614) - Cód. Referência: PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNP-PAA-900/MOZ/DC00001);

Resenhas de Imprensa dos PALOP - 1983. (Processo 944/Imprensa- Relações Políticas de Portugal com os PALOP -Resenhas de Imprensa dos PALOP (88619). Cód. Referência: PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNP-PAA-940/DC00001).

b) Arquivo Histórico da Presidência da República:

AHPR. Acta da reunião da Comissão Nacional de Descolonização. 20 de maio de 1975.

AHPR. Entrega de cartas credenciais do Embaixador residente da República Popular de Moçambique. 604/Pº 20. 22 de julho de 1977.

AHPR. Correspondências. Carta de Samora Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, ao Presidente da República Portuguesa, General Francisco da Costa Gomes. Maputo-Lisboa. GB 2490/001. 14 de março de 1976. pag 1 e 2.

2. Acordos e Legislação:

Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique, celebrado em Lusaka, em 7 de setembro de 1974. https://www.arquivo.presidencia.pt/viewer?id=24313&FileID=112043&recordType=Description

Lei 8/74.

https://www.arquivo.presidencia.pt/viewer?id=24313&FileID=112041&recordType=Description

Acordo Comercial entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Moçambique. (1981). Obtido de https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/mocambique

Acordo de Cooperação Económica entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique. (1982). Obtido de https://dcjri.ministeriopublico.pt//sites/default/files/documentos/instrumentos/dec62-1982.pdf

Acordo Geral de Cooperação. (dezembro de 1975). Obtido de https://files.diariodarepublica.pt/1s/1975/12/28600/19992002.pdf

3. Relatórios:

Relatório de ocorrências da detenção de Sérgio Vieira. 30 de setembro de 1976.

Relatórios enviados ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros tendo como origem a

Embaixada de Portugal. Lourenço Marques – Lisboa. 31 de dezembro de 1976.

4. Programas do I, II, III, V e VI Governos Provisórios e Constitucionais - apresentação e debates:

Diário da Assembleia da República. (1974a). I Série Nº 113. 15 de maio de 1974. Pág. 625. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1974/05/11300/06230627.pdf

Diário da Assembleia da República. (1974b). I Série Nº 113. 15 de maio de 1974. Pág. 626. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1974/05/11300/06230627.pdf

Novo Governo Provisório (2º): Homens e Programas. (1974a). Pág. 27. https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464075/GP02.pdf

Novo Governo Provisório (2º): Homens e Programas. (1974b). Pág. 30. https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464075/GP02.pdf

(3º) Governo Provisório da República Portuguesa – Programa de Política Económica e Social. (1975). Pág. 21. https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464078/GP03.pdf

Programa do V Governo Provisório. (1975). https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp05/programa-do-governo/programa-do-v-governo-provisorio.aspx

VI Governo Provisório. (1975). Ministério da Comunicação Social. Pág. 5. https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464084/GP06.pdf

Diário da Assembleia da República – I Governo Constitucional. (1976). Nº 17. 03 de agosto de 1976. Pág. 438-(67). https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/01/01/017S1/1976-08-03/67

Diário da Assembleia da República – II Governo Constitucional. (1978). II Série Nº 34. 03 de fevereiro de 1978. Pág. 330-(83). https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/02/034S1/1978-02-03/82

Diário da Assembleia da República – III Governo Constitucional. (1978a). II Série Nº105. 08 de fevereiro de 1978. Pág. 1266. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/02/105/1978 09-08/1266

Diário da Assembleia da República – Programa do III Governo Constitucional. (1978b). II Série Nº 105. 08 de setembro de 1978. Pág. 1266. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/02/105/1978-09-08/1266

Diário da Assembleia da República – Programa do V Governo Constitucional. (1979). II Série Nº 96. 14 de agosto de 1979. Pág. 2190. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/03/096/1979 08-14/2190

Diário da Assembleia da República – Programa do VI Governo Constitucional. (1980). II Série Nº 11. 12 de janeiro de 1980. Pág. 122. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/01/04/011/1980-01-12/122

Diário da Assembleia da República – Programa do VII Governo Constitucional. (1981). IISérie Nº 20. 17 de janeiro de 1981. Pág. 350. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/02/01/020/1981-01-17/350

Diário da Assembleia da República – Programa do VIII Governo Constitucional. (1981a). II SérieNº 101. 15 de setembro de 1981. Pág. 3275. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/02/01/101/1981-09-15/3275

Diário da Assembleia da República – Programa do VIII Governo Constitucional. (1981b). II Série Nº 101. 15 de setembro de 1981. Pág. 3276. https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/02/01/101/1981-09-15/3276

Diário da Assembleia da República – Programa do IX Governo Constitucional. (1983). II Série Nº 06. 21 de junho de 1983. Pág. 196-(9) https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/03/01/006S1/1983-06-21/8

Divisão de Informação Legislativa Parlamentar – DILP (maio 2022). Programas dos Governos Provisórios e Constitucionais: Apresentação e Debate | Composição dos Governos. Coleção Legislação.https://ficheiros.parlamento.pt/DILP/Publicacoes/Legislacao/46.ProgramasGoverno/46. maio.2022.pdf

a) Diário de Notícias

A cooperação luso-moçambicana É altura de Portugal provar a sua capacidade de descolonizar. (31 de outubro de 1975). *Diário de Notícias*, pag. 9.

Assinados Acordos de cooperação entre Portugal e Moçambique. (01 de novembro de 1980). *Diário de Notícias*, pag 1.

Chissano em Lisboa provável convite a Eanes para visitar Moçambique. (24 de março de 1981). *Diário de Notícias*, pag. 1.

Conversações entre bancos de Portugal e Moçambique. (28 de outubro de 1980). *Diário de Notícias*, pag 3.

Eanes irá África este ano. (30 de maio de 1981). *Diário de Notícias*, pag 2.

Encontro em Roma: Melo Antunes e Joaquim Chissano examinaram relações entre Portugal e Moçambique. (17 de junho de 1976). *Diário de Notícias*, pag 8.

Enviado de Eanes a Maputo. (28 de dezembro de 1978). *Diário de Notícias*, pag 1.

Lisboa e Maputo estreitam cooperação. (25 de maio de 1981). *Diário de Notícias*, pag 2.

Missão ao Maputo preserva diálogo: suspensa a aplicação da lei que afectaria interesses portugueses. (31 de dezembro de 1978). *Diário de Notícias*, pag 1.

Missão portuguesa recebida no Maputo. (29 de dezembro de 1978). *Diário de Notícias*, pag 2.

Nacionalizações de prédios: Decisões de Moçambique preocupam o Governo. (05 de fevereiro de 1976). *Diário de Notícias*, 2.

Nacionalizações de prédios: Decisões de Moçambique preocupam o Governo. (05 de fevereiro de 1976). *Diário de Notícias*, 2.

Requerimentos dos deputados: portugueses detidos em Moçambique – Para quando nomeação de novo embaixador? (08 de janeiro de 1976). *Diário de Notícias*, 1.

Sá Machado em Londres: Relações Portugal-África reconhecidas na Europa. (01 de julho de 1978). *Diário de Notícias*, pag 3.

Uma pedra sobre o passado…: Relações exemplares entre Portugal e Moçambique – prognóstico de Vasco Goncalves ao voltar de Lourenço Marques. (27 de junho de 1975). *Diário de Notícias*, pag. 1.

Ventos sobre eventual rutura de relações entre Lisboa e Maputo. (05 de abril de 1979). *Diário de Notícias*, pag 1.

b) Expresso

Visita de Chissano a Lisboa. (28 de março de 1981). *Expresso*, pag 14.

Chissano prolongou estada por causa de presos portugueses no Maputo. (28 de março de 1981). *Expresso*, pag 1.

c) Jornal Notícias

Acordo Geral de Cooperação entre Moçambique e Portugal. (21 de julho de 1977). *Jornal Notícias*, pag 1 e 2.

Acordos Aéreos com Portugal: Delegação moçambicana desloca-se a Lisboa. (08 de janeiro de 1976). *Jornal Notícias*, pág. 1.

Acordos Aéreos com Portugal: Delegação moçambicana desloca-se a Lisboa. (08 de janeiro de 1976). *Jornal Notícias*, pag. 1.

Acordo Geral de Cooperação entre Moçambique e Portugal. (21 de julho de 1977). *Jornal Notícias*, pag 1 e 2.

As relações militares Moçambique-Portugal após 25 de junho. (04 de abril de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1.

Bases de cooperação Portugal-Moçambique. (09 de abril de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1-3.

Cooperação técnica e económica entre Portugal e Moçambique. (21 de janeiro de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1 e 2.

Entrega de credenciais ao Presidente da República. (30 de novembro de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1.

Estreitamento de relações: Portugal e Moçambique assinam primeiro acordo. (13 de fevereiro de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1 e 3.

Firmados protocolos de novos acordos entre o governo português e a FRELIMO: Comunicado conjunto no termo da 3ª fase das negociações decorridas na capital moçambicana. (16 de abril de 1975). *Jornal Notícias*, pag 2.

Governo português apresentará desculpas a Moçambique. (12 de outubro de 1976). *Jornal Notícias*, pag. 1.

Governo português continua a assumir colonial-fascismo. (24 de outubro de 1976). *Jornal Notícias*, pag 1.

Notícias, J. (12 de outubro de 1976). Governo português apresentará desculpas a Moçambique. *Jornal Notícias*, pag. 1.

Para conversações com Portugal: Delegação da FRELIMO partiu para Lisboa. (22 de fevereiro de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1.

Política geral externa: uma política de paz e amizade com todos os povos. (06 de junho de 1976). *Jornal Notícias*, pag. 93-94.

Portugal e FRELIMO assinam acordos. (16 de abril de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1 e 2.

Portugal e FRELIMO prosseguirão negociações após a independência. (18 de junho de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1 e 3.

Países estabelecem relações diplomáticas com Moçambique. (1975). *Jornal Notícias*, 28 de junho. pag. 1 e 3.

Portugal reafirma não-alinhamento . (28 de abril de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1 e 5.

Primeiro-ministro recebe delegação portuguesa. (10 de abril de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1 e 3.

Sector Económico-financeiro: Conversações Portugal-FRELIMO. (19 de janeiro de 1975). *Jornal Notícias*, pag 1 e 2.

Suspensos voos directos entre Moçambique e Portugal: divulgado comunicado oficial. (15 de janeiro de 1976). *Jornal Notícias*, pag. 1.

d) Revista Tempo

(08 de outubro de 1978). *Revista Tempo*, p. 9.

(20 de junho de 1981). *Revista Tempo*, p. 21.

(14 de fevereiro de 1981). *Revista Tempo*, p. 12.

(20 de junho de 1981). *Revista Tempo*, p. 21.

(21 de março de 1981). *Revista Tempo*, p. 11.

(20 de junho de 1981). *Revista Tempo*, p. 21.

(10 de janeiro de 1981). *Revista Tempo*, p. 5.

(21 de junho de 1981). *Revista Tempo*, p. 21.

(25 de julho de 1982). *Revista Tempo*, p. 28.

(04 de dezembro de 1983). *Revista Tempo*, pp. 31-32.

(19 de junho de 1983). *Revista Tempo*, p. 3.

(26 de junho de 1983). *Revista Tempo*, p. 5.

(06 de novembro de 1983). *Revista Tempo*, pp. 51-52.

(6 de novembro de 1983). *Revista Tempo*, pp. 54-56.

(27 de novembro de 1983). *Revista Tempo*, p. 2.

APIE: Limpar a própria casa. (22 de maio de 1983). *Revista Tempo*, p. 19.

Aquele comício. (24 de julho de 1982). *Revista Tempo*, p. 28.

5. Outras fontes

Declaração Sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais da Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960.

Machel, Samora. Mensagem ao povo de Moçambique: por ocasião da tomada de posse do governo de transição em 20 de setembro de 1974. Porto: Afrontamento.

Spínola, António de (1974). Autodeterminação e democracia: discurso proferido pelo Presidente da República no acto de posse dos governadores de Angola e de Moçambique, em Lisboa, no dia 11 de junho de 1974. Agência-Geral das Colónias, Lisboa.

Portal Diplomático. (2025, agosto). República de Moçambique. https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/mocambique

Bibliografia

Abrahamsson, Hans, Nilsson, Anders (1994). *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992.* Moçambique: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Abreu, António Maló de e Galaz, José António (2002). *Os Negócios Estrangeiros nos programas dos Governos Constitucionais, 1976-2021.* 1ª Edição. Lisboa: Âncora.

Barroso, Luís F. M. (2012), *Salazar, Caetano e o "Reduto Branco": A manobra político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, 1ª Edição, Porto. Fronteiras Do Caos Editores.

Burchett, Wilfred (2025). *O Golpe dos capitães: da ditadura à democracia em Portugal (1974-1976).* Lisboa: Edições 70.

Campenhoudt, Luc Van, Marquet, Jacques (2023). *Manual de investigação em ciências sociais (2ª ed. rev.).* Lisboa: Gradiva.

Chipeco, S. A. (2025). *As relações Político-Diplomáticas entre Portugal e Angola - 1976-1987* [Tese de doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. http://hdl.handle.net/10071/34131

Cravinho, João Gomes. (2002). *Visões do mundo: as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo.* Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

Crespo, Manuel Pereira (1977). *Porque perdemos a guerra.* [S.l.]: Ed. Abril.

Eco, Umberto (2003). *Como se faz uma tese em ciências humanas (10ª ed).* Lisboa: Ed. Presença.

Fearon, James D.; Wendt, Alexander. (2002). Rationalism v. constructivism: a skeptical view. In Carlnaes,W.; Risse,T.; Simmons, B. A. Handbook of International Relations. London. SAGE Publications.

Ferreira, José Medeiros (1984), *"Descolonização e política externa portuguesa"*, comunicação feita na Universidade de Columbia, Nova Iorque, no colóquio "Portugal Ten Years After the Revolution – Portugal Ans Africa", pp. 3. Disponível Online file:///C:/Users/keluna/Downloads/JoseMedeirosFerreira.pdf .

Ferreira, Medeiros J. (2006). Portugal e os Estados Unidos nas duas Guerras Mundiais: a procura do plano bilateral. In Rodrigues, Luís N. (coord.) Regimes e Impérios: As relações luso-americanas no século XX, Lisboa, IPRI, pp. 15-43.

Freire, Maria Raquel, & da Vinha, Luís (2011), Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas. In Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança (pp. 13–50). Imprensa da Universidade https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/57696

Gomes, Carlos de Matos (2002). *Moçambique 1970: operação Nó Górdio.* Lisboa: Tribuna.

Hastings, A. (1974). *Wiriyamu.* London: Search Press.

Hobsbawm, Eric. (1994). *The age of extremes: the short twentieth century, 1914-19*91. Penguin Books.

Jardim, J. (1976). *Moçambique.* Lisboa: Intervenção.

Jesus, José Manuel Duarte de (2010). *Eduardo Mondlane: um homem a abater.* Coimbra: Almedina.

Khan, Abdul Magid (2018), *Contencioso Económico e Financeiro entre Portugal e Moçambique na Transição à Independência,* Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. https://run.unl.pt/handle/10362/51770

Krieger, Wolfgang (1996), Política de Segurança Europeia 1945-1973, *Portugal e a Europa: 50 Anos de Integração*, Lisboa, Centro de Informação Jacques Delors. p. 47-72.

Langa, Ercílio Neves Brandão. (2021, janeiro/junho*). Diplomacia e política externa em Moçambique: O Primeiro governo Pós-Independência – Samora Machel (1975-1986).* Revista Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre, v. 6, n. 11.

Luc Albarello et al.; trad. Luísa Baptista (2011). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais.* Lisboa: Gradiva.

MacQueen, Norrie (2015), *A descolonização da África Portuguesa: A revolução metropolitana e a dissolução do Império,* Mem Martins: Editorial Inquérito.

Manual de Procedimentos sobre a Aplicação das Normas do Protocolo do Estado, (2007). Presidência da República – Gabinete do Protocolo do Estado. Maputo.

Magalhães, José Carvet de (1985). *Manual Diplomático: direito diplomático.* Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Magalhães, José Carvet de (1982). *A diplomacia pura.* Lisboa. Associação Portuguesa para o Estudo das Relações Internacionais.

Martins Fernando (2000). A questão colonial na política externa portuguesa. In O império africano seculos XIX e XX. Coordenação de Valentim Alexandre. Edições Colibri Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

Menezes, Elisabete Sofia Nabais de Oliveira de Freitas (julho 2015). *Teoria e realidade: Da teoria da política externa à realidade das relações internacionais.* Tese de

Doutoramento.

Munslow, Barry (1983). *Mozambique: the revolution and its origins.* Nova York: Longman.

Newitt, Malyn (1997). *História de Moçambique.* S.L. Publicações Europa América.

Ndelana, Lopes Tembe (2012). Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana. Maputo. Marimbique.

Nogueira, João Pontes e Messari, Nizar. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.* S.l. Editora Campus/Elsevier.

Nye Júnior, Joseph S. (2002). *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história (3ª ed).* Lisboa: Gradiva.

Patrício, Ana Marta Esteves (2010), *Cahora Bassa nas relações bilaterais entre Portugal e Moçambique: 1975-2007,* Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos – Análise e Gestão do Desenvolvimento Económico e Social, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Pimenta, Fernando Tavares (S.a.). *A Revolução de 25 de Abril de 1974 em Moçambique.*

Pinto, A. (2001). *O fim do Império português.* Lisboa: Livros Horizonte.

Pinto, J. (2005). *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.* Lisboa. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

Pires, Mário L. (1998), A PESC: um Processo em Construção, *Nação e Defesa*, n.º 85, pp. 101-118.

Raimundo, António J. (2012), *The Europeanisation of national foreign policy: Portuguese foreign policy towards Angola and Mozambique, 1978-2010*, London, Department of International Relations of London School of Economics and Political Science.

Rezola, Maria Inácia (2013). *Melo Antunes: uma biografia política. 2ª ed.* Lisboa: Âncora.

Renouvin, Pierre, Duoselle, Jean-Baptiste (cop. 1964). *Introduction a l'histoire des relations internationales.* Paris: Librairie Armand Colin.

Rodrigues, Luís N. (2006), A administração Johnson e a questão colonial portuguesa: O «Plano Anderson», In Rodrigues, Luís N. (coord.) Regimes e Impérios: As relações luso-americanas no século XX, Lisboa, IPRI, pp. 89-112.

Rodrigues, Luís Nuno (2010). *Spínola: biografia.* Lisboa: A Esfera dos Livros.

Rodrigues, Rui (1995). *Os últimos guerreiros do Império.* Amadora: Erasmos.

Rosas, F. (2004). *Pensamento e acção política: Portugal no século XX (1890-1976): ensaio histórico.* Lisboa: Editorial Notícias. 1ª Edição. pp.129-160

Rosas, F., Oliveira, P. e Machaqueiro, M. (2015). *O adeus ao império.* 1ª ed. Lisboa: Nova Veja.

Sá, Tiago Moreira (2015). *Política externa portuguesa.* Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Said, Edward W. (1978). *Orientalism: Western conceptions of the Orient.* Routledge & Kegan Paul.

Santos, Victor Marques dos (2009). *Teoria das relações internacionais: cooperação e conflito na sociedade internacional.* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Silva, Antonio Ruy de Almeida (2018). *A diplomacia de defesa na política internacional.* Porto Alegre: Palmarinca.

Teixeira, Nuno Severiano (1999). História, Teoria das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais: uma reflexão epistemológica. *In* Revista do IGHMB – Ano 591 nº 85. https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ighmb/article/view/5499/5311

Teixeira, Nuno Severiano (2004), "O 25 de abril e a política externa portuguesa", *Relações internacionais* pp. 5-14.

Teixeira, Nuno Severiano (2022), Garantir a soberania: alianças e segurança nacional In Lã, J. R., Leal de Faria, A., & Cunha, A. (coord.) A Diplomacia e a Independência de Portugal. (Documentos). Bookbuilders.

The Lagoa Bay World, (11/09/2020). A Sena Sugar Estates e locomotivas no Luabo e em Marromeu, 1969. https://delagoabayworld.wordpress.com/2020/09/11/a-sena-sugar-estates-e-locomotivas-no-luabo-e-em-marromeu-1969/

Telo, António José (2007). História contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade. Barcarena: Editorial Presença.

Valente, Domingos Antunes (2013). *Diplomaticamente: (introdução ao estudo da diplomacia).* Setúbal: [s.n.].

Zeca, Emílio (2015, junho/setembro). *Notas sobre Política Externa e Diplomacia de Moçambique: princípios, objetivos e mecanismos de implementação.* Revista Científica do ISCTAC. v. 2, n. 05, ano II, 40-52.

Zeca, Emílio J. (2021). *Elementos para análise e compreensão da política externa e da Diplomacia de Moçambique*. Maputo. Universidade Joaquim Chissano.